

## ANEXO IV



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Comissão Intergestores Bipartite

## DELIBERAÇÃO 138 CIB/2020

A Comissão Intergestores Bipartite, no uso de suas atribuições, em sua 243ª reunião ordinária de 19 de novembro de 2020, Considerando:

A Portaria de Consolidação Nº 3, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, **Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.**

A Revisão do Instrutivo de normas Técnicas para os Serviços de Reabilitação nas Deficiências físicas, auditivas, visuais e intelectuais, revisado em 2020;

O Ofício Circular 008 de 2020, que solicita a Revisão do Plano de Ação da Rede de Cuidados a Saúde da Pessoa com Deficiência no Estado de Santa Catarina;

### APROVA

A Revisão do Plano de Ação da Rede de Cuidados a Saúde da Pessoa com Deficiência em Santa Catarina, bem como Seus Planos de Ação Regionais, por Macro Região e as devidas Deliberações da CIR que seguem também em anexo.

ALEXANDRE  
LENCINA  
FAGUNDES:48  
629448091

Assinado de forma digital  
por ALEXANDRE LENCINA  
FAGUNDES:48629448091  
Data: 2020.11.27  
15:59:42 -03'00'

*(assinado digitalmente)*

**ANDRÉ MOTTA RIBEIRO**  
Secretário de Estado da Saúde  
Coordenador CIB/SES

*(assinado digitalmente)*

**ALEXANDRE FAGUNDES**  
Presidente do COSEMS  
Coordenador CIB/COSEMS

**Plano de Ação para a Estruturação da  
Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência em Santa  
Catarina**

**Santa Catarina  
2020**

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
ANDRÉ MOTTA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E REGULAÇÃO  
DR RAMON TARTARI

COORDENADORA DA ÁREA TÉCNICA DA SAÚDE DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA  
JAQUELINE REGINATTO

## Estado Proponente:

APRESENTAÇÃO DO ESTADO PROPONENTE	<b>ESTADO</b> Santa Catarina
<b>GOVERNADOR</b> Carlos Moisés	<b>SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE</b> André Motta Ribeiro
<b>Dados do Coordenador do Grupo Condutor</b>	Jaqueline Reginatto
<b>Cargo</b>	Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência
Telefones (48) 36647214	Cel (48) 99178-9542
<b>e-mail:</b> rededapessoacomdeficienciasc@saude.sc.gov.br	<b>Endereço:</b> Rua Esteves Júnior, 390, 5º andar, Centro – Florianópolis/SC CEP 88015-130

### 1. Introdução

O SUS, em suas deliberações legais, estabelece um sistema de acesso universal aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; bem como, exerce garantia de assistência integral, com prioridade às atividades de prevenção, sem depreciar a assistência curativa; assistência à saúde de forma equânime; descentralização político-administrativa em cada esfera de governo; e participação da comunidade em seu cotidiano (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002, definia, como propósitos gerais: proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

Suas diretrizes, deveriam ser implementadas nas três esferas de gestão e incluindo as parcerias interinstitucionais necessárias, são elas: a promoção da qualidade de vida; a prevenção de deficiências; a atenção integral à saúde; a melhoria dos mecanismos de informação; a capacitação de recursos humanos; e a organização e funcionamento dos serviços.

A Portaria GM/MS 793 de 24 de abril de 2012 institui os componentes da rede e os eixos de trabalho para o direcionamento dos fluxos de referência e contra referência: na Atenção Básica, CER, CEO e Rede Hospitalar. Estes Componentes deverão estar articulados, e em cada um definidas as competências na Atenção à Pessoa com deficiência, dentro da lógica da Rede.

A portaria GM/MS 835 de 25 de abril de 2012 que institui incentivos financeiros de investimento e custeio para o componente.

No ano de 2017, o Ministério da Saúde publicou as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, por meio das quais consolida as normativas de funcionamento e financiamento das Redes de Atenção à Saúde, entre elas a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Essa medida fez com que as Portarias

GM/MS 793 e 835, de 2012, fossem revogadas. Contudo, vale ressaltar que não houve modificações significativas no corpo do texto das normativas.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi a elaboração do Estatuto da Pessoa com Deficiência que buscou assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e fundamentais pela pessoa com deficiência, objetivando a sua inclusão social e cidadã. A referida lei, instituída a partir da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, consolidou a mudança quanto ao que se entende por pessoa com deficiência e deficiência. No Brasil havia uma série de legislações anteriores à Convenção, que usavam termos ou mesmo pensavam a deficiência ainda como uma condição estática e biológica da pessoa.

Com a Publicação das Portarias GM /MS 793 de 24 de abril de 2012 e GM/MS 835 de 25 de abril de 2012. E, considerando as necessidades do nosso Estado de Estruturação desta Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência integrando os serviços hoje existentes e criando novos serviços com perfil de atendimento em duas ou mais modalidades de deficiência (CER), além de estabelecer os fluxos de referencia e contra referencia para garantia do acesso do usuário aos serviços, estabelecemos o Grupo Condutor Estadual desta Rede.

A Portaria institui na Atenção Especializada os CER: CER II – Centro de Reabilitação que atenderá 02 tipos de Deficiência; CER III – Centro de Reabilitação que atenderá 03 tipos de Deficiência e CER IV – Centro de Reabilitação que atenderá os 04 tipos de Deficiência. A composição de recursos humanos, instalações e estrutura física, dependerá do tipo de deficiência a ser atendida e do nível de CER (II, III ou IV). Poderá ocorrer a qualificação de serviços já existentes em CER e/ou a estruturação de novos Centros como CER, estas ações podem ocorrer tanto no nível do ente estadual quanto do Municipal, através de pactuações feitas na Comissão Intergestora Regional – CIR, com o Gestor do Serviço, mediante manifestação dos Serviços já existentes e/ou solicitação de construção em terreno público.

Considerando que o Estado de Santa Catarina já possui Serviços com perfil institucional para adequar-se no atendimento de duas ou mais modalidades, através de sua qualificação em CER; ainda, que está dividido em 07 Macrorregiões de Saúde e em algumas delas teremos que estruturar estes Serviços, através da construção/ampliação/qualificação e/ou habilitação dos CER, encaminhamos este Plano de Ação.

## **2. Justificativa**

A implantação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Estado tem o papel de garantir a integralidade em todos os Níveis de Atenção, com ações na Atenção Básica (UBS, NASF, ESF, SB,CEO, Atenção Domiciliar), Centros Especializados de Reabilitação e Rede Hospitalar, visando a humanização do cuidado as pessoas com deficiência, com qualificação da atenção e a inserção das pessoas com Deficiência na busca da sua autonomia, com perspectivas pessoais e sociais.

A estruturação em Rede, permite a delimitação de fluxos de referência e contra referência, com responsabilização pelo usuário em todos os níveis de atenção, sendo a Atenção Primária em Saúde, a ordenadora do cuidado. Os serviços estarão na lógica de rede, inseridos na Central de Regulação Regional e com isso, possibilitando a Regulação e monitoramento das ações previstas neste Plano.

### **Benefícios da Implantação da Rede:**

- Estruturação de uma política pública voltada à Pessoa com Deficiência;
- Descentralização da Atenção e das ações;
- Qualificação no atendimento;
- Ampliação do acesso e da oferta de serviços;
- Integralidade das ações;
- Redução dos gastos do Estado com compras de Serviços privados e tratamento fora de domicílio – TFD fora do Estado, para tratamentos de Reabilitação, principalmente motora.

## **3. Objetivos**

### **3.1. Geral:**

Reorganização da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência no Estado de Santa Catarina, através da atualização do Plano de Ação Estadual, após atualização/aprovação dos Planos de Ação Regionais, por Macro Região.

### **3.2. Específicos:**

Ampliar a qualificação dos CEOs para atendimento à pessoas com Deficiência, além daqueles já qualificados;

Mapear e definir no plano os pontos de apoio da Rede;

Descentralizar a Rede de Cuidados nas Macro Regiões as quais não tem Serviço habilitado;

Definir os fluxos de referência e contra referência;

Definir as competências de cada componente da rede;

Estabelecer parcerias com instituições filantrópicas do Estado;  
Implantar o Plano Estadual a partir da atualização desta rede e os fluxos de referência e contra referência, com a Atenção Básica, Serviços de Reabilitação já existentes e Rede Hospitalar;  
Aperfeiçoar o processo de regulação na área de reabilitação do estado para fluxos já existentes, nos Pontos já habilitados e qualificados e para os novos Centros;  
Revisão das Deliberações por tipo de deficiência, e aprovação de protocolos por deficiência.

#### **4. Metas**

- Habilitar os Serviços junto ao ministério da Saúde, conforme prioridades elencadas por Macro Região, a partir de 2021;
- Capacitar profissionais para a Rede (a distância e presencial) – 2021/2023, nas diversas áreas;
- Estabelecer parcerias com as entidades filantrópicas e Universidades – 2021/2023;
- Pactuar na CIR e em CIB os fluxos e componentes da rede, por Macrorregião de Saúde.

#### **5. Diagnóstico de Santa Catarina:**

##### **5.1. Aspectos Demográficos:**

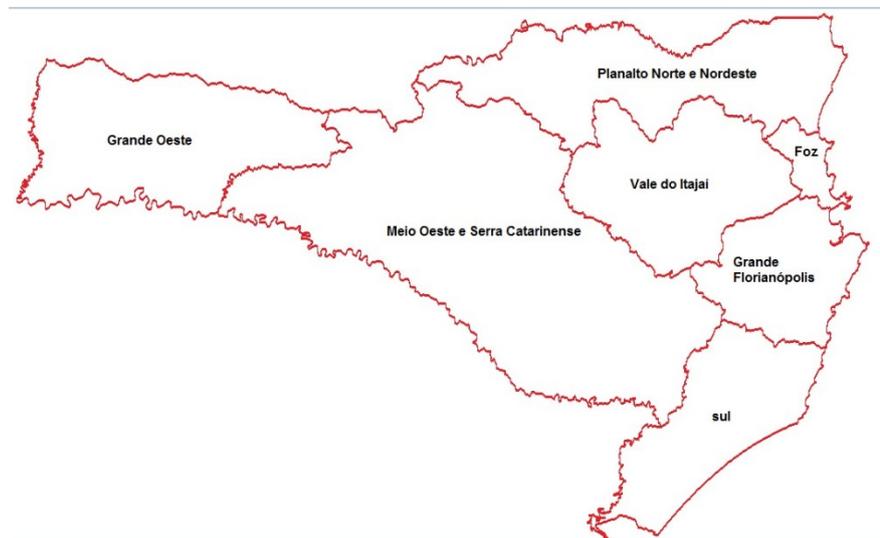
A Demografia é uma ciência geográfica que estuda as populações humanas, enfocando aspectos tais como sua evolução no tempo, seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e características gerais (CERQUEIRA et al., 2004).

A dinâmica demográfica é uma das variáveis de identificação das forças que impulsionam a economia e operam nas condições de vida da população, percebida nas transformações no ritmo de crescimento, na distribuição e na estrutura da população. No que tange o Estado de Santa Catarina “essa mudança é especialmente relevante pelas oportunidades que abre, bem como pelos desafios que propõe às políticas públicas” (SC, 2011, p. 7).

Localizado na Região Sul do território nacional, o estado de Santa Catarina possui extensão territorial de 95.703,5 quilômetros quadrados e população de 6.248.436 habitantes, conforme Censo Demográfico em 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), equivalente a 3,27% da população nacional. Em relação ao censo de 2000 a população cresceu 16,68%. O crescimento demográfico médio anual em Santa Catarina foi o maior do Sul do país, estimado em 1,55% nos últimos dez anos, ante 1,64% na década anterior. Pelos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019, a população de Santa Catarina é estimada em 7.252.502 pessoas.

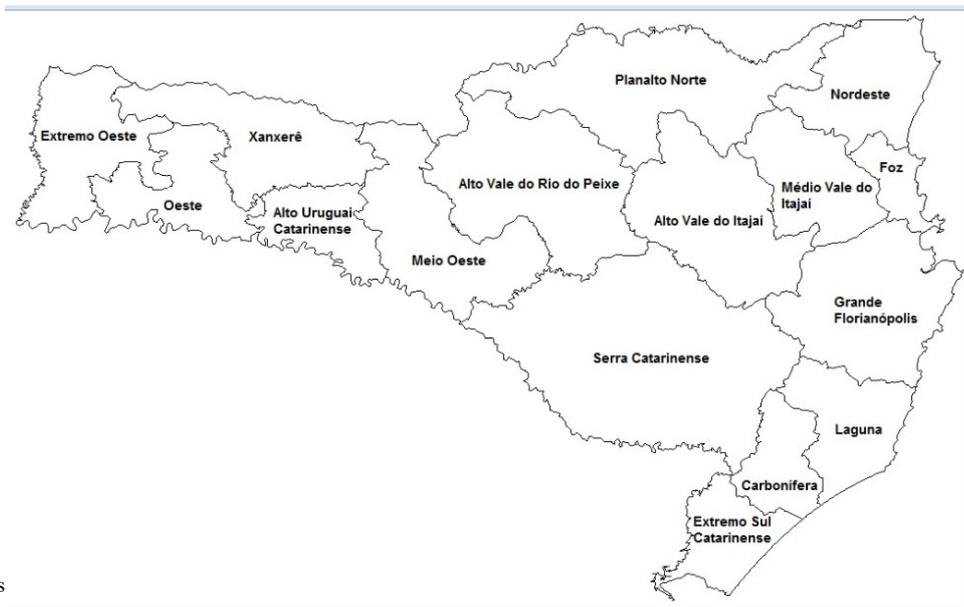
A Deliberação CIB 195 de 13 de agosto de 2018, aprova a definição da nova composição das macrorregiões de Saúde de Santa Catarina para o processo de Planejamento Regional Integrado, seguindo o conceito de regionalização. A população apresentada nas macrorregiões de Saúde refere se a Estimativa Populacional 2017, conforme Resolução IBGE nº 04, de 28 de agosto de 2017, publicado no DOU nº 167, de 30 de agosto de 2017.

No estado de Santa Catarina foram identificadas 07 (sete) macrorregiões de saúde que dispõem de referência para as regiões de saúde que a compõem ou que devem ser objeto de investimento para suprir essa necessidade, conforme a configuração abaixo:



Mapa das Macro Regiões de Saúde do

Estado de SC conforme Deliberação CIB 195/2018.



Mapa das  
Regiões de Saúde do  
Estado de Santa Catarina, conforme Deliberação CIB 195/2018

## MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO GRANDE OESTE

A Macrorregião do Grande Oeste é composta por 03 Regiões de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de **789.571 habitantes**:

- Região de Saúde do Extremo Oeste

Cod. IBGE	Município	Pop. 2017
4200804	Anchieta	5.832
4202081	Bandeirante	2.751
4202099	Barra Bonita	1.739
4202156	Belmonte	2.709
4202578	Bom Jesus do Oeste	2.151
4204905	Descanso	8.399
4205001	Dionísio Cerqueira	15.450
4205357	Flor do Sertão	1.594
4206405	Guaraciaba	10.259
4206603	Guarujá do Sul	5.139
4207650	Iporã do Oeste	8.930
4207759	Iraceminha	4.067
4208401	Itapiranga	16.683
4210506	Maravilha	25.076
4210902	Modelo	4.192
4211009	Mondáí	11.496
4212007	Palma Sola	7.558
4212239	Paraíso	3.613
4214151	Princesa	2.906
4215208	Romelândia	5.022

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4215356	Saltinho	3.847
4215554	Santa Helena	2.266
4215687	Santa Terezinha do Progresso	2.557
4216255	São João do Oeste	6.309
4216701	São José do Cedro	13.897
4217154	São Miguel da Boa Vista	1.848
4217204	São Miguel do Oeste	39.793
4217303	Saudades	9.664
4217956	Tigrinhos	1.695
4218756	Tunápolis	4.597
		<b>232.039</b>

- Região de Saúde de Xanxerê

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4200101	Abelardo Luz	17.847
4202537	Bom Jesus	2.919
4203501	Campo Erê	8.787
4204459	Coronel Martins	2.548
4205175	Entre Rios	3.183
4205308	Faxinal dos Guedes	10.745
4205605	Galvão	3.058
4207684	Ipuação	7.400
4209177	Jupia	2.127
4209458	Lajeado Grande	1.453
4210555	Marema	1.906
4211652	Novo Horizonte	2.532
4211850	Ouro Verde	2.245
4212270	Passos Maia	4.243
4213401	Ponte Serrada	11.545
4215752	São Bernardino	2.449
4216107	São Domingos	9.502
4216909	São Lourenço do Oeste	23.698
4219101	Vargeão	3.590
4219507	Xanxerê	49.738
4219705	Xaxim	28.210
		<b>199.725</b>

- Região de Saúde do Oeste

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4200507	Águas de Chapecó	6.445
4200556	Águas Frias	2.387
4201653	Arvoredo	2.261
4203105	Caibi	6.213

4204103	Caxambu do Sul	3.850
4204202	Chapecó	213.279
4204350	Cordilheira Alta	4.321
4204400	Coronel Freitas	10.130
4204707	Cunha Porã	11.057
4204756	Cunhataí	1.955
4205431	Formosa do Sul	2.549
4206652	Guatambu	4.733
4207858	Irati	1.984
4208955	Jardinópolis	1.625
4211405	Nova Erechim	4.879
4211454	Nova Itaberaba	4.339
4211876	Paial	1.577
4212106	Palmitos	16.253
4212908	Pinhalzinho	19.511
4213153	Planalto Alegre	2.844
4214201	Quilombo	10.044
4215075	Riqueza	4.670
4215695	Santiago do Sul	1.317
4216008	São Carlos	11.132
4217550	Serra Alta	3.301
4217758	Sul Brasil	2.551
4218855	União do Oeste	2.600
		<b>357.807</b>

### MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE

A Macrorregião do Meio Oeste é composta por 04 Regiões de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de **916.238 habitantes**:

- Região de Saúde do Alto Uruguai Catarinense

Cod. IBGE	Município	Pop. 2017
4200754	Alto Bela Vista	1.967
4201273	Arabutã	4.281
4204301	Concórdia	73.766
4207601	Ipira	4.562
4207700	Ipumirim	7.561
4207809	Irani	10.285
4208005	Itá	6.275
4209854	Lindóia do Sul	4.615
4212601	Peritiba	2.855
4213104	Piratuba	4.102
4213906	Presidente Castelo Branco	1.610
4217501	Seara	17.526
4219606	Xavantina	4.012
		<b>143.417</b>

- Região de Saúde do Meio Oeste

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4200051	Abdon Batista	2.604
4200408	Água Doce	7.154
4202875	Brunópolis	2.539
4203600	Campos Novos	35.710
4203907	Capinzal	22.524
4204004	Catanduvas	10.632
4204152	Celso Ramos	2.760
4205209	Erval Velho	4.480
4206702	Herval d'Oeste	22.443
4206801	Ibicaré	3.268
4208609	Jaborá	3.990
4209003	Joaçaba	29.608
4209201	Lacerdópolis	2.251
4210035	Luzerna	5.705
4211058	Monte Carlo	9.785
4211801	Ouro	7.363
4218509	Treze Tílias	7.545
4219150	Vargem	2.543
4219176	Vargem Bonita	4.597
4219853	Zortéa	3.300
		<b>190.801</b>

- Região de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4201604	Arroio Trinta	3.564
4203006	Caçador	77.323
4203154	Calmon	3.380
4204806	Curitibanos	39.566
4205506	Fraiburgo	36.261
4205555	Frei Rogério	2.146
4206751	Ibiam	1.967
4207577	Iomerê	2.917
4209706	Lebon Régis	12.133
4210050	Macieira	1.799
4210704	Matos Costa	2.614
4213005	Pinheiro Preto	3.480
4213351	Ponte Alta do Norte	3.413
4214409	Rio das Antas	6.246
4215406	Salto Veloso	4.655
4215505	Santa Cecília	16.701
4216057	São Cristovão do Sul	5.464
4217907	Tangará	8.738
4218251	Timbó Grande	7.767
4219309	Videira	52.066

Cod. IBGE	Município	Pop. 2017
		<b>292.200</b>

- Região de Saúde da Serra Catarinense

Cod. IBGE	Município	Pop. 2017
4201000	Anita Garibaldi	7.537
4202438	Bocaina do Sul	3.456
4202503	Bom Jardim da Serra	4.694
4202602	Bom Retiro	9.796
4203402	Campo Belo do Sul	7.177
4203253	Capão Alto	2.597
4204178	Cerro Negro	3.254
4204558	Correia Pinto	13.358
4209300	Lages	158.508
4211751	Otacílio Costa	18.313
4211892	Painel	2.376
4212056	Palmeira	2.586
4213302	Ponte Alta	4.767
4215059	Rio Rufino	2.489
4216503	São Joaquim	26.646
4216800	São José do Cerrito	8.588
4218905	Urubici	11.191
4218954	Urupema	2.487
		<b>289.820</b>

### MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

A Macrorregião da Foz do Rio Itajaí é composta por 01 Região de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de **683.034 habitantes**:

- Região de Saúde da Foz do Rio Itajaí

Cod. IBGE	Município	Pop. 2017
4202008	Balneário Camboriú	135.268
4212809	Balneário Piçarras	21.884
4202453	Bombinhas	18.623
4203204	Camboriú	78.731

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4207106	Ilhota	13.857
4208203	Itajaí	212.615
4208302	Itapema	61.187
4210001	Luis Alves	12.413
4211306	Navegantes	77.137
4212502	Penha	31.025
4213500	Porto Belo	20.294
		<b>683.034</b>

### **MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO VALE DO ITAJAÍ**

A Macrorregião do Vale do Itajaí é composta por 02 Regiões de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de **1.064.245 habitantes**:

- Região de Saúde do Alto Vale do Itajaí

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4200200	Agrolândia	10.581
4200309	Agrolândia	5.437
4201802	Atalanta	3.254
4201901	Aurora	5.688
4202859	Braço do Trombudo	3.709
4204194	Chapadão do Lageado	2.953
4205100	Dona Emma	4.081
4206900	Ibirama	18.721
4207403	Imbuia	6.133
4208500	Ituporanga	24.622
4209151	José Boiteux	4.887
4209508	Laurentino	6.790
4209904	Lontras	11.774
4210852	Mirim Doce	2.374
4212700	Petrolândia	6.021
4213708	Pouso Redondo	16.957
4214003	Presidente Getúlio	16.996
4214102	Presidente Nereu	2.304
4214508	Rio do Campo	6.043
4214607	Rio do Oeste	7.463
4214805	Rio do Sul	69.188
4215307	Salete	7.634
4215679	Santa Terezinha	8.846
4217808	Taió	18.261
4218608	Trombudo Central	7.211
4219200	Vidal Ramos	6.356
4219358	Vitor Meireles	5.056
4219408	Witmarsum	3.912
		<b>293.252</b>

- Região de Saúde do Médio Vale do Itajaí

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4201257	Apiúna	10.542
4201703	Ascurra	7.877
4202206	Benedito Novo	11.425
4202404	Blumenau	348.513
4202701	Botuverá	5.100
4202909	Brusque	128.818
4205159	Doutor Pedrinho	4.043
4205902	Gaspar	67.392
4206306	Guabiruba	22.732
4207502	Indaial	66.497
4213203	Pomerode	32.334
4214706	Rio dos Cedros	11.431
4215109	Rodeio	11.488
4218202	Timbó	42.801
		<b>770.993</b>

### **MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

A Macrorregião da Grande Florianópolis é composta por 01 Região de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de **1.172.076 habitantes**:

- Região de Saúde da Grande Florianópolis

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4200606	Águas Mornas	6.298
4200705	Alfredo Wagner	9.960
4200903	Angelina	4.943
4201109	Anitápolis	3.248
4201208	Antônio Carlos	8.327
4202305	Biguaçu	66.558
4203709	Canelinha	11.944
4205407	Florianópolis	485.838
4205704	Garopaba	22.082
4206009	Governador Celso Ramos	14.229
4209805	Leoberto Leal	3.140
4210209	Major Gercino	3.429
4211504	Nova Trento	14.099
4211900	Palhoça	164.926
4212304	Paulo Lopes	7.360
4214300	Rancho Queimado	2.871
4215703	Santo Amaro da Imperatriz	22.609
4215901	São Bonifácio	2.899
4216305	São João Batista	35.065

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4216602	São José	239.718
4217253	São Pedro de Alcântara	5.602
4218004	Tijucas	36.931
		<b>1.172.076</b>

### **MACRORREGIÃO DE SAÚDE SUL**

A Macrorregião Sul é composta por 03 Regiões de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de **992.541 habitantes**:

- Região de Saúde de Laguna

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4201505	Armazém	8.520
4202800	Braço do Norte	32.648
4203956	Capivari de Baixo	24.298
4206108	Grão Pará	6.537
4206207	Gravatal	11.394
4207205	Imaruí	10.571
4207304	Imbituba	44.076
4208807	Jaguaruna	19.527
4209409	Laguna	45.311
4212403	Pedras Grandes	4.026
4212650	Pescaria Brava	9.980
4214904	Rio Fortuna	4.606
4215455	Sangão	12.233
4215604	Santa Rosa de Lima	2.139
4217006	São Ludgero	12.934
4217105	São Martinho	3.210
4218400	Treze de Maio	7.098
4218707	Tubarão	104.457
		<b>363.565</b>

- Região de Saúde Carbonífera

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4220000	Balneário Rincão	12.403
4204251	Cocal do Sul	16.446
4204608	Criciúma	211.369
4205456	Forquilha	25.988
4207007	Içara	54.845
4209607	Lauro Muller	15.149
4211207	Morro da Fumaça	17.532
4211603	Nova Veneza	14.837
4211702	Orleans	22.723
4217600	Siderópolis	13.870

4218350	Treviso	3.863
4219002	Urussanga	21.177
		<b>430.202</b>

- Região de Saúde do Extremo Sul Catarinense

Cod. IBGE	Município	Pop. 2017
4201406	Araranguá	67.110
4201950	Balneário Arroio do Silva	12.344
4202073	Balneário Gaivota	10.413
4205191	Ermo	2.076
4208708	Jacinto Machado	10.539
4210407	Maracajá	7.139
4210803	Meleiro	7.047
4211256	Morro Grande	2.915
4212254	Passo de Torres	8.370
4213807	Praia Grande	7.364
4215653	Santa Rosa do Sul	8.356
4216404	São João do Sul	7.268
4217709	Sombrio	29.710
4218103	Timbé do Sul	5.377
4218806	Turvo	12.746
		<b>198.774</b>

## MACRORREGIÃO DE SAÚDE PLANALTO NORTE E NORDESTE

A Macrorregião Nordeste é composta por 02 Regiões de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de **1.383.456 habitantes**:

- Região de Saúde Nordeste

Cod. IBGE	Município	Pop. 2017
4201307	Araquari	35.268
4202057	Balneário Barra do Sul	10.317
4202107	Barra Velha	27.781
4204509	Corupá	15.541
4205803	Garuva	17.479
4206504	Guaramirim	42.872
4208450	Itapoá	19.355
4208906	Jaraguá do Sul	170.835
4209102	Joinville	577.077
4210605	Massaranduba	16.455
4216206	São Francisco do Sul	50.701
4216354	São João do Itaperiú	3.690
4217402	Schroeder	20.095
		<b>1.007.466</b>

- Região de Saúde do Planalto Norte

<b>Cod. IBGE</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. 2017</b>
4202131	Bela Vista do Toldo	6.304
4203303	Campo Alegre	12.012
4203808	Canoinhas	54.403
4207908	Irineópolis	11.133
4208104	Itaiópolis	21.506
4210100	Mafra	55.907
4210308	Major Vieira	8.015
4211108	Monte Castelo	8.471
4212205	Papanduva	19.015
4213609	Porto União	35.207
4215000	Rio Negrinho	42.029
4215802	São Bento do Sul	82.842
4218301	Três Barras	19.146
		<b>375.990</b>

## 5.2. Dados Epidemiológicos sobre Deficiência:

Conforme dados do IBGE/Censo (2010) Santa Catarina apresenta-se sob o Diagnóstico que segue abaixo, quanto aos dados de deficiência e o número de habitantes:

<b>Estado</b>	<b>População</b>	<b>Pelo menos uma das deficiências Investigadas</b>	<b>Deficiência Visual</b>		
			<b>Não consegue de modo algum</b>	<b>Grande dificuldade</b>	<b>Alguma dificuldade</b>
Santa Catarina	6 248 436	1 331 445	14 727	174 550	803 903

<b>Estado</b>	<b>População</b>	<b>Pelo menos uma das deficiências Investigadas</b>	<b>Deficiência Auditiva</b>		
			<b>Não consegue de modo algum</b>	<b>Grande dificuldade</b>	<b>Alguma dificuldade</b>
Santa Catarina	6 248 436	1 331 445	10 402	62 200	233 207

<b>Estado</b>	<b>População</b>	<b>Pelo menos uma das deficiências Investigadas</b>	<b>Deficiência Motora</b>		
			<b>Não consegue de modo algum</b>	<b>Grande dificuldade</b>	<b>Alguma dificuldade</b>
Santa Catarina	6 248 436	1 331 445	22 482	126 003	272 060

<b>Estado</b>	<b>População</b>	<b>Pelo menos</b>	<b>Mental /</b>	<b>Nenhuma</b>
---------------	------------------	-------------------	-----------------	----------------

		<b>uma das deficiências Investigadas</b>	<b>intelectual</b>	<b>dessas deficiências</b>
Santa Catarina	6 248 436	1 331 445	72 216	4 915 291

### **5.3. População a ser atendida:**

A população a ser atendida será definida por Centro, conforme os parâmetros populacionais do Estado, de acordo com as referências pactuados e critérios Técnicos para cada Serviço / Deficiência, com base nos Planos de Ação Regionais atualizados e pactuados nas Comissões Intergestoras Regionais, das Macro Regiões do Estado, definidas pela Deliberação CIB 195/2018.

O enfoque do trabalho em saúde das pessoas com deficiência deve estar centrado na produção da autonomia e da participação efetiva dos usuários na construção de projetos de vida pessoais e sociais. A reabilitação/habilitação prevê uma abordagem interdisciplinar e o envolvimento direto de profissionais, cuidadores e familiares nos processos de cuidado. O tratamento para as diversas deficiências podem ser os mais variados de acordo com o quadro clínico e o impacto da deficiência sobre sua funcionalidade.

### **5.4. Conceitos:**

A Lei Brasileira da Inclusão, em seu Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

### **Deficiência Motora:**

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, neurológica e/ou sensorial, apresentando-se sob a

forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

### **Ostomia:**

Conforme Martins, M.L. et AL, 2007 “A palavra “estoma” origina-se do grego stóma, que significa boca ou abertura de qualquer víscera oca através do corpo por diversas causas. Dependendo da origem do segmento corporal, dá-se nomes diferenciados, como, por exemplo, gastrostomia (abertura no estômago), traqueostomia (abertura na traquéia). Nas ostomias intestinais, temos, por exemplo, as ileostomias e colostomias, sendo definidas, respectivamente, pela abertura de segmento ileal e cólico na parede abdominal com o intuito de desviar o conteúdo fecal para o meio externo.”

### **Pessoa Ostomizada:**

“A pessoa ostomizada é aquela que, por determinada circunstância, teve seu trânsito intestinal e/ou urinário cirurgicamente desviado de seu caminho natural (através de uma ostomia), não exercendo mais o controle sobre aquelas eliminações. Esta pessoa passa a depender, necessariamente, de uma bolsa coletora (para fezes e/ou urina) e de atendimento sistematizado e multiprofissional, podendo ser a ostomia provisória ou definitiva.” (Martins, M.L. et AL, 2007)

### **Deficiência Visual:**

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "c", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

### **Deficiência Auditiva:**

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

### **Deficiência Intelectual:**

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "d", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

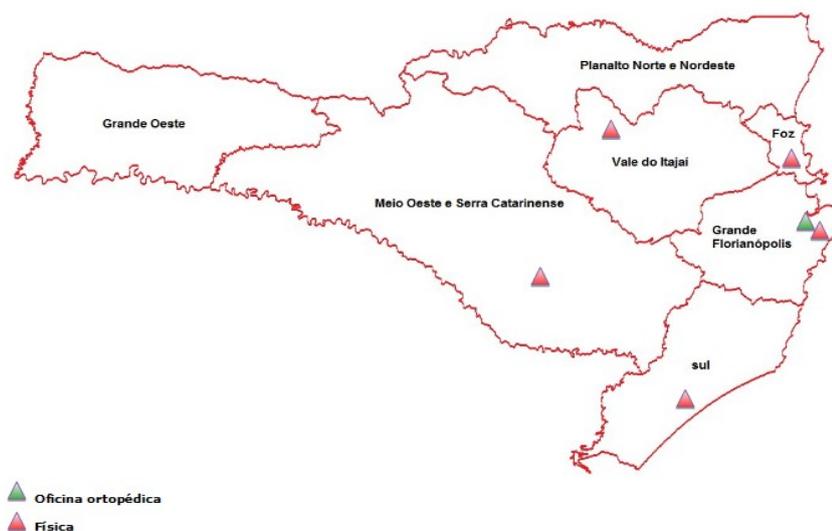
1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

### **Deficiência Múltipla:**

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "e", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência múltipla-associação de duas ou mais deficiências.

### **5.5. Dados dos Serviços de Santa Catarina:**

**Deficiência Motora (Serviços de Reabilitação Física e Oficina Ortopédica):**



Mapa dos Serviços habilitados para atendimento em Deficiência Física e Oficina Ortopédica em SC, atualizado em novembro/2020

PRESTADOR	Município de Localização	Macrorregião	GESTOR	TIPO
Centro Catarinense de Reabilitação - CCR	Florianópolis	Grande Florianópolis	Secretaria Estadual de Saúde - SES	Oficina Ortopédica
Centro Catarinense de Reabilitação - CCR	Florianópolis	Grande Florianópolis	Secretaria Estadual de Saúde - SES	CER II Física e Intelectual
FURB	Blumenau	Vale do Itajaí	SMS de Blumenau	CER II Física e Intelectual
UNIVALI	Itajaí	Foz do Itajaí	SMS de Itajaí	CER II Física e Intelectual
UNIPLAC	Lages	Meio Oeste e Serra	SMS de Lages	CER II Física e Intelectual
UNESC	Criciúma	Sul	SMS de Criciúma	CER II Física e Intelectual

Tabela contendo as informações de gestão e locais dos serviços habilitados em DF e Oficina Ortopédica em SC, atualizado em nov/2020

### Histórico dos Serviços de Reabilitação Física e Oficina Ortopédica Fixa:

No Estado de Santa Catarina as ações de reabilitação física, sempre foram vinculadas aos Serviços de fisioterapia próprios ou contratualizados. Com a publicação da Portaria GM/MS 818/2001, iniciou-se no Estado, um levantamento diagnóstico destes serviços de Fisioterapia, com o objetivo de verificar as condições dos mesmos, como centros com condições de atenderem os níveis intermediário e de referência na Reabilitação Física, de acordo com o recursos humanos, instalações e equipamentos em cada unidade, bem como sua capacidade instalada, previstos na referida portaria.

Aos serviços de reabilitação física de nível intermediário e de medicina física e reabilitação, que dispõem de equipe multidisciplinar, cabem a avaliação, prescrição, acompanhamento, encaminhamentos e a concessão de OPM (órteses e próteses não relacionadas ao ato cirúrgico e meios auxiliares de locomoção).

De acordo com a SES e com o Plano de Reabilitação Física, do Estado de SC (SANTA CATARINA, 2008), o CCR, localizado na Região da Grande Florianópolis, é o único fornecedor de recursos de OPM para todo o Estado (municípios com recursos pactuados no Estado), pela rede do SUS. Assim como era o único Centro de Referência habilitado na Deficiência Física.

O Centro Catarinense de Reabilitação é, portanto, um importante centro de referência em Santa Catarina, possui uma trajetória que deve ser registrada.

O CCR existe no Estado desde 1962 e a oficina ortopédica do Centro, desde 1969. Naquela época o CCR era denominado Associação Santa Catarina de Reabilitação (ASCR). Em 1973, foi instalado na atual sede, na Rua Rui Barbosa, 780, no bairro da Agrônômica, em Florianópolis/SC. Os serviços oferecidos nas décadas de 60 e 70, pela Oficina Ortopédica, além de OPM, eram: forragem, costura, consertos, adaptações, calçados e palmilhas especiais, além de serviços de sapataria em geral.

Até o ano de 2006, não havia uma Equipe Técnica integrada do serviço de OPMAL, do CCR. Esse serviço de concessão estava vinculado à Oficina do Centro. Os pacientes amputados eram avaliados por um fisiatra e, posteriormente, por um fisioterapeuta – o qual manteria um acompanhamento periódico, de aproximadamente 30 a 60 dias, para realização de perimetria. Na etapa seguinte, o

fisioterapeuta encaminhava-o à Lista de Espera de Protetização. Tal lista estava sob a responsabilidade do setor de Serviço Social da unidade.

Nos casos de processos de solicitação de órteses, os mesmos eram encaminhados ao Serviço Social e ficavam organizados em pastas (por tipo de equipamento) aguardando o processo licitatório - para chamada e encaminhamento à empresa fornecedora do serviço e/ou ao técnico ortesista/ortesista da oficina do CCR. Nos casos de meios auxiliares de locomoção, a lista ficava vinculada à Gerência Administrativa. O Centro, à época, possuía em seu organograma duas Gerências (Técnica e Administrativa) e uma Direção Geral.

Neste período, as próteses e órteses concedidas por processo licitatório, eram avaliadas pelo técnico ortesista/protesista do CCR e, em alguns casos, era solicitada a presença de algum fisioterapeuta do Centro para participar da entrega do material. Não havia um fisioterapeuta específico da equipe, as avaliações destes eram vinculadas ao setor de Ortopedia, hoje denominado serviço de Reabilitação Músculo Esquelética. Periodicamente, eram realizados mutirões, quando participavam de dois a quatro fisioterapeutas, para realização de perimetria e/ou encaminhamentos dos pacientes amputados.

No final de 2006, iniciou-se a Avaliação com a Equipe Técnica, composta por: Assistente Social, Fisioterapeuta e Técnico ortesista/protesista; com posterior encaminhamento dos usuários aos serviços necessários, feito pelo Serviço Social. Além dos mutirões, a equipe realizava estudos de caso de alguns pacientes quando a solicitação da órtese/prótese, ou mesmo a avaliação individual mostrasse alguma controvérsia ou dúvida. Qualquer um profissional da equipe podia solicitar esses estudos. O médico fisiatra realizava a avaliação inicial dos amputados e, quando solicitado pela Equipe, participava das discussões de caso.

No período de janeiro de 2010 a março de 2013, foram cadastrados e atendidos no Serviço de OPM do CCR, 2044 pacientes que receberam algum tipo de órteses e 1344 pacientes que receberam alguma prótese. (Fonte: Setor OPM/CCR/SUR/SES).

Relativo aos demais setores, o Centro foi habilitado em 2009 como referência estadual para a deficiência física, e na mesma época, passou a atender na sua equipe de enfermagem a ostomia. Em 2012, organizou-se a equipe técnica do serviço de ostomia, composto por: Enfermeira, Médico, Assistente Social, Psicóloga e Nutricionista.

Atualmente o CCR não realiza atendimento para pacientes ostomizados, pois o atendimento: orientação para o autocuidado bem como atendimento de complicações está organizado nos municípios de origem do paciente, na Grande Florianópolis, que é a referência de atendimento do CERII CCR. No Centro são atendidos pacientes de deficiência física, exceto ostomia e deficiência intelectual, incluindo TEA, para a Macro Região da Grande Florianópolis e é referência estadual para oficina ortopédica, na

concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, também para toxina botulínica para espasticidade e bexiga neurogênica e para oxigenoterapia domiciliar.

Os demais Serviços descritos no mapa e na tabela foram habilitados a partir das Portarias 793 e 835 de 2012, como Centros Especializados em Reabilitação de porte II, CER II, todos na modalidade física e intelectual, incluindo o CCR, ao longo de 2013 a 2015. Desde então não foram habilitados mais nenhum Serviço na Rede de Deficiência em Santa Catarina nos últimos cinco anos.

#### Legislação Federal:

PORTARIA SAS/MS N° 1.329, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012 -  
Aprova, na forma do Anexo, a Diretriz de Atenção à Pessoa Amputada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA MS/GM N° 818, DE 5 DE JUNHO DE 2001 -  
Cria mecanismos para organização e implantação das Redes Estaduais de Assistência à Pessoa com Deficiência Física.

PORTARIA MS/SAS N° 185, DE 5 DE JUNHO DE 2001 -  
Altera a descrição de Serviços e procedimentos constantes na Tabela de Procedimentos do SUS, para adequá-los a criação das Redes Estaduais de Assistência à Pessoa com Deficiência Física, que trata a Portaria n° 818/2001.

PORTARIA GM/MS N° 2.297, DE 10 DE OUTUBRO DE 2008 -  
Altera os valores de remuneração da Tabela de Procedimentos do SUS relacionados às órteses, próteses ortopédicas e procedimentos de acompanhamento em reabilitação física.

PORTARIA GM/MS N° 2.373, DE 10 DE OUTUBRO DE 2008 -  
Estabelece recurso anual referente ao reajuste dos valores dos procedimentos de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção da Tabela de Procedimentos do SUS e ao reajuste dos procedimentos de acompanhamento em reabilitação física.

PORTARIA GM/MS N° 2.381, DE 10 DE OUTUBRO DE 2008 -  
Estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para fortalecimento da implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência - atendimento da fila de espera do SUS por órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.

PORTARIA MS/SAS N° 400, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009 -  
Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do SUS.

PORTARIA MS/GM N° 1.032, DE 05 DE MAIO DE 2010 -  
Inclui procedimento odontológico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e

Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS, para atendimento às pessoas com necessidades especiais.

#### Estado de SC:

DELIBERAÇÃO 250/CIB/2008 - O Plano Operativo para a organização da Rede de Assistência à Pessoa com Deficiência Física em Santa Catarina;

DELIBERAÇÃO 145/CIB/2009 que aprova convênio para aquisição de equipamentos para Oficina do Centro Catarinense de Reabilitação – CCR e capacitação para técnicos ortesistas e protesistas;

DELIBERAÇÃO 467/CIB/2010 - A redistribuição das vagas de capacitação para ortesistas, protesistas, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, do curso de capacitação de 180 horas, num total de 25 vagas, distribuídas nas macrorregiões de saúde.

DELIBERAÇÃO 502/CIB/2014 - Manual Operativo para a Concessão de OPM no Estado de Santa Catarina .

#### **Ostomia (Serviços de Atenção ao Ostomizados):**

Não existe em Santa Catarina nenhum Serviço com classificação 156 no CNES, ou seja, Serviços de Atenção aos Ostomizados tipo I e II, conforme prevê a Portaria 400 de 2009. Apesar de que em Santa Catarina A Atenção primária, orientação para o autocuidado e entrega de insumos ocorre no Município de origem do paciente, organizado conforme a configuração de cada município e quantidade de usuários cadastrados.

Atualmente dos 295 municípios do Estado, 277 municípios possuem pelo menos um usuário cadastrado recebendo orientações para autocuidado e insumos para ostomias intestinais, urinárias e/ou fístulas cutâneas ou para ostomias respiratórias.

#### Histórico do Serviço de Ostomizados:

Em 1985 a concessão dos insumos era realizada em qualidade e quantidade insuficientes, pelo Programa de Assistência Domiciliar PAD/INAMPS, através do fornecimento de bolsas comuns, de produção industrial, mas inadequadas para as necessidades básicas dos usuários, através da SES/SC, na Policlínica de Referência Regional do Estado, no centro de Florianópolis/SC. Para diminuir ou eliminar esta dificuldade, e aprimorar a aprendizagem técnica, se estabeleceu intercâmbio com outros Estados, o que possibilitou a ampliação de experiências e a participação em eventos específicos sobre a condição da pessoa ostomizada.

A mobilização de líderes estaduais, em 1988, conquista a Ordem de Serviço M.S. nº158/88, que contempla a necessidade da constituição de uma equipe multiprofissional e institucional para estruturação do Programa de Assistência ao Ostomizado (PAO), implantado com a participação de 22 Programas de Assistência Médica (PAMs) de Santa Catarina, distribuídos pelo Estado, em Municípios como: Joinville, Itajaí, Florianópolis e Chapecó. O PAM da Capital, Florianópolis (SC), é definido como Sede do Programa.

Fevereiro de 1988 – Ordem de Serviço nº 158 / INAMPS - contempla a necessidade de se constituir uma equipe multiprofissional e institucional para estruturação do Programa de Assistência ao Ostomizado (PAO).

Em agosto de 1988 – Santa Catarina criado o Programa de Assistência ao Ostomizado em Santa Catarina – Serviço Estadual, localizado na Policlínica de Referência Regional – de Gestão Estadual – localizada no Centro de Florianópolis. Realiza a entrega de equipamentos de ostomia (bem restritos) e faz a assistência ao usuário com Médico Coloproctologista, Urologista e Enfermeira especialista na área; é referência para todo o Estado.

Em 1990, com a participação do Grupo de Apoio à pessoa Ostomizada – GAO, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, é realizado o primeiro diagnóstico dos serviços de assistência à pessoa ostomizada em Santa Catarina, e identificado que a assistência não corresponde às necessidades básicas da pessoa ostomizada.

No período entre 1991 e 1994, a parceria dos profissionais e usuários colhe mais ganhos políticos e técnicos: usuários e profissionais, após se mobilizarem durante quase três governos estaduais, vêm aprovada a Portaria SES/SC 002/91, que define a política de assistência à pessoa ostomizada; o PAO de SC se redefine com a proposta de manter os núcleos assistenciais.

Em 1993 – Portaria MS/SAS 116 – inclui no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA-SUS a concessão dos equipamentos de órteses, próteses e bolsas de colostomia – a partir daí surgem algumas Policlínicas e Postos de Saúde realizando este atendimento para sua região – como é o caso de Joinville/SC;

O Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que inclui as pessoas ostomizadas na categoria de deficiência física, estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade desta categoria, reafirma e estimula, em seu art. 4º, especificamente, a atuação em parceria para cumprimento do Decreto. A defesa e manutenção dos direitos humanos das pessoas ostomizadas impõem a capacitação dos profissionais e usuários, para que assimilem a nova realidade da pessoa submetida à cirurgia de ostomia.

Atualmente o Serviço Estadual: Compra e realiza a concessão de insumos de ostomia pelo Estado; através de processo licitatório e análise do material pela equipe técnica do serviço; Estado

complementa o que é concedido pela tabela SIGTAP na compra de insumos e adjuvantes – como desodorizantes, pó, filtros, cintos e kits de irrigação, etc, além de ser o único Estado do território Nacional que concede insumos para ostomias respiratórias, com recursos do Governo do Estado, sendo onze itens, não constantes na tabela SIGTAP, porém padronizados em Santa Catarina através de deliberação CIB.

No Estado de Santa Catarina a compra e concessão dos insumos é de competência Estadual e a Atenção aos usuários de competência Municipal, no Município de origem do paciente, conforme as diretrizes Estaduais.

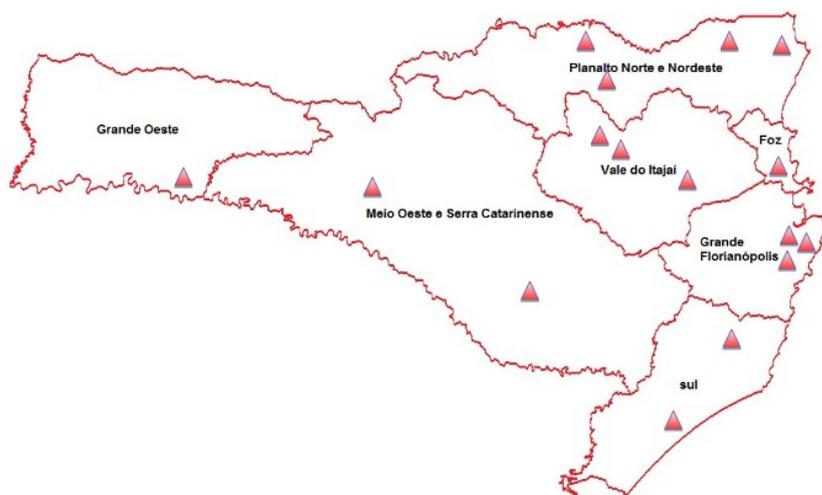
Seguem abaixo dados dos insumos e número de usuários cadastrados atualmente no Serviço Estadual:

<b>Tipo de Ostomia</b>	<b>Nº de usuários cadastrados</b>	<b>Variedade de insumos padronizados</b>
Intestinal, urinária e/ou fistulas cutâneas	4.165	47
Respiratória (Traqueostomizados e/ou laringectomizados)	98	11

Dados do Sistema de Informação próprio da SES, Sistema ATPCD Ostomizados, em 09 de novembro de 2020

Os insumos de Ostomia Respiratória são concedidos a partir da Deliberação 202 da CIB de 2019, sendo que a referência para pacientes laringectomizados, para cirurgia e reabilitação fonatória, ocorre nos UNACONS, conforme Plano da Oncologia.

Seguem mapa e tabela dos Serviços de Referência por Região de Saúde:



Mapa dos UNACONS em Santa Catarina, referência para Reabilitação Fonatória por Macro região, atualizado nov/2020.

<b>Serviço</b>	<b>Município</b>	<b>Regiões de Saúde de abrangência</b>	<b>Macro Região</b>	<b>Cirurgião de cabeça e Pescoço</b>	<b>Fonoaudiólogo</b>
CEPON	Florianópolis	Grande Fpolis	Grande Fpolis	Sim	Sim
Hospital Governador Celso Ramos	Florianópolis	Grande Fpolis	Grande Fpolis	Sim	Sim
HU UFSC	Florianópolis	Grande Fpolis	Grande Fpolis	Sim	Sim
Hospital Santa Izabel	Blumenau	Médio Vale do Itajaí	Vale do Itajaí	Sim	Sim
Hospital Santo Antônio	Blumenau	Médio Vale do Itajaí	Vale do Itajaí	Sim	Sim
Hospital Regional Alto Vale	Rio do Sul	Alto Vale do Itajaí	Vale do Itajaí	Não (Referência Lages ou Fpolis)	Sim
Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos	Lages	Serra	Meio Oeste e Serra	Sim	Sim
Hospital Santa Terezinha	Joaçaba	Meio Oeste, Alto Rio Uruguai e Alto vale do Rio do Peixe	Meio Oeste e Serra	Sim	Não (Referência HRO)
Hospital Regional do Oeste	Chapecó	Oeste, Extremo Oeste e Xanxerê	Grande Oeste	Sim	Sim
Hospital de Caridade São Braz	Porto União	Planalto Norte	Planalto Norte e Nordeste	Sim	Sim
Hospital e Maternidade Sagrada Família	São Bento do Sul	Planalto Norte	Planalto Norte e Nordeste	Sim	Sim
Hospital São José/ Sociedade Divina Providência	Jaraguá do Sul	Nordeste	Planalto Norte e Nordeste	Sim	Sim
Hospital Municipal São José	Joinville	Nordeste	Planalto Norte e Nordeste	Sim	Sim
Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen	Itajaí	Foz do Itajaí	Foz do Itajaí	Sim	Sim
Hospital São José	Criciúma	Região Carbonífera e	Sul	Sim	Sim

		Extremo Sul			
Hospital Nossa Senhora da Conceição	Tubarão	Região de Laguna	Sul	Sim	Sim

Dados: Site <https://www.inca.gov.br/onde-tratar-pelo-sus/santa-catarina>

### Legislação Federal:

Portaria MS/GM N° 1.230/1999 - inclui novos equipamentos, novas descrições e especificações na tabela unificada SIA/SUS;

Portaria MS/GM N° 2.848/2007 – aprova a estruturação, organização e detalhamento dos procedimentos Tabela SIA/SUS, incluindo materiais de estomia;

Portaria MS/SAS N° 400/2009 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a serem observadas em todas as Unidades Federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

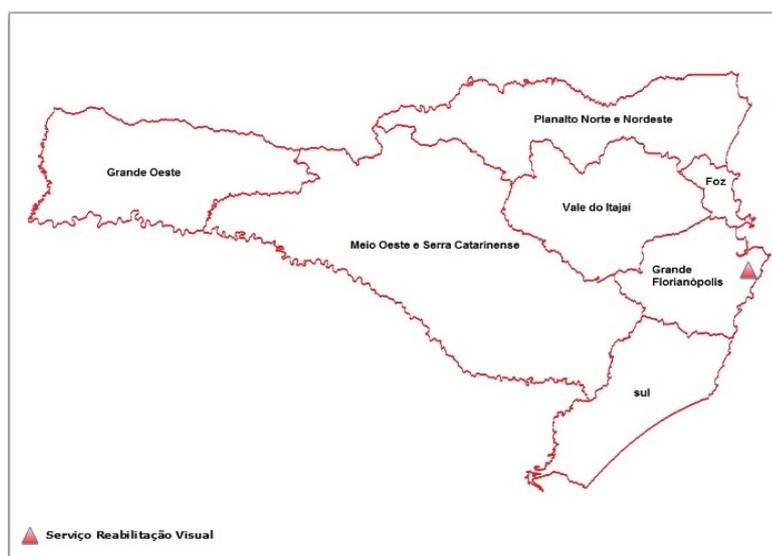
### Estado de SC:

Deliberação 493/CIB/10 – Aprova a constituição da Rede de Serviços de Atenção aos Ostomizados de Santa Catarina e os critérios para habilitação dos mesmos;

Deliberação 213/CIB/2017 – Aprova as Diretrizes Para Atenção à Saúde da Pessoa com Ostomia Intestinal, Urinária e/ou Fístula Cutânea do Estado de Santa Catarina, os formulários padronizados pelo Serviço Estadual, constantes nos ANEXOS I a IV das diretrizes e retifica a Deliberação CIB/SC n° 493/2010 quanto a habilitação dos Serviços, que ocorrerão a partir do que preconiza a Portaria n° 793, de 24 de abril de 2012, que Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Deliberação 202/CIB/2019 – Aprova as Diretrizes Para Atenção à Saúde das Pessoas Laringectomizadas e/ou Traqueostomizadas do Estado de Santa Catarina, os formulários padronizados pelo Serviço Estadual, constantes nos ANEXOS I a III das diretrizes e estabelece os fluxos e competências de cada ponto da Rede para o referido Serviço.

## Deficiência Visual (Serviços de Reabilitação Visual):



Mapa dos Serviços Reabilitação Visual – baixa visão e prótese ocular, atualizado nov/2020

PRESTADOR	Município de Localização	Macrorregião	GESTOR
Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE	São José	Grande Florianópolis	Secretaria Estadual de Saúde – SES

Dados do Serviço Estadual, atualizado em nov/2020

### Histórico do Serviço de Saúde Visual:

A Secretaria de Estado da Saúde implementou, por meio do Ministério da Saúde, respaldada pela Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008, que define as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual, e os Serviços de Reabilitação Visual – SRV; o Serviço de baixa visão e prótese ocular com a contratualização da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE com esses órgãos.

Consiste no atendimento às pessoas com baixa visão e prótese ocular por meio de avaliação oftalmológica, adaptação e encaminhamento para o uso de recursos ópticos e não-ópticos. Prestando atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, deficientes visuais (cegueira e baixa visão) e com perdas ou atrofia oculares que residem no Estado de Santa Catarina e que, mediante avaliação médica, são elegíveis para o tratamento de reabilitação visual e adaptação de prótese ocular.

As primeiras avaliações relacionadas nessa ação foram edificadas em 2004, com a elaboração de projetos de aquisição de recursos visando à implementação do atendimento, com qualidade e eficiência, a todas as pessoas com baixa visão residentes no Estado de Santa Catarina, através de contrato entre FCEE e SES.

No dia 19 de abril de 2005, a Secretaria Estadual de Saúde através do Extrato Nº 005/05 PSUS 7723/040, credenciou a FCEE para prestar atendimento às pessoas com baixa visão e usuários de prótese ocular.

Encontram-se cadastrados no Serviço Estadual da FCEE 5.026 usuários de prótese Ocular e 2.929 que receberam algum recurso para baixa Visão, desde início da contratualização até novembro/2020 (dados fornecidos pelo Serviço de Reabilitação Visual da FCEE).

Legislação:

Portaria Nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008 - Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual.

Portaria Nº 3.129, de 24 de dezembro de 2008 – estabelece o recurso financeiro;

Estado de SC:

Plano da Oftalmologia em Santa Catarina (2009) – com base nas Portarias GM/MS 957/08 e SAS/MS 288/08 – que definem as redes Estaduais e Regionais de oftalmologia e instituem a política;

Protocolo de Acesso ao Serviço de Reabilitação Visual (2017)

**Deficiência Auditiva** (Serviços de Reabilitação Auditiva e Concessão de AASI – Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva e Serviço de Implante Coclear e Prótese Osteo Ancorada – Serviço Hospitalar de Saúde Auditiva):



▲ Serviço Hospitalar de Saúde Auditiva  
▲ Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva

Dados do Serviço Estadual de Saúde Auditiva – ATPCD/SUR, atualizado em nov/2020.

PRESTADOR	Tipo de Serviço	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	REGIÃO DE SAÚDE DE REFERÊNCIA	MACRORREGIÃO DE SAÚDE DE REFERÊNCIA	GESTOR
Clínica Otocenter	Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva	CRICIÚMA	Região Carbonífera e Extremo Sul	Sul	Secretaria Municipal de Saúde - SMS
OTOVIDA	Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva	FLORIANÓPOLIS	Grande Florianópolis, Região de Laguna, Região da Serra e Planalto Norte, parte da Região Nordeste e Municípios de Brusque e guabiruba na Região do Médio Vale	Grande Florianópolis, Meio Oeste e Serra, Planalto Norte e Nordeste, Sul e Vale do Itajaí	Secretaria Estadual de Saúde - SES
HU – Hospital Universitário - UFSC	Serviço Hospitalar de Saúde Auditiva	FLORIANÓPOLIS	todas	Abrangência Estadual	Secretaria Estadual de Saúde - SES
Núcleo de Reabilitação Lábio Palatal - Centrinho	Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva	JOINVILLE	Nordeste	Planalto Norte e Nordeste	Secretaria Municipal de Saúde - SMS
UNIVALI – Instituto de Fonoaudiologia	Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva	ITAJAÍ	Foz do Itajaí, Médio e Alto Vale do Itajaí	Foz do Itajaí e Vale do Itajaí	Secretaria Municipal de Saúde - SMS
Clínica OUTIOVER	Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva	CHAPECÓ	Oeste, Meio Oeste, Extremo Oeste, Xanxerê, Alto Vale	Grande Oeste e Meio Oeste e Serra	Secretaria Municipal de

			do Rio do Peixe e Alto Rio Uruguai		Saúde - SMS
--	--	--	------------------------------------	--	-------------

Dados do Serviço Estadual de Saúde Auditiva, conforme Deliberação CIB 006/2020

### Historia do Serviço Saúde Auditiva:

O Estado de Santa Catarina atuava como fornecedor de aparelhos auditivos até o início de 2003. A partir do credenciamento da OTOVIDA pela Portaria GM/ 432/01, passou-se a prestar atendimento ao usuário com deficiência auditiva.

Em 2004 o Estado passou a ter duas Unidades Prestadoras de Serviços de Reabilitação Auditiva, AADAV - Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visual em Jaraguá do Sul e a Clínica Otovida em Florianópolis. No início estes atendimentos eram lançados conforme a produção, teto FAEC, sem limitação de procedimentos. Posteriormente se estabeleceu o teto financeiro de cada Estado.

O Serviço Saúde Auditiva consiste em atendimentos desde a Atenção Primária até a Alta Complexidade, com fluxos estabelecidos de Referência e Contra Referência. Na Média Complexidade e na Alta Complexidade deverão ofertar consultas e exames aos pacientes referenciados e que tenham o diagnóstico confirmado de deficiência auditiva e atender consultas gerais e exames de média complexidade para pacientes externos referenciados pela atenção básica para consulta especializada de otorrinolaringologia.

Com a publicação das portarias 2.073/GM04, 587 e 589/SAS/04 e com Plano para a Organização da Rede de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Auditiva do Estado ocorreram novas habilitações nas Macrorregiões.

### Levantamento de dados relativos aos Serviços Ambulatoriais no Estado de Santa Catarina:

Serviço	AVALIAÇÃO (2007-2020)	AASI (2007-2020)	ACOMPANHAMENTO (2019)
Otovida	15.276	18.848	7.212
Centrinho	4.902	3.493	1.500
UNIVALI	6.912	7.772	2.844
Cl. Integrada Oeste	8.818	10.583	4.981
AADAV	973	450	1.159
Otocenter	174	231	0
<b>Total</b>	<b>37.055</b>	<b>41.377</b>	<b>17.696</b>

Dados do Sistema Web AVOS – ATPCD - 10/11/2020

### Dados do número de cirurgias realizadas no Serviço Hospitalar de Saúde Auditiva em Santa Catarina:

SHSA	IC	PAAO
HU	204	8

Dados dos Hospitais que realizaram a Triagem Auditiva Neonatal em Santa Catarina:

A realização da Triagem Neonatal Auditiva (TAN) de janeiro de 2019 a agosto de 2020 ocorreu por meio das seguintes instituições:

<b>Hospital</b>	<b>Município</b>	<b>Região de Saúde</b>	<b>Macro Região</b>
Maternidade Carmela Dutra	Florianópolis	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis
Hospital Regional de São José Dr Homero Miranda Gomes	São José		
Hospital Infantil Joana de Gusmão	Florianópolis		
Hospital Universitário	Florianópolis		
Hospital Infantil Dr Jesser Amarante Faria	Joinville	Nordeste	Planalto Norte e Nordeste
Maternidade Darcy Vargas	Joinville		
Hospital Municipal Nossa Senhora da Graça	São Francisco do Sul		
Maternidade Dona Catarina Kuss	Mafra	Planalto Norte	
Hospital Santa Cruz de Canoinhas	Canoinhas		
Hospital Felix da Costa Gomes	Três Barras		
Fundação Hospitalar Rio Negrinho	Rio Negrinho		
Hospital Santa Isabel	Blumenau	Médio Vale do Itajaí	Vale do Itajaí
Hospital e Maternidade Rio do Testo	Pomerode		
Hospital Dr Waldomiro Colautti	Ibirama	Alto Vale do Itajaí	
Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen	Itajaí	Foz do Itajaí	Foz do Itajaí
Hospital Regional do Oeste	Chapecó	Oeste	Grande Oeste
Hospital da Criança Augusta Muller Bohner	Chapecó		
Hospital Regional São Paulo Assec	Xanxerê	Xanxerê	
Hospital Frei Bruno	Xaxim		
Hospital Nossa Senhora da Conceição	Tubarão	Laguna	Sul
Hospital e Maternidade	Lages		

Tereza Ramos		Serra	Meio Oeste e Serra
Hospital de Caridade Coração de Jesus	São Joaquim		
Hospital São Roque de Seara	Seara	Alto Uruguai Catarinense	

Dados fornecidos pela Saúde da Criança – DABS/SES - outubro/2020

Legislação:

Portaria GM 1060 de 5 de junho de 2002;

Portaria GM 2073 de 28 de setembro de 2004;

Portaria SAS 587 de 07 de outubro de 2004;

Portaria SAS 589 de 08 de outubro de 2004.

Deliberações da CIB/SC referentes ao tema:

Deliberação 197/CIB/07 - O remanejamento de teto, em caráter emergencial e provisório, de Joinville (Centrinho) e de Florianópolis (HU) quanto aos atendimentos de média complexidade;

Deliberação 102/CIB/108 - A Pactuação de Termo de Compromisso com regras e metas bem estabelecidas (Anexo I); Um manual para auxiliar no processo de autorização, acompanhamento e avaliação dos serviços (Anexo II); O encaminhamento dos pacientes fora da área de abrangência de Jaraguá do Sul que estão no serviço desse município para a SES. A SES encaminhará a documentação desses pacientes para avaliação e confirmação do respectivo Gestor Municipal de Saúde e posteriormente enviará para atendimento no serviço de referência; O fluxo para atendimento dos pacientes;

Deliberação 423/CIB/10 – Normatiza as Reposições de AASI e estabelece o fluxo de relatórios do gestor municipal para Estado;

Deliberação 425/CIB/2010 – PPI Ambulatorial – ajuste – teto Saúde Auditiva 2010;

Deliberação 484/CIB/2010 - Aprova o repasse do recurso para atendimento das macrorregiões do Extremo Oeste e do Vale do Itajaí, definidos no Anexo IV da Deliberação nº 102/2008;

Deliberação 460/CIB/2012 - Os novos Termos de Compromisso para a Saúde Auditiva, a serem firmados com os Gestores e Prestadores deste Serviço (anexo1); As Diretrizes do Serviço de Saúde Auditiva no Estado de Santa Catarina conforme Portaria GM/MS 793/12 (anexo 2); Instrutivo de Avaliação para Nortear o Acesso à Saúde Auditiva na Atenção Básica (anexo3) e o incremento no teto dos Municípios Gestores dos Serviços para atendimento dos procedimentos de acompanhamento em Saúde Auditiva (anexo4).

Deliberação 240/CIB/2015 – Aprova a organização e o estabelecimento, na Rede de Cuidados a Saúde da pessoa com Deficiência, das Diretrizes para a Atenção a Saúde Auditiva em Santa Catarina, desde o componente da Triagem auditiva Neonatal até a atenção Hospitalar de Saúde Auditiva, estabelecendo as competências de cada ponto da Rede, os fluxos para a Triagem auditiva neonatal, o fluxo e critérios de prioridade para os Serviços ambulatorial e hospitalar de Saúde Auditiva, bem como as etapas de tratamento neste processo. Os Termos de Compromisso que estabelecem os tetos financeiros e as referências de cada serviço estarão sendo revisadas a partir desta deliberação e do levantamento das capacidades, aproveitamento das vagas e da filas de espera, para posterior aprovação, mantendo-se o que estava na deliberação 460 de 2012 até a sua revisão. Revoga as Deliberações CIB/102 de 2008 e 423/CIB de 2010 e altera a Deliberação 460/CIB de 2012, quanto as diretrizes para o Serviço de Saúde Auditiva, **no seu anexo I e anexo II**. ANEXO I – Diretrizes. ANEXO II - Encaminhamento para o SASA.

Deliberação 042/CIB/2017 – Aprova A revisão das Diretrizes para a Atenção a Saúde Auditiva em Santa Catarina; A revisão dos Termos de compromisso que estabelecem os tetos financeiros e as referências de cada serviço, adequando-se ao que prevê a Portaria MS/GM nº 793/12 e o Instrutivo de Reabilitação auditiva, física, intelectual e visual; O formulário de transferência de paciente; O encaminhamento para o Serviço Hospitalar de Saúde Auditiva (SHSA); A revisão do encaminhamento ao Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva (SASA); e Revoga a Deliberação CIB/SC nº460/2012 e seus anexos, e retifica a Deliberação CIB/SC nº240/2015 quanto as Diretrizes e ao Encaminhamento ao Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva.

Protocolo de Acesso ao Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva (2017).

Deliberação 230/CIB /2018 – Aprova a revisão das Diretrizes para a Atenção a Saúde Auditiva em Santa Catarina; A revisão do Encaminhamento ao Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva (SASA) e Encaminhamento para o Serviço Hospitalar de Saúde Auditiva (SHSA); O Encaminhamento para o Serviço Hospitalar de Saúde Auditiva – PAAO; Revogação do formulário de transferência de pacientes; e a retifica a Deliberação CIB/SC nº42/2017 quanto as Diretrizes e ao Encaminhamento ao Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva.

Deliberação 006/CIB/2020 – Aprova a alteração no acesso aos Serviços Ambulatoriais de Saúde Auditiva, que passa a ocorrer em fila única por prestador, regulada no SISREG, mediante Protocolo de Classificação de Risco já existente; os novos Termos de Compromisso de todos os prestadores ativos, incluindo os procedimentos e os quantitativos de procedimentos, além dos recursos financeiros distribuídos por prestador e por fonte de recurso (Federal e Estadual); Incremento financeiro para reposição de AASI, repassado pela Secretaria de Estado da Saúde, de 16,5% sobre o valor do teto financeiro advindo da fonte federal, correspondendo ao valor total de R\$ 115.000,00/mês distribuídos

para os prestadores ativos. Revoga parcialmente a Deliberação CIB/SC N°42/2017 no que se refere a Revisão dos Termos de Compromisso que estabelecem os tetos financeiros e as referências de cada serviço.

**Deficiência Intelectual** (Serviços de Reabilitação – Contratualizados a partir da Portaria GM/MS 1635/02 – Deficiência Mental e Autismo e/ou Habilitados na Modalidade CER – conforme as Portarias 793 e 835/2012):

A Portaria 1635/2002, publicada pelo Ministério da Saúde, objetivou organizar o atendimento à pessoa portadora de deficiência intelectual e de autismo no SUS, garantindo às mesmas, assistência por intermédio de equipe multiprofissional e multidisciplinar, utilizando-se de métodos e técnicas terapêuticas específicas, identificando e acompanhando esta população;

Esta portaria incluiu no SIA – SUS, o procedimento 38.081.01-6 – cuja descrição era: Acompanhamento de Pacientes que Necessitam de Estimulação Neuro – Sensorial que “consiste no conjunto de atividades individuais de estimulação sensorial e psicomotora, realizada por equipe multiprofissional, visando à reeducação das funções cognitivas e sensoriais. Inclui avaliação, estimulação e orientação relacionadas ao desenvolvimento da pessoa portadora de deficiência mental ou com autismo (máximo 20 procedimentos/paciente/mês)”;

O texto da portaria normativa trouxe algumas exigências que deveriam ser observadas pelo prestador de serviços, para caracterizar a cobrança do procedimento, tais como:

- Que haja um conjunto de atividades individuais de estimulação sensorial e psicomotora;
- Que estas sejam realizadas por equipe multidisciplinar;
- Que sejam desenvolvidas visando à reeducação das funções cognitivas e sensoriais;
- Que incluam a avaliação, a estimulação e a orientação relacionadas ao desenvolvimento da pessoa portadora de deficiência mental ou com autismo;
- Que no mês sejam prestados no máximo 20 procedimentos por paciente.

A legislação complementar que se seguiu à publicação da referida portaria, especialmente a portaria que modificou e unificou os códigos da Tabela SIA e SIH/SUS, a Portaria MS/GM nº. 2848, de 06/11/07, trouxe o atendimento que se destina ao portador de deficiências mental e ou autismo, na codificação 03.01.07.007-5, com a seguinte descrição: ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITACAO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, porém, em nenhum momento revogou a Portaria 1635/02, que, portanto tem plena vigência.

Foi neste norte, que o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES/SC e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina - COSEMS dentro dos princípios do SUS, de universalidade e integralidade, porém na concepção da equidade e objetivando atender este público específico, elaborou o Manual de Normas Técnica para Serviços de Saúde Englobados na Portaria 1635/2002 e legislação suplementar, aprovado e deliberado em CIB em 2010.

Assim, sendo as necessidades de saúde infinitas e os recursos existentes finitos, devendo ser direcionados de modo equilibrado para atendimento de toda a demanda, a proposta de regulamentação

normativa, não só objetivava disciplinar as ações dos serviços objetos do Manual, para dar conformidade à legislação vigente, mas também possibilitar, a contratualização do maior número possível de prestadores de serviço dessa natureza, utilizando para isso, a base populacional de usuários existentes nestes serviços, fixados em 13.000 usuários.

Assim, formou-se um valor único, per capita, a ser aplicado para cada usuário matriculado, sendo que este valor multiplicado pelo número de usuários matriculados na Instituição estabelecia o Teto Financeiro Mensal que o serviço fez jus, desde que atendidos os critérios de atendimento das equipes multidisciplinares e no atendimento integral dessa equipe durante o mês, devidamente demonstrados nos relatórios exigidos, os quais foram apresentados no Manual.

Por fim, visando possibilitar que a cobertura a este público específico fosse proporcionada em todo o território catarinense, através de Serviços de Reabilitação para pessoas com Deficiência Mental e/ou Autismo, que fossem inseridos no rol de prestadores de serviço do SUS, nos respectivos níveis de gestão, destinando-se o Manual a nortear as ações de todos os serviços de saúde que atendessem aos pacientes com deficiências mentais e/ou autismo, já contratualizadas ou que viessem a contratualizar, independente do ente gestor a que se vinculava.

No Estado, antes da estruturação do Manual, a FCEE sempre teve o papel de referência na orientação dos demais serviços e na Avaliação para fechamento de Diagnóstico desses pacientes. O perfil de Serviços contratualizados na 1635/2002, é de na sua maioria, APAEs, sendo parte de Gestão Estadual e parte de Gestão Municipal.

Após a publicação das Portarias GM/MS 793/2012 e 835/2012, a Secretaria de Estado da saúde de Santa Catarina vem estudando uma forma de inserção desses Serviços dentro da Rede, devido seu papel de importância no atendimento a essa população. Há necessidade de se definir os Centros de Referência para o fechamento Diagnóstico dessa população e o fluxo de referência e contra referência para as demais APAEs. Bem como, os fluxos entre APAEs e APS, principalmente em relação ao apoio diagnóstico e terapia e atenção odontológica, através dos CEOs, à população com deficiência intelectual, que mostra-se bastante fragilizada.

A área Técnica da Saúde da Pessoa com deficiência, fez parte do grupo de estudos que revisou o Manual de Normas Técnicas do estado, com objetivo de atender a situação atual e as demandas necessárias a essa população. Outra questão que foi realizado estudo é o desenvolvimento de um instrumento de Acesso ao Serviço através da Regulação.

Seguem abaixo, dados atualizados do número de APAEs e serviços contratualizados, na Gestão Municipal, por Macro Região e Região de Saúde, conforme Deliberação CIB 085/2019:

## Macro Região Grande Oeste:

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNE S	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Extremo Oeste	Anchieta	APAE	7136595	39	R\$ 7.141,68	R\$ 883,67	R\$ 8.025,35
	Descanso	APAE	6129781	56	R\$ 10.254,72	R\$ 1.454,23	R\$ 11.708,95
	Guaraciaba	APAE	579296	56	R\$ 10.254,72	R\$ 735,05	R\$ 10.989,77
	Guarujá do Sul	APAE	7341059	39	R\$ 7.141,68	R\$ 1.153,99	R\$ 8.295,67
	Maravilha	APAE	577690	105	R\$ 19.227,60	R\$ 964,00	R\$ 20.191,60
	Itapiranga	APAE	593195	53	R\$ 9.705,36	R\$ 1.436,96	R\$ 11.142,32
	Mondai	APAE	605862	67	R\$ 12.269,04	R\$ 1.955,31	R\$ 14.224,35
	Palma Sola	APAE	5302668	70	R\$ 12.818,40	R\$ 1.166,44	R\$ 13.984,84
	São João do Oeste	APAE	5399432	34	R\$ 6.226,08	R\$ 1.072,45	R\$ 7.298,53
	São José do Cedro	APAE	579280	64	R\$ 11.719,68	R\$ -	R\$ 11.719,68
	São Miguel d'Oeste	APAE	516806-6	123	R\$ 22.523,76	R\$ 4.279,16	R\$ 26.802,92
	Iraceminha	APAE	5805996	39	R\$ 7.141,68	R\$ 1.127,88	R\$ 8.269,56
	Modelo	APAE	5687977	109	R\$ 19.960,08	R\$ 2.184,46	R\$ 22.144,54
	Tunápolis	APAE	6744974	45	R\$ 8.240,40	R\$ 1.153,99	R\$ 9.394,39
Romelândia	APAE	6548075	55	R\$ 10.071,60	R\$ 1.371,09	R\$ 11.442,69	
Iporá do Oeste	APAE	6295371	57	R\$ 10.437,84	R\$ 1.388,36	R\$ 11.826,20	

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Oeste	Cunha Porã	APAE	3615332	94	R\$ 17.213,28	R\$ 1.961,94	R\$ 19.175,22
	São Carlos	APAE	587980	130	R\$ 23.805,60	R\$ 3.370,18	R\$ 27.175,78
	Caibi	APAE	6156754	49	R\$ 8.972,88	R\$ 205,25	R\$ 9.178,13
	Palmitos	APAE	5040779	92	R\$ 16.847,04	R\$ -	R\$ 16.847,04
	Pinhalzinho	APAE	5111609	112	R\$ 20.509,44	R\$ 2.767,08	R\$ 23.276,52
	Chapecó	APAE	5042461	445	R\$ 81.488,40	R\$ 10.723,30	R\$ 92.211,70
	Chapecó	CAPP	5385261				
Quilombo	APAE	5852714	131	R\$ 23.988,72	R\$ 2.589,55	R\$ 26.578,27	

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNE S	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Xanxerê	Galvão	APAE	579779	57	R\$ 10.437,84	R\$ 1.188,33	R\$ 11.626,17
	Ipuaçú	APAE	567151-5	66	R\$ 12.085,92	R\$ 724,81	R\$ 12.810,73
	Ponte Serrada	APAE	567933-8	77	R\$ 14.100,24	R\$ 2.211,18	R\$ 16.311,42
	Xaxim	APAE	358777	148	R\$ 27.101,76	R\$ 2.538,73	R\$ 29.640,49
	Abelardo Luz	APAE	5776910	110	R\$ 20.143,20	R\$ 3.254,50	R\$ 23.397,70
	Faxinal do Guedes	APAE	5729602	91	R\$ 16.663,92	R\$ 1.044,94	R\$ 17.708,86
	São Lourenço d'Oeste	APAE	575018	144	R\$ 26.369,28	R\$ 3.292,66	R\$ 29.661,94
	Ouro Verde	APAE	6293395	23	R\$ 4.211,76	R\$ 535,62	R\$ 4.747,38
	São Domingos	APAE	5835240	83	R\$ 15.198,96	R\$ 2.379,27	R\$ 17.578,23
	Xanxerê	APAE	3747700	171	R\$ 31.313,52	R\$ 598,48	R\$ 31.912,00
	Campo Erê	APAE	6400469	73	R\$ 13.367,76	R\$ 1.129,09	R\$ 14.496,85

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

## Macro Região Meio Oeste e Serra:

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Uruguaiana	Irani	APAE	5399734	77	R\$ 14.100,24	R\$ 1.936,84	R\$ 16.037,08
	Concórdia	APAE	5611466	172	R\$ 31.496,64	R\$ 3.680,67	R\$ 35.177,31

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Melo Oeste	Água Doce	APAE	398437	40	R\$ 7.324,80	R\$ 1.172,26	R\$ 8.497,06
	Campos Novos	APAE	6168833	99	R\$ 18.128,88	R\$ 1.978,41	R\$ 20.107,29
	Jaborá	APAE	6147143	37	R\$ 6.775,44	R\$ 1.126,47	R\$ 7.901,91
	Catanduvas	APAE	396512-0	42	R\$ 7.691,04	R\$ 846,91	R\$ 8.537,95
	Joaçaba	APAE	3946851	143	R\$ 26.186,16	R\$ 3.495,91	R\$ 29.682,07
	Vargem Bonita	APAE	6728936	21	R\$ 3.845,52	R\$ 487,02	R\$ 4.332,54

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Alto Vale do Rio do Peixe	Lebon Regis	APAE	6254578	85	R\$ 15.565,20	R\$ 2.151,13	R\$ 17.716,33
	Santa Cecília	APAE	617778	83	R\$ 15.198,96	R\$ 2.400,36	R\$ 17.599,32
	Videira	APAE	512593	150	R\$ 27.468,00	R\$ 2.396,34	R\$ 29.864,34
	Curitibanos	APAE	5433118	233	R\$ 42.666,96	R\$ 5.271,27	R\$ 47.938,23
	Tangará	APAE	6195644	48	R\$ 8.789,76	R\$ 1.099,36	R\$ 9.889,12
	Caçador	APAE	5953367	204	R\$ 37.356,48	R\$ 4.216,30	R\$ 41.572,78
	Fraiburgo	APAE	6268242	123	R\$ 22.523,76	R\$ 2.702,41	R\$ 25.226,17

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Serra Catarinense	Anita Garibaldi	APAE	6273963	73	R\$ 13.367,76	R\$ 1.813,73	R\$ 15.181,49
	Bom Retiro	APAE	542060	100	R\$ 18.312,00	R\$ 1.176,08	R\$ 19.488,08
	Campo Belo do Sul	APAE	5506484	45	R\$ 8.240,40	R\$ 747,30	R\$ 8.987,70
	Correia Pinto	APAE	7155786	72	R\$ 13.184,64	R\$ 713,76	R\$ 13.898,40
	Otacílio Costa	APAE	503218	85	R\$ 15.565,20	R\$ -	R\$ 15.565,20
	São Joaquim	APAE	604456	79	R\$ 14.466,48	R\$ 1.612,49	R\$ 16.078,97
	São José do Cerrito	APAE	592512	72	R\$ 13.184,64	R\$ -	R\$ 13.184,64
	Urubici	APAE	542066	72	R\$ 13.184,64	R\$ 485,41	R\$ 13.670,05
Lages	APAE	5500810	326	R\$ 59.697,12	R\$ 6.185,67	R\$ 65.882,79	

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

### Macro Região Vale do Itajaí:

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Alto Vale do Itajaí	Agrolândia	APAE	6244297	61	R\$ 11.170,32	R\$ 1.160,42	R\$ 12.330,74
	Presidente Getúlio	APAE	6561551	62	R\$ 11.353,44	R\$ 1.068,03	R\$ 12.421,47
	Rio do Sul	APAE	5975948	97	R\$ 17.823,68	R\$ 2.241,97	R\$ 20.065,65
	Ituporanga	APAE	7621396	63	R\$ 11.536,56	R\$ 50,83	R\$ 11.587,39
	Ibarama	APAE	7555938	74	R\$ 13.550,88	R\$ 1.612,49	R\$ 15.163,37

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Médio Vale do Itajaí	Pomerode	APAE	506205	85	R\$ 15.565,20	R\$ 1.141,14	R\$ 16.706,34
	Timbó	APAE	512376	137	R\$ 25.087,44	R\$ 2.441,73	R\$ 27.529,17
	Apiúna	APAE	7155158	58	R\$ 10.620,96	R\$ 997,74	R\$ 11.618,70
	Blumenau	APAE	2522241	381	R\$ 69.768,72	R\$ 1.918,17	R\$ 71.686,89
	Indaial	APAE	5894204	127	R\$ 23.256,24	R\$ 2.245,72	R\$ 25.501,96
	Gaspar	APAE	5472253	236	R\$ 43.216,32	R\$ 3.030,78	R\$ 46.247,10

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

### Macro Região Planalto Norte e Nordeste:

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Planalto Norte	Monte Castelo	APAE	618038	59	R\$ 10.804,08	R\$ 1.698,85	R\$ 12.502,93
	Papanduva	APAE	5835224	64	R\$ 11.719,68	R\$ 1.288,35	R\$ 13.008,03
	Mafra	APAE	6275370	146	R\$ 26.735,52	R\$ 1.422,53	R\$ 28.158,05
	Canoinhas	APAE	6249248	160	R\$ 29.299,20	R\$ 4.379,60	R\$ 33.678,80
	Porto União	APAE	6332951	98	R\$ 17.945,76	R\$ 2.791,58	R\$ 20.737,34
	Três Barras	APAE	6824226	79	R\$ 14.466,48	R\$ 2.217,40	R\$ 16.683,88
	Rio Negrinho	APAE	7541538	82	R\$ 15.015,84	R\$ 1.039,71	R\$ 16.055,55
São Bento do Sul	APAE	7190638	151	R\$ 27.651,12	R\$ 2.312,19	R\$ 29.963,31	

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Nordeste	Joinville	APAE	5601916	1.061	R\$ 194.290,32	R\$ 6.855,25	R\$ 201.145,57
	Joinville	NAIPE	2622947				
	Joinville	IRPH	5601975				
	Garuva	APAE	7522339	33	R\$ 6.042,96	R\$ -	R\$ 6.042,96
	Barra Velha	APAE	7590571	64	R\$ 11.719,68	R\$ 1.739,42	R\$ 13.459,10
	Guaramirim	APAE	7190530	97	R\$ 17.762,64	R\$ 1.495,00	R\$ 19.257,64
Jaraguá do Sul	APAE	6759661	149	R\$ 27.242,28	R\$ 3.840,94	R\$ 31.083,22	

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

### Macro Região Foz do Itajaí:

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Foz do Rio Itajaí	Navegantes	APAE	6127444	139	R\$ 25.453,68	R\$ 2.084,65	R\$ 27.538,33
	Camboriú	APAE	5703050	172	R\$ 31.496,64	R\$ 4.380,58	R\$ 35.877,22
	Balneário Piçarras	APAE	7550642	85	R\$ 15.565,20	R\$ -	R\$ 15.565,20
	Ilhota	APAE	7098707	56	R\$ 10.254,72	R\$ 605,31	R\$ 10.860,03
	Porto Belo	APAE	7122829	71	R\$ 13.001,52	R\$ -	R\$ 13.001,52
	Itajaí	APAE	2744856	373	R\$ 68.303,76	R\$ 10.059,34	R\$ 78.363,10
	Itajaí	Amor pra Down	7341806				
	Balneário Camboriú	APAE	2504278	251	R\$ 45.963,12	R\$ 5.670,23	R\$ 51.633,35

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

### Macro Região Grande Florianópolis:

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNE S	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Grande Florianópolis	Garopaba	APAE	6213243	65	R\$ 11.902,80	R\$ 1.528,14	R\$ 13.430,94
	Santo Amaro da Imperatriz	APAE	6256791	104	R\$ 19.044,48	R\$ 2.262,59	R\$ 21.307,07
	São João Batista	APAE	6274978	52	R\$ 9.522,24	R\$ 1.213,64	R\$ 10.735,88
	São José	APAE	605861	191	R\$ 34.975,92	R\$ 4.880,85	R\$ 39.856,77
	Tijucas	APAE	5998255	102	R\$ 18.678,24	R\$ 2.765,88	R\$ 21.444,12
	Nova Trento	APAE	7547668	39	R\$ 7.141,68	R\$ 886,48	R\$ 8.028,16
	Canelinha	APAE	7556322	51	R\$ 9.339,12	R\$ 981,67	R\$ 10.320,79
	Florianópolis	APAE	5629918	371	R\$ 67.937,52	R\$ 6.883,17	R\$ 74.820,69
Paulo Lopes	APAE	7808305	82	R\$ 15.015,84	R\$ 79,93	R\$ 15.095,77	

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

### Macro Região Sul:

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNE S	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Laguna	Braço do Norte	APAE	612803	82	R\$ 15.015,84	R\$ 1.482,15	R\$ 16.497,99
	Grão Pará	APAE	605499	48	R\$ 8.789,76	R\$ 1.251,59	R\$ 10.041,35
	Gravatal	APAE	7434642	65	R\$ 11.902,80	R\$ 847,32	R\$ 12.750,12
	Imaruí	APAE	6200117	72	R\$ 13.184,64	R\$ 1.544,01	R\$ 14.728,65
	Rio Fortuna	APAE	6050778	36	R\$ 6.592,32	R\$ 289,20	R\$ 6.881,52
	Tubarão	APAE	6156789	183	R\$ 33.510,96	R\$ 2.357,78	R\$ 35.868,74
	Capivari de Baixo	APAE	5936640	89	R\$ 16.297,68	R\$ 1.718,25	R\$ 18.015,93
	Imbituba	APAE	5877075	115	R\$ 21.058,80	R\$ 2.366,54	R\$ 23.425,34
	São Ludgero	APAE	7534302	44	R\$ 8.057,28	R\$ 1.251,59	R\$ 9.308,87
	Armazém	APAE	6260527	65	R\$ 11.902,80	R\$ -	R\$ 11.902,80
Laguna	APAE	5998336	125	R\$ 22.890,00	R\$ 2.552,59	R\$ 25.442,59	

Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNE S	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Carbonífera	Içara	APAE	554392	188	R\$ 34.426,56	R\$ 2.971,53	R\$ 37.398,09
	Lauro Muller	APAE	6198929	50	R\$ 9.156,00	R\$ 1.446,00	R\$ 10.602,00
	Nova Veneza	APAE	7296622	46	R\$ 8.423,52	R\$ 1.205,20	R\$ 9.628,72
	Morro da Fumaça	APAE	6243975	87	R\$ 15.931,44	R\$ 1.166,64	R\$ 17.098,08
	Siderópolis	APAE	7295413	60	R\$ 10.987,20	R\$ 1.454,84	R\$ 12.442,04
	Criciúma	APAE	6024025	224	R\$ 41.018,88	R\$ 10.113,57	R\$ 51.132,45
	Urussanga	APAE	7549202	59	R\$ 10.804,08	R\$ 1.194,56	R\$ 11.998,64
	Cocal do Sul	APAE	6234100	107	R\$ 19.593,84	R\$ 2.675,50	R\$ 22.269,34
Orleans	APAE	6167063	85	R\$ 15.565,20	R\$ 1.660,29	R\$ 17.225,49	

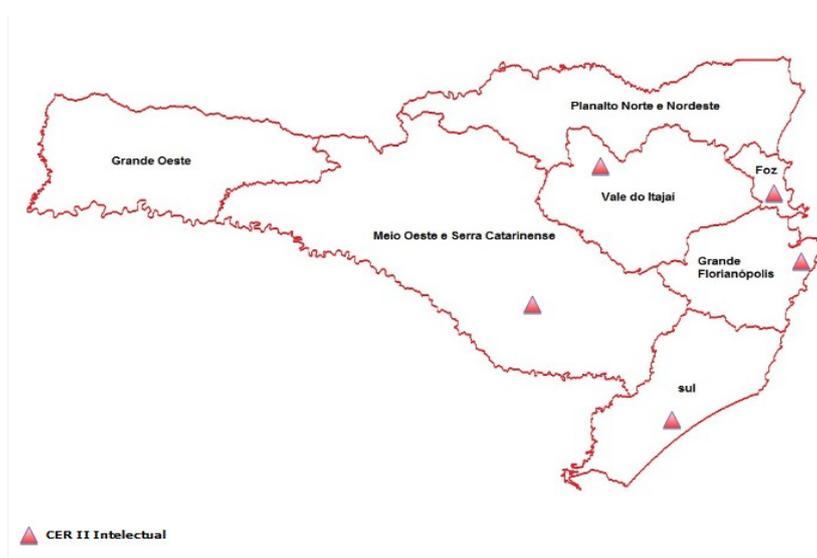
Fonte: Anexo I Deliberação 085/CIB/2019

Região de Saúde	Município	Estabelecimento Assistencial de Saúde	CNES	Nº de pacientes	Valor mensal Teto PPI	Valor mensal da Portaria GM/MS nº 3.687/2017	Valor Total
Extremo Sul Catarinense	Araranguá	APAE	604842	149	R\$ 27.284,88	R\$ 647,69	R\$ 27.932,57
	Passo de Torres	APAE	6336000	38	R\$ 6.958,56	R\$ -	R\$ 6.958,56
	São João do Sul	APAE	591831	60	R\$ 10.987,20	R\$ -	R\$ 10.987,20
	Timbé do Sul	APAE	7568940	65	R\$ 11.902,80	R\$ -	R\$ 11.902,80

Fonte: Anexo

I Deliberação 085/CIB/2019

Seguem dados dos Centros Especializados em Reabilitação, habilitados no Estado de Santa Catarina, na modalidade Intelectual:



Fonte: Dados do Serviço Estadual – ATPCD, novembro/2020

PRESTADOR	Município de Localização	Macrorregião	GESTOR	TIPO
Centro Catarinense de Reabilitação - CCR	Florianópolis	Grande Florianópolis	Secretaria Estadual de Saúde - SES	CER II Física e Intelectual
FURB	Blumenau	Vale do Itajaí	SMS de Blumenau	CER II Física e Intelectual
UNIVALI	Itajaí	Foz do Itajaí	SMS de Itajaí	CER II Física e Intelectual
UNIPLAC	Lages	Meio Oeste e Serra	SMS de Lages	CER II Física e Intelectual
UNESC	Criciúma	Sul	SMS de Criciúma	CER II Física e Intelectual

Tabela contendo as informações de gestão e locais dos serviços habilitados em DF e Oficina Ortopédica em SC, atualizado em nov/2020

### Legislações Federais:

Portaria GM/MS nº 1635/2002 - Inclui no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde SIA-SUS, o procedimento abaixo relacionado: Acompanhamento de Pacientes

Acompanhamento de Pacientes com Deficiência Mental ou com Autismo Acompanhamento de Pacientes com Deficiência Mental ou com Autismo Acompanhamento de Pacientes que Necessitam de Estimulação Neuro Sensorial Consiste no conjunto de atividades individuais de estimulação sensorial e psicomotora, realizada por equipe multiprofissional, visando à reeducação das funções cognitivas e sensoriais. Inclui avaliação, estimulação e orientação relacionadas ao desenvolvimento da pessoa portadora de deficiência mental ou com autismo (máximo 20 procedimentos/paciente/mês); Inclui no Subsistema de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/Custo APAC-SIA, o Procedimento definido no Artigo 1º desta Portaria e regulamentar a utilização de instrumentos e formulários para sua operacionalização: - Laudo para Emissão de APAC para pessoas portadoras de deficiência mental ou com autismo

Portaria GM/MS nº 3.687/2017 – que altera os valores de procedimento, no Bloco de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para ampliação do acesso a Procedimentos de Reabilitação da Tabela SUS.

Deliberações Estaduais:

Deliberação 228/CIB/2013 - A revisão do Manual de Normas Técnicas da APAE, para Serviços de Deficiência Intelectual e/ou Autismo, conforme instrutivo do Ministério da Saúde, publicado em abril de 2013; e a revisão do teto financeiro, por aluno atendido na Saúde, com teto que será estabelecido, a partir da confirmação dos Gestores do número de alunos cadastrados em cada Serviço, com teto fixo, média de 12 procedimentos/mês, conforme normas estabelecidas no manual.

Deliberação 024/CIB/2018 – Aprova: **Art. 1** Fica definido o período que compreende as competências janeiro a junho de 2018, de produção aprovada no SIA, para análise do teto financeiro dos estabelecimentos regidos pelo Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista/2013. **Art. 2** A proposta de expansão da oferta de procedimentos prevista no artigo 5º da Portaria GM/MS nº 3.687/2017 deverá ser encaminhada à Coordenação da Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência, em até 90 (noventa) dias a contar desta Deliberação, a qual analisará o impacto financeiro e apresentará propostas à Câmara Técnica de Gestão.

Deliberação 085/CIB/2019 - Aprova o ajuste dos tetos financeiros dos serviços atualmente contratualizados, conforme a planilha da Produção levantada (competências abril/2018 a março/2019) – Anexo I; as novas solicitações de habilitação, conforme normas técnicas estabelecidas e após envio do contrato pelo Gestor Municipal para análise da SES, através da Gerência competente – GECOS. (Planilha dos Serviços aguardando contratualização com a gestão municipal – Anexo II); que todos os serviços já contratualizados e os novos passem a ter suas vagas reguladas pelo gestor municipal, através do SISREG. Sendo critério para as novas contratualizações e que se estabelece o prazo de 90 dias para

adequação dos Serviços já contratualizados; Este recurso ficará disponível por um período máximo de até 180 dias para solicitações de novas habilitações; Anualmente serão revisados os tetos dos serviços contratualizados, para efetivação de novos ajustes caso sejam necessários. As Secretarias Municipais de Saúde (SMS) devem configurar as agendas no SISREG para regulação **do 1º atendimento, sendo 100% regulado**, configurada como vagas de “reserva”, de acordo com o Plano Operativo do Prestador Credenciado e, em conformidade com a nomenclatura descrita no Anexo I da Portaria nº 3687 e relacionada a seguir:

<b>Código Unificado (SIGTAP)</b>	<b>Código do SISREG</b>	<b>Procedimento</b>
030107007-5	0210004	ATENDIMENTOS/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

O agendamento dos retornos é de responsabilidade da Unidade de saúde na qual o paciente foi atendido, de acordo com a Deliberação nº 104/CIB/2018. Desta forma, as agendas de retorno podem ser configuradas como vaga “interna” no sistema SISREG ou por meio de outro sistema de informação, para que a Unidade Prestadora Serviço garanta o retorno do paciente no prazo definido pelo profissional assistente. Para continuidade no tratamento, estas agendas também podem ser configuradas como vaga “interna” no SISREG, conforme grupo criado pelo DRAC abaixo:

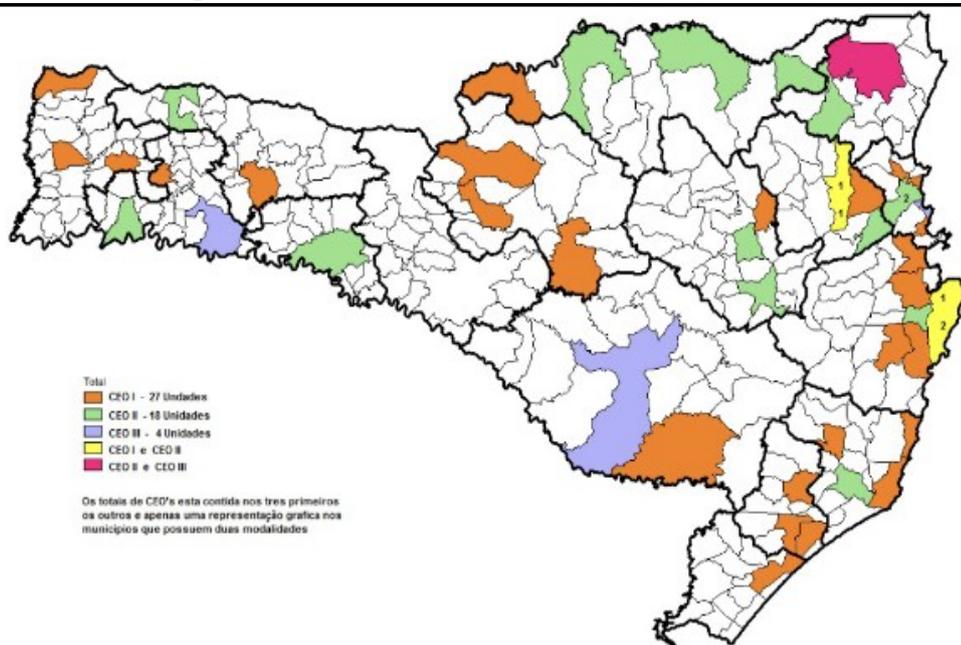
<b>GRUPO – APAE (0351000)</b>
ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITACAO - ASSISTENTE SOCIAL <b>(0351008)</b>
ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITACAO - FISIOTERAPIA <b>(0351007)</b>
ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITACAO - PSICOLOGIA <b>(0351005)</b>
ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITACAO - TERAPIA OCUPACIONAL <b>(0351006)</b>
CONSULTA EM CLINICA GERAL <b>(0351003)</b>
CONSULTA EM NEUROLOGIA - GERAL <b>(0351002)</b>
CONSULTA EM PEDIATRIA <b>(0351004)</b>
CONSULTA EM PSIQUIATRIA - GERAL <b>(0351001)</b>
CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA <b>(0351009)</b>

Os Municípios que tiverem dúvidas quanto à configuração no SISREG, podem entrar em contato com a Central Estadual de Regulação Ambulatorial – CERA.

Deliberação 009/CIB/2020 - **Art. 1º** O décimo quarto lote de Protocolos de Acesso (EM ANEXO), a ser utilizado pela Atenção Primária à Saúde (APS), Estratégia Saúde da Família, Equipe Saúde Bucal, e por todas as Centrais de Regulação Ambulatoriais do Estado de Santa Catarina, referente aos atendimentos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

## Centros de Especialidades Odontológicas:

Dados dos Serviços habilitados em Santa Catarina por tipo e aqueles que fizeram adesão para atendimento as pessoas com deficiência.



Fonte: Diretoria de Atenção Básica – DABS/SES – outubro/2020

CEO	Município	Região de Saúde	Macro Região	Adesão Atendimento PCD
Tipo I	Araranguá	Extremo Sul	Sul	Sim
Tipo I	Criciúma	Carbonífera		Sim
Tipo I	Içara	Laguna		Sim
Tipo I	Braço do Norte			Sim
Tipo I	Imbituba			Não
Tipo I	Laguna			Sim
Tipo II	Tubarão			Sim
Tipo I	Urussanga			Não
Tipo I	Biguaçu	Grande Florianópolis		Não
Tipo I	Florianópolis	Grande Florianópolis	Não	
Tipo II	Florianópolis	Grande	Sim	

		Florianópolis		
Tipo I	Florianópolis UFSC	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	Não
Tipo I	Palhoça	Grande Florianópolis		Sim
Tipo I	Santo Amaro da Imperatriz	Grande Florianópolis		Sim
Tipo I	São José	Grande Florianópolis		Não
Tipo II	São José	Grande Florianópolis		Não
Tipo I	Tijucas	Grande Florianópolis		Não
Tipo II	Balneário Camboriú	Foz do Itajaí		Foz do Itajaí
Tipo II	Itajaí	Foz do Itajaí	Não	
Tipo II	Itajaí - UNIVALI	Foz do Itajaí	Sim	
Tipo I	Itapema	Foz do Itajaí	Não	
Tipo I	Navegantes	Foz do Itajaí	Não	
Tipo II	Blumenau	Médio Vale do Itajaí	Vale do Itajaí	Sim
Tipo I	Blumenau			Não
Tipo II	Brusque			Sim
Tipo I	Gaspar			Não
Tipo I	Ibirama	Alto Vale do Itajaí		Sim
Tipo II	Ituporanga			Sim
Tipo II	Rio do Sul			Sim
Tipo II	Jaraguá do Sul	Nordeste	Planalto Norte e Nordeste	Sim
Tipo II	Joinville			Sim
Tipo III	Joinville			Sim
Tipo II	Canoinhas	Planalto Norte		Não
Tipo II	Mafra			Sim
Tipo II	São Bento do Sul			Sim
Tipo I	Porto União			Não
Tipo II	Concórdia	Alto Uruguai Catarinense	Meio Oeste e	Sim
Tipo I	Caçador	Alto Vale do Rio		Sim

Tipo I	Curitibanos	do Peixe	Serra	Sim
Tipo III	Lages	Serra		Não
Tipo I	São Joaquim			Sim
Tipo III	Chapecó	Oeste	Grande Oeste	Sim
Tipo II	Palmitos			Não
Tipo I	Pinhalzinho			Sim
Tipo I	Dionísio Cerqueira	Extremo Oeste		Sim
Tipo I	Maravilha			Não
Tipo I	São Miguel do Oeste			Não
Tipo II	São Lourenço do Oeste	Xanxerê		Sim
Tipo I	Xanxerê			Não

Fonte: Saúde Bucal – DABS/SES – outubro/2020

**Leitos de Longa Permanência:**

Leitos de longa permanência já habilitados no Estado.

<b>Estabelecimento</b>	<b>Município</b>	<b>Região de Saúde</b>	<b>Macro Região</b>	<b>Gestão</b>	<b>Nº Leitos</b>
Hospital Trombudo Central	Trombudo Central	Alto Vale do Itajaí	Vale do Itajaí	Dupla	60
Hospital São José de Urubici	Urubici	Serra	Meio Oeste e Serra	Estadual	15
Hospital de Caridade Coração de Jesus	São Joaquim			15	
Hospital São Roque	Luzerna	Meio Oeste		Estadual	15
Hospital Izolde Hübner Dalmora	Lindóia do Sul	Alto Uruguai Catarinense		Dupla	30
Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Nova Trento	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	Estadual	25
Hospital Bethesda	Joinville	Nordeste	Planalto Norte e Nordeste	Municipal	20
Fundação Hospitalar Rio Negrinho	Rio Negrinho	Planalto Norte		Municipal	20
<b>TOTAL de leitos de Santa Catarina habilitados</b>					<b>200</b>

Dados encaminhados pela Coordenação Estadual da RUE - outubro/2020

## **6. MATRIZ DIAGNÓSTICA DA REDE POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE:**

### **Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí:**

Composta pela *Região de Saúde da Foz do Rio Itajaí*, do qual fazem parte os seguintes Municípios: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

### **Plano de Ação Regional e Deliberação da CIR – ANEXO I**

**Macrorregião de Saúde da Grande Florianópolis:**

Composta pela Região de Saúde da Grande Florianópolis, do qual fazem parte os seguintes Municípios: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

**Não tem Plano de Ação Regional, não enviando pleitos para atualização do PAR Estadual.**

### **Macrorregião de Saúde do Meio Oeste e Serra Catarinense:**

Composta pela *Região de Saúde da Serra Catarinense*, do qual fazem parte os seguintes Municípios: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema. E pelas Regiões de Saúde:

- *Região de Saúde do Alto Uruguai Catarinense*, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina.

- *Região de Saúde do Meio Oeste*, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Abdon Batista, Água Doce, Brunópolis, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Monte Carlo, Ouro, Treze Tílias, Vargem, Vargem Bonita e Zortéa.

- *Região de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe*, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristovão do Sul, Tangará, Timbó Grande e Videira.

### **Plano de Ação Regional e Deliberações das CIR – ANEXO II**

### **Macrorregião de Saúde do Grande Oeste:**

Composta pelas Regiões de Saúde:

- ***Região de Saúde do Extremo Oeste***, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus do Oeste, Descanso, Dionísio Cerqueira, Flor do Sertão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Romelândia, Saltinho, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Tigrinhos e Tunápolis.

- ***Região de Saúde de Xanxerê***, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Abelardo Luz, Bom Jesus, Campo Erê, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuçu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Novo Horizonte, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Bernardino, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

- ***Região de Saúde do Oeste***, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caibi, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Cunhataí, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Riqueza, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste.

### **Plano de Ação Regional e Deliberações das CIR – ANEXO III**

**Macrorregião de Saúde do Planalto Norte e Nordeste:**

Composta pela *Região de Saúde do Planalto Norte*, do qual fazem parte os seguintes Municípios: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras. E, *Região de Saúde Nordeste*, do qual fazem parte os seguintes Municípios: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú e Schroeder.

**Não conseguiu finalizar o Plano de Ação e tempo hábil, estão trabalhando na construção do PAR, enviarão posteriormente. Sem pleitos no PAR.**

## **Macrorregião de Saúde do Vale do Itajaí:**

Composta pelas Regiões de Saúde:

- *Região de Saúde do Alto vale do Itajaí*, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

- *Região de Saúde do Médio vale do Itajaí*, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

## **Plano de Ação Regional e Deliberações das CIR – ANEXO V**

## **Macrorregião Saúde Sul:**

Composta pelas Regiões de Saúde:

- ***Região de Saúde de Laguna***, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão.

- ***Região de Saúde Carbonífera***, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

- ***Região de Saúde do Extremo Sul Catarinense***, da qual fazem parte os seguintes Municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

**Planos de Ação e Deliberações – ANEXOS IV e VI**

**7. Planilha de solicitações da Rede para o Estado de Santa Catarina, por ano, que demandam recursos federais (Rede de Cuidados a Saúde da Pessoa com Deficiência):**

<b>Ano</b>	<b>Pleito</b>	<b>Macro Região</b>	<b>Município</b>	<b>Gestão do Serviço</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>2021</b>	Ampliação/Reforma CER II	Meio Oeste e Serra	Lages	Municipal	Federal	R\$ 1.000.000,00
	Aquisição de equipamentos CER II	Meio Oeste e Serra	Lages	Municipal	Federal	R\$ 1.000.000,00
	Habilitação Oficina ortopédica	Sul	Criciúma	Municipal	Federal	R\$ 54.000 (custeio mensal)
<b>2022</b>	Construção CER IV	Grande Oeste	Chapecó	Municipal	Federal	R\$ 5.000.000,00
	Aquisição de equipamentos CER IV	Grande Oeste	Chapecó	Municipal	Federal	R\$ 2.000.000,00
	Construção oficina ortopédica	Meio Oeste e Serra	Lages	Municipal	Federal	R\$ 250.000,00
	Construção de nova sede para Centro Especializado em Reabilitação II	Sul	Criciúma	Municipal	Federal	R\$ 3.750.000,00
<b>2023</b>	Aquisição de equipamentos para oficina ortopédica	Meio Oeste e Serra	Lages	Municipal	Federal	R\$ 350.000,00
	Habilitação CER IV	Grande Oeste	Chapecó	Municipal	Federal	R\$ 345.000,00 (custeio mensal)
	Construção oficina ortopédica	Grande Oeste	Chapecó	Municipal	Federal	R\$ 250.000,00
	Aquisição de equipamentos para oficina ortopédica	Grande Oeste	Chapecó	Municipal	Federal	R\$ 350.000,00
	Habilitação em CER II o serviço de reabilitação auditiva com a inclusão de serviço de reabilitação visual.	Sul	Criciúma	Municipal	Federal	R\$ 140.000,00 (custeio mensal)
<b>2024</b>	Habilitação oficina ortopédica	Meio Oeste e Serra	Lages	Municipal	Federal	R\$ 54.000,00 (Custeio mensal)
	Construção CER II	Grande Oeste	Xanxerê	Municipal	Federal	R\$ 2.500.000,00
	Aquisição de equipamentos CERII	Grande Oeste	Xanxerê	Municipal	Federal	R\$ 1.000.000,00
	Habilitação oficina ortopédica	Grande Oeste	Chapecó	Municipal	Federal	R\$ 54.000,00 (Custeio mensal)

	Construção oficina ortopédica	Meio Oeste e Serra	Joaçaba	Municipal	Federal	R\$ 250.000,00
	CER III Centro de Reabilitação Física Auditiva e Visual	Meio Oeste e Serra	Joaçaba	Municipal	Federal	R\$ 140.000,00 (custeio mensal)
	Construção CER II Física e Intelectual	Sul	Tubarão	Municipal	Federal	R\$ 2.500.000,00
	Aquisição de equipamentos CERII	Sul	Tubarão	Municipal	Federal	R\$ 1.000.000,00
	Habilitação CER II Física e Intelectual	Sul	Tubarão	Municipal	Federal	R\$ 140.000,00 (custeio mensal)
	Construção oficina ortopédica	Sul	Tubarão	Municipal	Federal	R\$ 250.000,00
	Projeto de Equipamentos Oficina ortopédica	Sul	Tubarão	Municipal	Federal	R\$ 350.000,00
	Habilitação Oficina ortopédica	Sul	Tubarão	Municipal	Federal	R\$ 54.000,00 (custeio mensal)
<b>2025</b>	Habilitação CER II	Grande Oeste	Xanxerê	Municipal	Federal	R\$ 140.000,00 (custeio mensal)
	Projeto de Equipamentos Oficina ortopédica	Meio Oeste e Serra	Joaçaba	Municipal	Federal	R\$ 350.000,00
	Construção CER III Auditiva, física e Intelectual	Sul	Imbituba	Municipal	Federal	R\$ 3.750.000,00
	Aquisição de equipamentos CERIII	Sul	Imbituba	Municipal	Federal	R\$ 1.500.000,00
	Habilitação CER III	Sul	Imbituba	Municipal	Federal	R\$ 200.000,00 (custeio mensal)
	Construção oficina ortopédica	Sul	Imbituba	Municipal	Federal	R\$ 250.000,00
	Projeto de Equipamentos Oficina ortopédica	Sul	Imbituba	Municipal	Federal	R\$ 350.000,00
	Habilitação Oficina ortopédica	Sul	Imbituba	Municipal	Federal	R\$ 54.000,00 (custeio mensal)
	Construção CER III Auditiva, física e Intelectual	Sul	Braço do Norte	Municipal	Federal	R\$ 3.750.000,00
	Aquisição de equipamentos CERIII	Sul	Braço do Norte	Municipal	Federal	R\$ 1.500.000,00







ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E  
REGULAÇÃO  
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO REGIONAL  
COORDENAÇÃO MACRORREGIONAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ

## PLANO DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO GRANDE OESTE

OUTUBRO – 2020

# PLANO DE AÇÃO DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO GRANDE OESTE

## EQUIPE DE COORDENAÇÃO

André Motta Ribeiro – Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina  
Ramon Tartari - Superintendente de Serviços Especializados e Regulação  
Jaqueline Reginatto – Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência

## EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DA MACRORREGIÃO

### Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó

Otilia Cristina Coelho Rodrigues – Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó

Adriana Aparecida Polmann e Nádia Bender – Atenção Primária em Saúde -

Carla Simone Teló Panzera – Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria -

Agência de Saúde de Xanxerê

Andréia Lopes - Supervisão Regional de Saúde de São Miguel do Oeste

Sirlei Fávero Cetolin e Larissa Demarco – Atenção Primária em Saúde

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AASI: Aparelho de Amplificação Sonora Individual  
AB: Atenção Básica  
ACS: Agente Comunitária de Saúde  
APAE: Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APS: Atenção Primária em Saúde  
ATPCD: Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência  
CAPP: Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick  
CCR: Centro Catarinense de Reabilitação  
CEO: Centro de Especialidades Odontológicas  
CER: Centro Especializado em Reabilitação  
CIB: Comissão Intergestores Bipartite  
CIES: Comissão Estadual Permanente de Integração Ensino Serviço  
CIR: Comissão Intergestores Regional  
CH: Carga Horária  
CNES: Cadastro Nacional de Saúde  
EAB: Equipe de Atenção Básica  
ESF: Estratégia Saúde da Família  
FCEE: Fundação Catarinense de Educação Especial  
GEABS: Gerência de Coordenação da Atenção Básica  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MS: Ministério da Saúde  
NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família  
OMS: Organização Mundial da Saúde  
SB: Saúde Bucal  
SC: Santa Catarina  
SES: Secretaria do Estado da Saúde  
SF: Saúde da Família  
SIA: Sistema de Informações Ambulatoriais  
SUS: Sistema Único de Saúde

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma Reabilitação Saúde Auditiva

Figura 2: Fluxograma Teste da Orelhinha

Figura 3: Fluxograma Reabilitação visual – Classificação de risco

Figura 4: Fluxograma Reabilitação Visual

Figura 5: Fluxograma Oxigenioterapia e Ventilação Domiciliar

Figura 6: Fluxograma Reabilitação Intelectual – Classificação de risco

Figura 7: Fluxograma de Reabilitação Intelectual

Figura 8: Fluxograma Triagem Neonatal

Figura 9: Fluxograma Ostomias

Figura 10: Fluxograma Reabilitação Fonatória

Figura 11: Fluxograma Reabilitação Pulmonar

Figura 12: Fluxograma OPM

Figura 13: Mapa de Santa Catarina identificando as três regiões de saúde da Macrorregião do Grande Oeste

Figura 14: Fluxograma para concessão, dispensação e adaptação de OPM

Figura 15: Fluxograma e serviços assistências para atendimento às pessoas ostomizadas no território

Figura 16: Desenho da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

Figura 17: Mapa Região Oeste de Santa Catarina

Figura 17: Mapa Região Extremo - Oeste de Santa Catarina

Figura 17: Mapa Região Xanxerê de Santa Catarina

## LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número de deficientes recenseados, dados comparativos Região de Saúde do Oeste ano 2000 e 2010

Gráfico 2: Evolução do número de deficientes recenseados, dados comparativos Região de Saúde Extremo Oeste ano 2000 e 2010

Gráfico 3: Evolução do número de deficientes recenseados, dados comparativos Região de Saúde de Xanxerê, 2000 e 2010

Gráfico 4: Deficiências por Faixa Etária, Região de Saúde de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Gráfico 5: Deficiências por Faixa Etária, Região de Saúde Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Gráfico 6: Deficiências por Faixa Etária, Região de Saúde do Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Gráfico 7: Percentual por Deficiência, Região de Saúde Oeste SC, segundo estimativas IBGE 2010

Gráfico 8: Percentual por deficiências, Região de Saúde do Extremo Oeste SC, segundo estimativas IBGE 2010

Gráfico 9: Percentual por Deficiência, Região de Saúde de Xanxerê SC, segundo estimativas IBGE 2010

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Equipes de Saúde da Família (SF) e de Saúde Bucal (SB), Agente Comunitária de Saúde (ACS) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Região Oeste, Santa Catarina, 2019.

Tabela 2 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Equipes de Saúde da Família (SF) e de Saúde Bucal (SB), Agente Comunitária de Saúde (ACS) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Região Extremo Oeste, Santa Catarina, 2019.

Tabela 3 - Capacidade instalada para Atenção Básica: equipes de Saúde da Família (SF) e de Saúde Bucal (SB), Agente Comunitária de Saúde (ACS) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Região de Xanxerê, Santa Catarina, 2019

Tabela 4 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Polos de Academia da Saúde e Práticas Integrativas e Complementares. Região de Xanxerê, Santa Catarina, 2020.

Tabela 5 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Polos de Academia da Saúde e Práticas Integrativas e Complementares. Região Oeste, Santa Catarina, 2020.

Tabela 6 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Polos de Academia da Saúde e Práticas Integrativas e Complementares. Região Extremo Oeste, Santa Catarina, 2020.

Tabela 7 - Tipos de OPM Concedidas pelo CCR - Centro Catarinense de Reabilitação Órteses Complexas.

Tabela 8: Cadeiras de Rodas Adaptadas – Portaria nº 1272/2013.

Tabela 9 - Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) – Portaria nº 2723/2014.

Tabela 10 - Próteses.

Tabela 11 - Atendimento Intelectual das APAE's Região de Saúde Oeste.

Tabela 12 - Atendimento Intelectual das APAE's Região de Saúde de Xanxerê.

Tabela 13 - Atendimento Intelectual das APAE's Região de Saúde do Extremo Oeste.

Tabela 14 - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Implantados no Estado de Santa Catarina, Macrorregião Grande Oeste, Adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência(RCPD) e Adesão ao PMAQ CEO. Ano 2019.

Tabela 15 - Relação de Instituições que realizam triagem neonatal - Região Oeste/2019.

Tabela 16 - Relação de Instituições que realizam triagem neonatal - Região Extremo Oeste/2019.

Tabela 17 - Relação de Instituições que realizam triagem neonatal Região Xanxerê.

Tabela 18 - Municípios com Hospitais credenciados com leitos de longa permanência

Tabela 19 - Municípios com Hospitais na Macrorregião Grande Oeste habilitados como porta de entrada da Rede de Atenção de Urgência e Emergência, Plano de Ações Regionais, 2018.

Tabela 20 – Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar implantadas na Macrorregião Grande Oeste, por município de implantação, 2019

Tabela 21 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, Região Oeste, período de 2015 a 2018.

Tabela 22 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, Região Extremo Oeste, período de 2015 a 2018.

Tabela 23 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, Região Xanxerê, período de 2015 a 2018.

Tabela 24 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, enquanto Macrorregional (total), período de 2015 a 2018.

Tabela 25 - Demanda reprimida por aparelho auditivo municípios da Região de Saúde Oeste, Clínica Otiouve, março 2020.

Tabela 26 - Demanda reprimida por aparelho auditivo municípios da Região de Saúde de Xanxerê, Clínica Otiouve, março 2020.

Tabela 27 - Demanda reprimida por aparelho auditivo municípios da Região de Saúde Extremo Oeste, Clínica Otiouve, março 2020.

Tabela 28 - Tipos de OPM concedidas pelo CCR, à Região de Xanxerê – Período 2016 a 2019.

Tabela 29 - Tipos de OPM concedidas pelo CCR à Região Extremo Oeste - Período 2016 a 2019.

Tabela 30 - Tipos de OPM concedidas pelo CCR à Região Oeste – Período 2016 a 2019.

Tabela 31 - Lista de Espera de OPM.

Tabela 32 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Motora, Região Oeste, período de 2015 à 2018.

Tabela 33 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Motora, Região Extremo Oeste, período de 2015 à 2018.

Tabela 34 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Motora, Região Xanxerê, período de 2015 à 2018.

Tabela 35 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Visual, Região Oeste, período de 2015 a 2018.

Tabela 36 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Visual, Região Extremo Oeste, período de 2015 a 2018.

Tabela 37 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Visual, Região Xanxerê, período de 2015 a 2018.

Tabela 38 - Pacientes atendidos pela FCEE - Região Extremo - Oeste.

Tabela 39 - Pacientes atendidos pela FCEE - Região Oeste.

Tabela 40 - Pacientes atendidos pela FCEE - Região Xanxerê.

Tabela 41 - Valor Aprovado para Atendimento / Acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, por Unidade de Atendimento, Região de Saúde Oeste/SC, 2010 a 2013.

Tabela 42 - Produção Ambulatorial do SUS por procedimento de Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor – Região Oeste, período 2010 a 2013

Tabela 43 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Atendimentos em Geral, Região Extremo - Oeste, período de 2015 a 2018.

Tabela 44 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Atendimentos em Geral, Região Oeste, período de 2015 a 2018.

Tabela 45 - Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Atendimentos em Geral, Região Xanxerê, período de 2015 a 2018.

Tabela 46 - Demanda reprimida da Região Oeste.

Tabela 47 - Demanda reprimida da Região de Xanxerê.

Tabela 48 - Demanda reprimida da Região Extremo Oeste.

Tabela 49 - População estimada por município, Região Oeste/SC, em 2012.

Tabela 50 - População estimada por Município, Região Extremo Oeste/SC, em 2012.

Tabela 51 - População estimada por Município, Região Xanxerê/SC, em 2012.

Tabela 52 - População por Região de Saúde e Sexo, segundo estimativas IBGE 2012.

Tabela 53 - População Residente por município e faixa etária, Região Oeste de SC, segundo estimativas IBGE 2012.

Tabela 54 - População Residente por município e faixa etária, Região Extremo Oeste de SC, segundo estimativas IBGE 2012.

Tabela 55 - População Residente por município e faixa etária, Região de Xanxerê de SC, segundo estimativas IBGE 2012.

Tabela 56 - Tipos de Deficiência Segundo o Sexo, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 57 - Graduação da deficiência auditiva Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 58 - Graduação da deficiência auditiva Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 59 - Graduação da deficiência auditiva Região de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 60 - Graduação da deficiência motora. Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 61 - Graduação da deficiência motora, Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 62 - Graduação da deficiência motora Região de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 63 - Graduação da deficiência visual Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 64 - Graduação da deficiência visual Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 65 - Graduação da deficiência visual Região Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010.

Tabela 66 - Número de pessoas com deficiência mental/intelectual Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Tabela 67 - Número de pessoas com deficiência mental/intelectual Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Tabela 68 - Número de pessoas com deficiência mental/intelectual Região Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Tabela 69 - Número de pessoas com deficiência múltipla Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Tabela 70 - Número de pessoas com deficiência múltipla Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Tabela 71 - Número de pessoas com deficiência múltipla Região de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010

Tabela 72 - Número de Usuários com Estoma Região Oeste/SC, em 2020

Tabela 73 - Número de Usuários com Estoma Região Extremo Oeste/SC, em 2020

Tabela 74 - Número de Usuários com Estoma Região de Xanxerê/SC, em 2020

Tabela 75 – Prioridades Elencadas no Par de Atenção à Pessoa com Deficiência Macrorregião Oeste  
Catarinense

## Sumário

Sumário.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. APRESENTAÇÃO DA REDE DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	3
2.1 Apresentação dos serviços de saúde por Região de Saúde .....	3
2.1.1 Atenção Primária em Saúde.....	3
2.1.2 Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia em Múltiplas Deficiências: .....	14
2.1.3 Componente Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência .....	22
2.1.4 Equipes de Atenção Domiciliar .....	23
2.1.5 Centros Cirúrgicos Odontológicos.....	23
3. FLUXOS DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DA RCPD .....	24
3.1. Reabilitação Auditiva.....	24
3.2. Reabilitação Visual .....	27
3.3. Oxigenoterapia Domiciliar.....	29
3.4. Reabilitação Intelectual .....	31
3.5. Triagem Neonatal.....	33
3.6. Ostomia .....	34
3.7. Reabilitação Fonatória.....	37
3.8. Fluxo de Reabilitação Pulmonar .....	39
3.9. Reabilitação Motora.....	41
4. CAPACIDADE INSTALADA DOS SERVIÇOS DA RCPD:.....	44
4.1. Serviço de Referência para Prótese Auditiva - Macrorregião de Saúde Grande Oeste 52	
4.2. Deficiência Motora (Serviços de Reabilitação Física e Oficina Ortopédica) .....	55
4.3. Deficiência Visual.....	71
4.4. Deficiência intelectual.....	76
4.5. Portadores de doenças raras .....	82
5. ARTICULAÇÃO DOS SERVIÇOS DA RCPD COM OS DEMAIS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	83

6.	APRESENTAÇÃO DOS DADOS DEMOGRÁFICOS DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE GRANDE OESTE .....	84
6.1.	Região De Saúde Oeste – Colegiado Intergestores Regional Oeste – Cir Oeste .....	85
6.2.	Região de Saúde Extremo Oeste – Colegiado Intergestores Regional Extremo Oeste – CIR Extremo Oeste .....	86
6.3.	Região de Saúde de Xanxerê - COLEGIADO Intergestores Regional de Xanxerê – CIR Xanxerê.....	88
6.4.	Distribuição da População por Sexo da Macrorregião de Saúde Grande Oeste .....	89
7.	ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DA RCPD	94
8.	DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SITUACIONAL DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA.....	95
8.2.	Deficiência Auditiva .....	95
8.3.	Deficiência Motora.....	99
8.4.	Deficiência Visual .....	102
8.5.	Deficiência Intelectual.....	105
8.6.	Deficiência Múltipla.....	108
8.7.	Ostomia .....	112
9.	ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS.....	115
10.	DESENHO DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA MACRORREGIÃO DE SAÚDE GRANDE OESTE .....	121
11.	RELAÇÃO DE SERVIÇOS QUE DEVERÃO COMPOR A RCPD .....	122
11.1.	Região de Saúde Oeste – Colegiado Intergestores Regional Oeste.....	122
11.2.	Região de Saúde Xanxerê – Colegiado Intergestores Regional de Xanxerê.....	123
11.3.	Região de Saúde de São Miguel do Oeste – Colegiado Intergestores Regional de São Miguel do Oeste .....	123
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	131
13.	REFERÊNCIAS.....	132
14.	ANEXOS .....	134
14.1.	Ata de Aprovação do Plano da Rede de Deficiência da Região Oeste, pela Comissão Intergestores Regional - CIR Oeste.....	137
14.2.	Ata de Aprovação do Plano da Rede de Deficiência da Região Oeste, pela Comissão Intergestores Regional – CIR Xanxerê.....	138

14.3 Ata de Aprovação do Plano da Rede de Deficiência da Região Oeste, pela Comissão Intergestores Regional – CIR Extremo Oeste .....	140
---	-----

## 1. INTRODUÇÃO

A Atenção à Saúde no Brasil vem sendo aprimorada, no decorrer das últimas décadas, com vistas à ampliação do acesso e qualidade dos serviços. Havendo uma estruturação, que em tese garante serviços de Atenção à Saúde para toda a população, conforme preconiza a Lei Orgânica da Saúde.

No entanto ainda há muito a se qualificar, tendo em vista que na prática o modelo de atenção à saúde vigente está fundamentado nas ações curativas, centrado no cuidado médico e estruturado com ações e serviços de saúde dimensionados a partir da oferta, o que tem se mostrado insuficiente para dar conta dos desafios sanitários atuais e, insustentável para os enfrentamentos futuros.

A organização da atenção e da gestão do SUS expressa o cenário apresentado e se caracteriza por intensa fragmentação de serviços, programas, ações e práticas clínicas demonstrado por: (1) lacunas assistenciais importantes, (2) financiamento público insuficiente, fragmentado e baixa eficiência no emprego dos recursos, com redução da capacidade do sistema de prover integralidade da atenção à saúde, (3) configuração inadequada de modelos de atenção, marcada pela incoerência entre a oferta de serviços e a necessidade de atenção, não conseguindo acompanhar a tendência de declínio dos problemas agudos e de ascensão das condições crônicas, (4) fragilidade na gestão do trabalho com o grave problema de precarização e carência de profissionais em número e alinhamento com a política pública e (5) a pulverização dos serviços nos municípios (6) pouca inserção da Vigilância e Promoção em Saúde no cotidiano dos serviços de atenção, especialmente na Atenção Primária em Saúde (APS).

O atual perfil epidemiológico do Brasil, está caracterizado por uma tripla carga de doença que envolve a persistência de doenças parasitárias, infecciosas e desnutrição características de países subdesenvolvidos, importante componente de problemas de saúde reprodutiva com mortes maternas e óbitos infantis por causas consideradas evitáveis, e o desafio das doenças crônicas e seus fatores de risco como sedentarismo, tabagismo, alimentação inadequada, obesidade e o crescimento das causas externas em decorrência do aumento da violência e dos acidentes de trânsito, trazendo a necessidade de ampliação do foco da atenção para o manejo das condições crônicas, mas atendendo, concomitantemente, as condições agudas 2.

Como forma de reestruturar a Atenção a Saúde, faz-se necessária uma mudança na sua lógica de organização. Conforme vem sendo proposto pelo Ministério da Saúde, o estabelecimento de redes de Atenção à Saúde, objetivam a organização do trabalho de forma coerente entre a situação de saúde e o sistema de atenção 2, com o intuito de garantir os princípios do Sistema Único de Saúde e assim refletir de maneira positiva nos indicadores de saúde da população.

Neste contexto, em conformidade com a Constituição Federal de 1998, deve ser assegurado aos portadores de deficiências apoio e integração social (3), devendo o setor saúde promover ações de promoção à saúde, através da: criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação; garantia de acesso a estabelecimento de saúde e do adequado tratamento no seu interior, segundo normas técnicas e padrões apropriados; garantia de atendimento domiciliar de saúde a deficiente grave não internado; e através do desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiências e desenvolvidos com a participação da sociedade, conforme dispõe a Lei 7853/893.

Os serviços de atenção à pessoas com deficiência no Estado de Santa Catarina estão distribuídos de maneira desigual e fragmentado, quase sempre desarticulados entre si, caracterizado desfavorável para a garantia da universalidade, equidade e integralidade de acesso e assistência e baixa eficácia na produção de resultados, uma que somos a região mais distante do litoral onde se encontram a maioria dos serviços, principalmente no que tange aos atendimentos referentes às quatro deficiências. Neste contexto torna-se imprescindível a construção de uma Rede Regional de Cuidados à Pessoa com Deficiência, de forma delineada e articulada, criando e agregando novos serviços através de financiamento apropriado.

## 2. APRESENTAÇÃO DA REDE DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### 2.1 APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR REGIÃO DE SAÚDE

#### 2.1.1 Atenção Primária em Saúde

**Tabela 01 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Equipes de Saúde da Família (SF) e de Saúde Bucal (SB), Agente Comunitária de Saúde (ACS) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Região Oeste, Santa Catarina, 2019.**

Município	População	Nº ESF Cob.	Nº EAB Param Cob.	CH Médico	CH Enfermeiro	Nº ESF Equivalente	Estim. Por. Cob. ESF	Cobertura ESF	Estim. Por. Cob. AB	Cobertura AB
Águas de Chapecó	6.455	3	0	0,33	0	0	6.455	100%	6.455	100%
Águas Frias	2.378	1	0	0,08	1	0	2.378	100%	2.378	100%
Arvoredo	2.246	1	0	0,06	0	0	2.246	100%	2.246	100%
Caibi	6.167	3	0	0	0	0	6.167	100%	6.167	100%
Caxambu do Sul	3.735	2	0	1,66	0,50	0	3.735	100%	3.735	100%
Chapecó	216.654	54	0	15,45	6,75	7	186.300	85,99%	206.550	95,34%
Cordilheira Alta	4.385	2	0	0,66	0	0	4.385	100%	4.385	100%
Coronel Freitas	10.022	3	0	1,46	0	0	10.022	100%	10.022	100%
Cunha Porã	11.053	4	0	0,06	1	0	11.053	100%	11.053	100%

Cunhataí	1.957	1	0	0	0	0	1.957	100%	1.957	100%
Formosa do Sul	2.525	1	0	0,66	0	0	2.525	100%	2.525	100%
Guatambu	4.710	2	0	0	0	0	4.710	100%	4.710	100%
Irati	1.952	1	0	0	0	0	1.952	100%	1.952	100%
Jardinópolis	1.595	1	0	0	0	0	1.595	100%	1.595	100%
Nova Erechim	4.945	2	0	0,13	0	0	4.945	100%	4.945	100%
Nova Itaberaba	4.333	2	0	0,86	0	0	4.333	100%	4.333	100%
Paial	1.537	1	0	0	1	0	1.537	100%	1.537	100%
Palmitos	16.182	5	0	0,30	1,50	0	16.182	100%	16.182	100%
Pinhalzinho	19.906	7	0	0,13	0,50	0	19.906	100%	19.906	100%
Planalto Alegre	2.850	1	0	0,76	1	0	2.850	100%	2.850	100%
Quilombo	9.946	4	0	0	2	0	9.946	100%	9.946	100%
Riqueza	4.636	2	0	0	1	0	4.636	100%	4.636	100%
Santiago do Sul	1.286	1	0	0,06	0	0	1.286	100%	1.286	100%
São Carlos	11.191	4	0	0,20	1	0	11.191	100%	11.191	100%
Serra Alta	3.270	1	0	0,73	0	0	3.270	100%	3.270	100%
Sul Brasil	2.500	1	0	0,63	0	0	2.500	100%	2.500	100%

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação Estadual de Atenção Básica – DAPS, março/2020

**Tabela 02- Capacidade instalada para Atenção Básica: Equipes de Saúde da Família (SF) e de Saúde Bucal (SB), Agente Comunitária de Saúde (ACS) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Região Extremo Oeste, Santa Catarina, 2019**

Município	População	Nº ESF Cob.	Nº EAB Param Cob.	CH Médico	CH Enfermeiro	Nº ESF Equivalente	Estim. Por. Cob. ESF	Cobertura ESF	Estim. Por. Cob. AB	Cobertura AB
Anchieta	5.721	3	0	0	0	0	5.721	100%	5.721	100%
Bandeirante	2.708	1	0	0,10	0,50	0	2.708	100%	2.708	100%
Barra Bonita	1.704	1	0	0,66	0	0	1.704	100%	1.704	100%
Belmonte	2.703	1	0	0,05	0	0	2.703	100%	2.703	100%
Bom Jesus do Oeste	2.146	1	0	0	1	0	2.146	100%	2.146	100%
Descanso	8.308	2	0	0,83	2	0	6.900	83,05%	6.900	83,05%
Dionísio Cerqueira	15.450	6	0	1,48	1	1	15.450	100%	15.450	100%
Flor do Sertão	1.586	1	0	0	0	0	1.586	100%	1.586	100%
Guaraciaba	10.154	5	0	0,86	5,02	0	10.154	100%	10.154	100%
Guarujá do Sul	5.141	2	0	1	0	0	5.141	100%	5.141	100%
Iporã do Oeste	8.945	4	0	0,13	0,05	0	8.945	100%	8.945	100%
Iraceminha	4.015	2	0	0	0	0	4.015	100%	4.015	100%
Itapiranga	16.736	6	0	0	1	0	16.736	100%	16.736	100%
Maravilha	25.403	7	0	0	1,50	0	24.150	95,07%	24.150	95,07%
Modelo	4.200	2	0	0	0	0	4.200	100%	4.200	100%

Mondaí	11.592	4	0	1,95	0,02	0	11.592	100%	11.592	100%
Palma Sola	7.475	3	0	0,26	2	0	7.475	100%	7.475	100%
Princesa	2.911	1	0	0,01	1,02	0	2.911	100%	2.911	100%
Romelândia	4.890	2	0	0	0	0	4.890	100%	4.890	100%
Saltinho	3.808	1	0	0	1	0	3.450	90,60%	3.450	90,60%
Santa Helena	2.247	1	0	0,03	0	0	2.247	100%	2.247	100%
Santa Terezinha do Progresso	2.484	1	0	0	0	0	2.484	100%	2.484	100%
Saudades	9.679	4	0	0,33	0	0	9.679	100%	9.679	100%
São João do Oeste	6.359	2	0	0,16	1	0	6.359	100%	6.359	100%
São José do Cedro	13.838	5	0	0	1	0	13.838	100%	13.838	100%
São Miguel da Boa Vista	1.833	1	0	0	1	0	1.833	100%	1.833	100%
São Miguel do Oeste	40.090	11	0	0,68	4	0	37.950	94,66%	37.950	94,66%
Tigrinhos	1.646	1	0	0	0	0	1.646	100%	1.646	100%
Tunápolis	4.561	2	0	0,13	0	0	4.561	100%	4.561	100%

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação Estadual de Atenção Básica – DAPS, março/2020

**Tabela 03 - Capacidade instalada para Atenção Básica: equipes de Saúde da Família (SF) e de Saúde Bucal (SB), Agente Comunitária de Saúde (ACS) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Região de Xanxerê, Santa Catarina, 2019**

Município	População	Nº ESF Cob.	Nº EAB Param Cob.	CH Médico	CH Enfermeiro	Nº ESF Equivalente	Estim. Por. Cob. ESF	Cobertura ESF	Estim. Por. Cob. AB	Cobertura AB
Abelardo Luz	17.847	8	0	0	1	0	17.847	100%	17.847	100%
Bom Jesus	2.961	1	0	0,65	0	0	2.961	100%	2.961	100%
Campo Erê	8.636	4	0	0,88	1	0	8.636	100%	8.636	100%
Coronel Martins	2.544	1	0	0	0	0	2.544	100%	2.544	100%
Entre Rios	3.189	1	0	0,50	1,02	0	3.189	100%	3.189	100%
Faxinal dos Guedes	10.686	5	0	0,48	0	0	10.686	100%	10.686	100%
Galvão	2.956	2	0	0	1	0	2.956	100%	2.956	100%
Ipuaçu	7.448	2	0	0,80	3	0	6.900	92,64%	6.900	92,64%
Jupiaá	2.110	1	0	0,60	1	0	2.110	100%	2.110	100%
Lajeado Grande	1.437	1	0	0,18	0	0	1.437	100%	1.437	100%
Marema	1.846	1	0	0,06	0	0	1.846	100%	1.846	100%
Novo Horizonte	2.481	1	0	0	0	0	2.481	100%	2.481	100%
Ouro Verde	2.227	1	0	0	0	0	2.227	100%	2.227	100%
Passos Maia	4.186	2	0	0,70	2,10	0	4.186	100%	4.186	100%
Ponte Serrada	11.552	4	0	0,13	1	0	11.552	100%	11.552	100%

São Bernardino	2.386	1	0	0,41	0	0	2.386	100%	2.386	100%
São Domingos	9.457	4	0	0,06	0	0	9.457	100%	9.457	100%
São Lourenço do Oeste	23.857	8	0	3	2	2	23.857	100%	23.857	100%
Vargeão	3.575	2	0	0,06	0	0	3.575	100%	3.575	100%
Xanxerê	50.309	12	0	2,96	3,90	3	41.400	82,29%	50.280	99,94%
Xaxim	28.424	9	0	0,55	1	0	28.424	100%	28.424	100%

Fonte: Coordenação Estadual de Atenção Básica – DAPS, março/2020

**Tabela 04 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Polos de Academia da Saúde e Práticas Integrativas e Complementares. Região de Xanxerê, Santa Catarina, 2020**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Polos Academia da Saúde</b>	<b>PICS</b>
Abelardo Luz	17.904	1	-
Bom Jesus	3.010	-	1
Campo Erê	8.526	2	3
Coronel Martins	2.549	1	-
Entre Rios	3.203	1	-
Faxinal dos Guedes	10.667	2	-
Galvão	2.873	-	-
Ipuaçú	7.514	1	-
Jupiaá	2.101	1	1
Lajeado Grande	1.427	1	-
Marema	1.797	-	1
Novo Horizonte	2.442	1	1
Ouro Verde	2.217	-	-
Passos Maia	4.147	-	1
Ponte Serrada	11.593	-	1
São Bernardino	2.336	-	1
São Domingos	9.445	1	1
São Lourenço do Oeste	24.076	1	1
Vargeão	3.573	1	-
Xanxerê	50.982	-	-
Xaxim	28.706	-	1
<b>Total Região de Xanxerê</b>	<b>201.088</b>	<b>14</b>	<b>13</b>

Fonte: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/resultado-busca/acompanhamento-e-avaliacao/384-acompanhamento-e-avaliacao>

**Tabela 05 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Polos de Academia da Saúde e Práticas Integrativas e Complementares. Região Oeste, Santa Catarina, 2020**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Polos Academia da Saúde</b>	<b>PICS</b>
Águas de Chapecó	6.486	1	1
Águas Frias	2.366	-	1
Arvoredo	2.240	-	-
Caibi	6.148	-	-
Caxambu do Sul	3.642	1	-
Chapecó	220.367	2	26
Cordilheira Alta	4.453	-	-
Coronel Freitas	9.981	-	-
Cunha Porã	11.086	-	2
Cunhataí	1.962	-	-
Formosa do Sul	2.510	1	-
Guatambu	4.704	-	-
Irati	1.930	1	-
Jardinópolis	1.570	1	1
Nova Erechim	5.019	1	1
Nova Itaberaba	4.331	-	-
Paial	1.505	-	-
Palmitos	16.169	-	-
Pinhalzinho	20.313	-	2
Planalto Alegre	2.870	1	-
Quilombo	9.887	1	-
Riqueza	4.598	1	3
Santiago do Sul	1.260	1	-
São Carlos	11.281	-	-
Serra Alta	3.263	-	-

Sul Brasil	2.461	1	-
União do Oeste	2.464	-	1
<b>Total Região do Oeste</b>	<b>364.866</b>	<b>13</b>	<b>38</b>

Fonte: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/resultado-busca/acompanhamento-e-avaliacao/384-acompanhamento-e-avaliacao>

**Tabela 06 - Capacidade instalada para Atenção Básica: Polos de Academia da Saúde e Práticas Integrativas e Complementares. Região Extremo - Oeste, Santa Catarina, 2020**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Polos Academia da Saúde</b>	<b>PICS</b>
Anchieta	5.638	-	-
Bandeirante	2.678	-	-
Barra Bonita	1.677	1	-
Belmonte	2.706	1	1
Bom Jesus do Oeste	2.142	-	-
Descanso	8.250	1	-
Dionísio Cerqueira	15.498	1	1
Flor do Sertão	1.582	1	1
Guaraciaba	10.090	-	-
Guarujá do Sul	5.160	-	-
Iporã do Oeste	8.996	1	1
Iraceminha	3.976	-	1
Itapiranga	16.872	-	-
Maravilha	25.762	-	2
Modelo	4.209	-	-
Mondáí	11.742	-	1
Palma Sola	7.423	1	-
Paraíso	3.437	1	-
Princesa	2.924	1	1
Romelândia	4.786	1	-
Saltinho	3.781	-	-
Santa Helena	2.223	-	-
Santa Terezinha do Progresso	2.428	-	1
São João do Oeste	6.381	-	-
São José do Cedro	13.829	-	-

São Miguel da Boa Vista	1.820	-	1
São Miguel do Oeste	40.482	1	2
Saudades	9.745	-	-
Tigrinhos	1.633	1	1
Tunápolis	4.543	-	-
<b>Total Região Extremo Oeste</b>	<b>232.413</b>	<b>12</b>	<b>14</b>

Fonte: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/resultado-busca/acompanhamento-e-avaliacao/384-acompanhamento-e-avaliacao>

### 2.1.2 Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia em Múltiplas Deficiências:

- **Serviço de atenção às pessoas ostomizadas:**

Na macrorregião apenas o município de Chapecó oferece atendimento às pessoas com ostomias no **Ambulatório de Lesões da Pele/Policlínica Municipal, CNES 7119755**. Para o ano de 2019 existem registros de 1088 atendimentos.

Nos demais município da região a assistência as pessoas ostomizadas é realizada pela equipe de Atenção Primária em Saúde (APS) através das Estratégias de Saúde da Família (ESF).

- **Serviços que realizam concessão/dispensação de OPM por modalidade:**

Os usuários da Região de Xanxerê, Oeste e Extremo - Oeste que necessitam de serviços de reabilitação física e oficina ortopédica tem como referência apenas o serviço do **Centro Catarinense de Reabilitação – CCR, CNES 0019437**, em Florianópolis/SC. Abaixo elencamos algumas informações de tipos de OPMs concedidas para os municípios da Macrorregião.

**Tabela 07 - Tipos de OPM Concedidas pelo CCR - Centro Catarinense de Reabilitação Órteses Complexas**

<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Código SUS</b>
Colete (Otls, Bivalvado-Órtese Toraco-Lombo-Sacral).	701020300
Órtese Tipo Colete Lombo Sacra, Tipo Boston.	701020288
Mola De Codeville.	701020105
Palmilha Para Pés Com Deformidades.	701010142
Palmilhas Para Pés Neuropáticos.	701010150
Órtese Dinâmica Pélvico Crural Tipo Atlanta.	701020091
Órtese Cruropodalica.	701020083
Órtese Cruromaleolar.	701020067
Órtese Rígida Para Luxação Congênita Do Quadril.	701020202
Órtese Colete Tipo Williams.	701020040
Órtese Colete Tlso Tipo Knight.	701020059
Órtese Corretiva Tipo Milwaukee.	701020032
Órtese Cruropodalica Adulto Metálica C/Bloqueio	701020148
Órtese Cruropodalica Infantil Metálica C/Bloqueio	701020156

Órtese Pélvico-Podalico Adulto C/Bloqueio	701020199
Órtese Pélvico-Podalico Infantil C/Bloqueio	701020180
Calçados Sob Medida P/ Compensação Encurtamento Até O N° 33.	701010096
Calçados Anatômicos, C/Palmilhas P/Pés Neuropáticos (Par).	701010053
Calçado Confeccionado Sob Medida Até O N.45 (Par)	701010061
Órtese Minerva.	701020130
Jaqueta De Risser.	701020318
Órtese Suropodálica Adulto Sem Articulação Em Polipropileno.	701020229
Órtese Suropodálica Adulto Articulada Em Polipropileno.	701020253
Órtese Suropodálica Infantil Articulada Em Polipropileno.	701020210
Órtese Suropodálica Infantil Sem Articulação Em Polipropileno.	701020237

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

### **Tabela 08 - Cadeiras de Rodas Adaptadas – Portaria nº 1272/2013**

<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Código SUS</b>
Cadeira De Rodas Monobloco	070101020-7
Cadeira De Rodas Acima De 90 Kg	070101021-5
Cadeira De Rodas Motorizada Adulto /Infantil	070101022-3
Cadeira De Rodas P/Banho Em Concha Infantil	070101023-1
Cadeira De Rodas P/Banho C/Encosto Reclinável	070101024-0
Cadeira De Rodas P/Banho C/Aro De Propulsão	070101025-8
Adaptação De Assento P/Deformidades De Quadril	070101026-6
Adaptação De Assento P/Deformidades De Tronco	070101027-4
Adaptação De Apoio De Pés Da Cadeira De Rodas	070101028-2
Apoios Laterais Do Tronco Em 3 Ou 4 Pontos	070101029-0
Apoios Laterais Do Quadril P/Cadeira De Rodas	070101030-4
Apoio P/Estabilização Da Cabeça Na Cadeira De Rodas	070101031-2
Adaptação Do Apoio De Braços Da Cadeira De Rodas	070101032-0
Adaptação Abdutor Tipo Cavalo P/Cadeira De Rodas	070101033-9

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

### **Tabela 09 - Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) – Portaria nº 2723/2014**

<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Código SUS</b>
Materiais elásticos para modelagem de cotos, controle cicatricial ou controle de edema de membros superiores – Faixa Elástica Compressiva	070102059-8
Tábua (prancha) para transferência	070102060-1
Cinta para transferências	070102061-0
Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar	0701002062-8
Almofada de assento para cadeira de rodas para prevenção de úlceras de pressão – simples	070102062-8
Mesa de atividades para cadeira de rodas (Tábua Mesa)	070102064-4
Bengala de 4 pontas	070102065-2

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)  
Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

**Tabela 10 – Próteses**

<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Código SUS</b>
Prótese Endoesquelética Para Amputação Transfemural (Modular)	070102036-9
Prótese Endoesquelética Para Desarticulação Do Joelho (Modular)	070102035-0
Prótese Endoesquelética Para Desarticulação Do Quadril (Modular)	070102033-4
Prótese Endoesquelética Para Amputação Transtibial Tipo Ptb,Pts,Kbm	070102037-7
Prótese Exoesquelética Para Desarticulação De Quadril	070102034-2
Prótese Exoesquelética Para Amputação Tipo Choppart, Pirogoff/Syme	070102052-0
Prótese Exoesquelética Para Amputação Transtibial Com Maguito De Coxa	070102041-5
Prótese Exoesquelética Para Amputação Transtibial Tipo Ptb,Pts,Kbm	070102042-3
Prótese Exoesquelética Para Desarticulação Do Joelho	070102038-5
Prótese Exoesquelética Transfemoral	070102040-7
Prótese Exoesquelética Passiva Para Desarticulação Do Punho Ou Amputação Transradial	070102039-3
Prótese Funcional Endoesquelética Para Amputação Transumeral	070101043-1
Prótese Funcional Exoesquelética Para Amputação Transradial	070102046-6
Prótese Funcional Exoesquelética Para Desarticulação De Cotovelo E Punho De Rosca	070102044-0
Prótese Funcional Exoesquelética Para Desarticulação De Cotovelo Punho Universo	070102045-8
Prótese Funcional Exoesquelética Transradial Com Gancho De Dupla Força	070102047-4
Prótese Funcional Exoesquelética Transradial Coto Curto	070102048-2
Prótese Funcional Exoesquelética Transradial Para Punho	070102049-0
Prótese Funcional Exoesquelética Transumeral	070102050-4
Prótese Passiva Endoesquelética Para Desarticulação De Ombro E Escapulectomia	070102053-9
Prótese Passiva Endoesquelética Transumeral	070102054-7
Prótese Passiva Para Amputação Parcial Da Mão	070102055-5
Prótese Tipo Palmilha Para Complementação Do Nível Do Ante-Pé	070102056-3
Substituição De Espuma E Meia Em Prótese Endoesquelética Transfemural	070109002-2
Substituição De Espuma E Meia Em Prótese Endoesquelética Transtibial	070109003-0
Substituição De Espuma E Meia Em Prótese Endoesquelética Transumeral	070109004-9
Substituição De Luva Cosmética Para Mãos Protéticas	070109005-7
Substituição De Pé De Adaptação Dinâmica	070109006-5
Substituição De Pé Sach / Articulado	070109007-3
Substituição Do Encaixe De Resina Acrílica Com Reforço De Fibra De Carbono Para Prótese Endoesquelética Transfemural	070109009-0
Substituição Do Encaixe De Resina Acrílica Com Reforço De Fibra De Carbono Para Prótese Endoesquelética Transtibial	070109008-1

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

### · **Serviços de referência/serviços especializados em doenças raras**

Todas as crianças portadoras de Atrofia Muscular Espinhal (AME) 5 q tipo I, e demais doenças raras residentes nos municípios da Macrorregião Grande Oeste/SC, são referenciadas para o **Hospital Infantil Joana de Gusmão** (CNES 2691868) em Florianópolis.

### · **Serviços de Reabilitação Intelectual credenciados pelo gestor local**

Os usuários da Região Oeste que necessitam de serviços de **reabilitação Intelectual** utilizam o serviço das **Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)** nos municípios abaixo relacionados.

O município de Chapecó conta também com o **Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP)**.

**Tabela 11 - Atendimento Intelectual das APAE's Região de Saúde Oeste**

<b>Município</b>	<b>Código CNES</b>	<b>Tipo de Gestão</b>
APAE Caíbi	6156754	Municipal
APAE Chapecó	5042461	Municipal
APAE Cunha Porã	3615332	Municipal
APAE Palmitos	5040779	Municipal
APAE Pinhalzinho	5111609	Municipal
APAE Quilombo	5852714	Municipal
APAE São Carlos	5879809	Municipal

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

**Tabela 12 - Atendimento Intelectual das APAE's Região de Saúde de Xanxerê**

<b>APAE Município</b>	<b>CÓDIGO CNES</b>	<b>TIPO DE GESTÃO</b>
APAE Xanxerê	3747700	Municipal
APAE Xaxim	3587770	Municipal
APAE Galvão	5797799	Municipal
APAE Ipuacu	5671515	Municipal
APAE Ponte Serrada	5679338	Municipal
APAE Abelardo Luz	5776910	Municipal
APAE Faxinal dos Guedes	5729602	Municipal
APAE Ouro Verde	6293395	Municipal
APAE São Domingos	58352440	Municipal
APAE Campo Êre	6400469	Municipal
APAE São Lourenço do Oeste	5750180	Municipal

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

**Tabela 13 - Atendimento Intelectual das APAE's Região de Saúde do Extremo Oeste**

<b>APAE Município</b>	<b>CÓDIGO CNES</b>	<b>TIPO DE GESTÃO</b>
APAE Anchieta	7136595	Municipal
APAE Descanso	6129781	Municipal
APAE Guaraciaba	5792967	Municipal
APAE Guarujá do Sul	7341059	Municipal
APAE Iporã do Oeste	6295371	Municipal
APAE Iraceminha	5805996	Municipal
APAE Itapiranga	5931959	Municipal
APAE Maravilha	5776902	Municipal
APAE Modelo	5687977	Municipal
APAE Mondai	6058620	Municipal
APAE Palma Sola	5302668	Municipal
APAE Romelândia	6548075	Municipal
APAE São João do Oeste	5399432	Municipal
APAE São José do Cedro	5792800	Municipal
APAE São Miguel do Oeste	5168066	Municipal

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

Os usuários da **Macrorregião Grande Oestes** que necessitam de serviços de **Reabilitação Visual** utilizam o serviço da **Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, CNES 3503585**, em Florianópolis.

Para os serviços de **Reabilitação Física e Oficina Ortopédica** têm como referência apenas o serviço do **Centro Catarinense de Reabilitação – CCR, CNES 0019437** em Florianópolis/SC.

Apenas os serviços de serviços de **Reabilitação Auditiva** são atendidos na Macrorregião de Saúde, atualmente através da **Otiouve Clínica Integrada de Saúde Auditiva, CNES - 3514404**, em Chapecó/SC.

### **Centros Especializados em Odontologia habilitados pela Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD):**

Na região de Saúde Oeste dispomos de três Centros de Especialidades Odontológicas implantados sendo:

- CEO de Chapecó (CNES 22626071) tipo III,
- CEO de Palmitos (CNES 5879825) tipo II e
- CEO de Pinhalzinho (CNES 555103) tipo I.

O CEO de Chapecó já está habilitado para atender pacientes especiais, enquanto que os CEOs de Palmitos e Pinhalzinho estão em fase de habilitação para atendimento de pacientes especiais.

As Regiões de Saúde Xanxerê e Extremo - Oeste não possuem nenhum CEO habilitado para atendimento de pacientes especiais.

**Tabela 14 - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Implantados no Estado de Santa Catarina, Macrorregião Grande Oeste, Adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência(RCPD) e Adesão ao PMAQ CEO, Ano 2019**

Município	Tipo de CEO	CNES	Custeio mensal - MS	Adesão ao PMAQ CEO	Adicional CEO aderido a RCPD
Chapecó	3	2626071	R\$ 19.250,00	SIM	R\$ 3.850,00
Dionísio Cerqueira	1	5354846	R\$ 8.250,00	SIM	R\$ 1.650,00
Maravilha	1	7791585	R\$ 8.250,00	SIM	
Palmitos	2	5879825	R\$ 11.000,00	SIM -	
Pinhalzinho	1	5551013	R\$ 8.250,00	SIM	R\$ 1.650,00
São Lourenço do Oeste	2	2553120	R\$ 11.000,00	SIM	R\$ 2.200,00
São Miguel do Oeste	1	2690969	R\$ 8.250,00	SIM -	
Xanxerê	1	7162340	R\$ 8.250,00	SIM	
<b>Total</b>			<b>R\$ 82.500,00</b>		<b>R\$ 9.350,00</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde – SES, Diretoria de Atenção Primária em Saúde - DAPS e Coordenação Estadual de Saúde Bucal/2020

### · **Triagem Neonatal**

**Tabela 15 - Relação de Instituições que realizam triagem neonatal - Região Oeste/2019**

Prestador	SCNES	Tipo de teste	
		Orelhinha	Olhinho
Hospital Regional do Oeste – Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira – Chapecó/SC	2537788	X	X
Hospital Cunha Porã – Cunha Porã/SC	2626667	X	X
Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural Caxambu do Sul/SC	2553163	X	-
Hospital Nossa Senhora da Saúde - Coronel Freitas/SC	2537958	X	-
Hospital São Bernardo – Quilombo/SC	2538342	X	-
Sociedade Hospitalar Padre João Berthier - São Carlos/SC	2538571	X	-
Hospital Palmitos – Palmitos/SC	2664984	X	-
Hospital de Pinhalzinho – Pinhalzinho/SC	2537826	X	-

Fonte: Dados fornecidos pelos hospitais da região.

**Tabela 16 - Relação de Instituições que realizam triagem neonatal - Região Extremo Oeste/2019**

Prestador	SCNES	Tipo de teste	
		Orelhinha	Olhinho
Hospital Regional Terezinha Gaio Basso - São Miguel do Oeste/SC	6683134	X	-
Associação Beneficente Hospital São Lucas – Guaraciaba/SC	2378116	-	-
Associação Beneficente Hospitalar de Cedro – São José do Cedro/SC	2378809	-	-
Associação Beneficente Hospitalar Guarujá – Guarujá do Sul/SC	2378175	-	-
Instituto Sante Hospital – Dionísio Cerqueira/SC	2658372	X	X
Hospital Santa Rita de Cássia – Palma Sola/SC	2378213	-	-
Hospital São José - Maravilha/SC	2538180	X	-
Hospital de Saudades - Saudades/SC	2538229	-	-
Sociedade Hospitalar Beneficente de Modelo – Modelo/SC	2553066	-	-
Hospital Mondai - Mondai/SC	2378108	-	-
Sociedade Hospitalar Itapiranga - Itapiranga/SC	5749018	-	-
Associação Hospitalar de Tunápolis – Tunápolis/SC	2378140	-	-
Hospital Nossa Senhora das Mercês – Iporã do Oeste/SC	2378183	-	-

Fonte: Dados fornecidos pelos hospitais da região.

**Tabela 17 - Relação de Instituições que realizam triagem neonatal Região Xanxerê**

Prestador	SCNES	Tipo de teste	
		Orelhinha	Olhinho
Hospital Regional São Paulo Assec - Xanxerê	2411393	X	X
Hospital Rogacionista e Evangélico - Abelardo Luz	2410834	X	X
Hospital Frei Bruno - Xaxim	2411415	X	X
Hospital São Cristóvão - Faxinal dos Guedes	2652099	-	-
Hospital da Fundação - São Lourenço do Oeste	2553155	X	X
Hospital Santo Antônio - Campo Erê	2537850	X	-

Fonte: Dados fornecidos pelos hospitais da região, 2020.

O teste do pezinho é realizado nas Unidades Básicas de Saúde em todos os municípios. Os recém-nascidos com alteração em algum exame da triagem neonatal, são encaminhados para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, que a referência estadual.

### 2.1.3 Componente Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência

A Macrorregião de Saúde vem ao longo dos últimos anos buscando estratégias para organização da Rede de Urgência e Emergência (RUE). Estamos na terceira versão do Plano de Ações e muitos serviços vem funcionando a contento, mas ainda precisamos qualificar os processos nas portas de entrada assim como nos hospitais de pequeno porte da macrorregião. Abaixo descrevemos a capacidades instalada disponível e habilitada na RUE.

**Tabela 18 - Municípios com Hospitais credenciados com leitos de longa permanência**

MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ORGANIZAÇÃO	ESFERA ADMINISTRATIVA	TIPO DE GESTÃO	Nº LEITOS	CUSTEIO (ANUAL) R\$	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO
Maravilha	2538180	Hospital São José de Maravilha	Filantropia	Privada	Estadual	15	1.070.362,50	1º semestre de 2019
Descanso	2378876	Fundação Médico Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso	Filantropia	Privada	Estadual	15	1.070.362,50	1º semestre de 2019

Fonte: Plano da Rede de Urgência e Emergência.

Obs: com a assistência da Associação Hospitalar Pe. João Berthier, CNES 2538571/São Carlos, os leitos de UCP foram remanejados para o Hospital São José de Maravilha. Solicitação nova para Descanso em razão de em breve abrirem a oncologia em São Miguel do Oeste.

**Tabela 19 - Municípios com Hospitais na Macrorregião Grande Oeste habilitados como porta de entrada da Rede de Atenção de Urgência e Emergência, Plano de Ações Regionais, 2018.**

CNES	Estabelecimento	Natureza da Organização	Esfera Administrativa	Tipo de Gestão	Classificação (Geral, Tipo I, Tipo II, Tipo III)	Portaria nº
2411393	Hospital Regional São Paulo	Entidade Beneficente Sem fins Lucrativos	Privada	Dupla	II	PT GM 821 de 25/04/2016
37788	Associação Hospitalar Lenoir Vargas - Hospital Regional Oeste	Entidade Beneficente Sem Fins Lucrativos	Privada	Municipal	Tipo II	PT GM 821 de 25/04/2016
6683134	Hospital Regional Terezinha Gaio Basso	Organização Social	Privada	Estadual	Geral	PT GM 2157 de 17/10/2016

Fonte: Plano da Rede de Urgência e Emergência Macro Oeste/2020

## 2.1.4 Equipes de Atenção Domiciliar

**Tabela 20 –Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar implantadas na Macrorregião Grande Oeste, por município de implantação, 2019**

Município	Nº EMAD	Tipo	Procedimentos Realizados	Usuários novos admitidos no programa	Portaria nº
Chapecó	2	I	14.583	280	PT GM n. 825, de 25/04/2016 ;Rev. PT GM n. 2745 de 16/12/2016
Maravilha	1	I	2.304	161	PT GM n. 825, de 25/04/2016 ;Rev. PT GM n. 2745 de 16/12/2016

Fonte: Municípios

## 2.1.5 Centros Cirúrgicos Odontológicos

Na macrorregião de saúde não contamos com hospital com centro cirúrgico diferenciado para atendimento odontológico de pessoas com deficiência, no entanto, o atendimento dos usuários portadores de deficiências vem sendo realizado conforme demanda em todos os serviços habilitados.

### 3. FLUXOS DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DA RCPD

#### 3.1. REABILITAÇÃO AUDITIVA

A reabilitação Auditiva nos municípios da macrorregião segue os protocolos definidos no Estado. Nos municípios da macrorregião a regulação é realizada pelo SISREG ambulatorial via serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD). Apenas o município de Chapecó que não precisa realizar TFD, pois o serviço é no próprio município.

O acesso do paciente segue o seguinte fluxo

1. Consulta na APS - o médico já faz o pedido para o paciente;
2. Usuário leva o pedido médico, juntamente com demais exames e documentos - leva no município onde será lançado no SISREG;
3. Usuário aguarda ser chamado pelo serviço de referência - Clínica Otiouve, no município de Chapecó.

O tempo médio de espera no SASA (Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva) segue a seguinte organização, segundo dados da clínica:

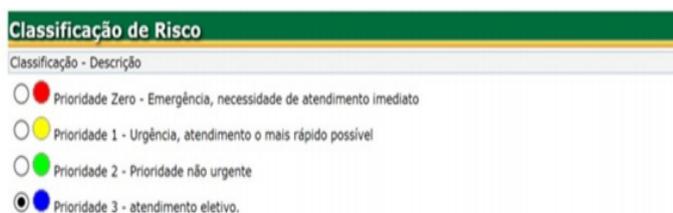
Pacientes em Vermelho: atendimento em no máximo 01 mês,;

Pacientes em Amarelo: estão sendo agendados (atualmente pacientes inseridos no SISREG em fevereiro/2019);

Pacientes em Verde: estão sendo agendados (atualmente pacientes inseridos no SISREG em abril/2018);

Pacientes em Azul: estão sendo agendados (atualmente pacientes inseridos no SISREG em agosto/2017).

O serviço auditivo em Chapecó atende os pacientes de mais de 130 municípios, o tempo de espera é da especialidade em geral. A classificação de risco segue o fluxo abaixo.

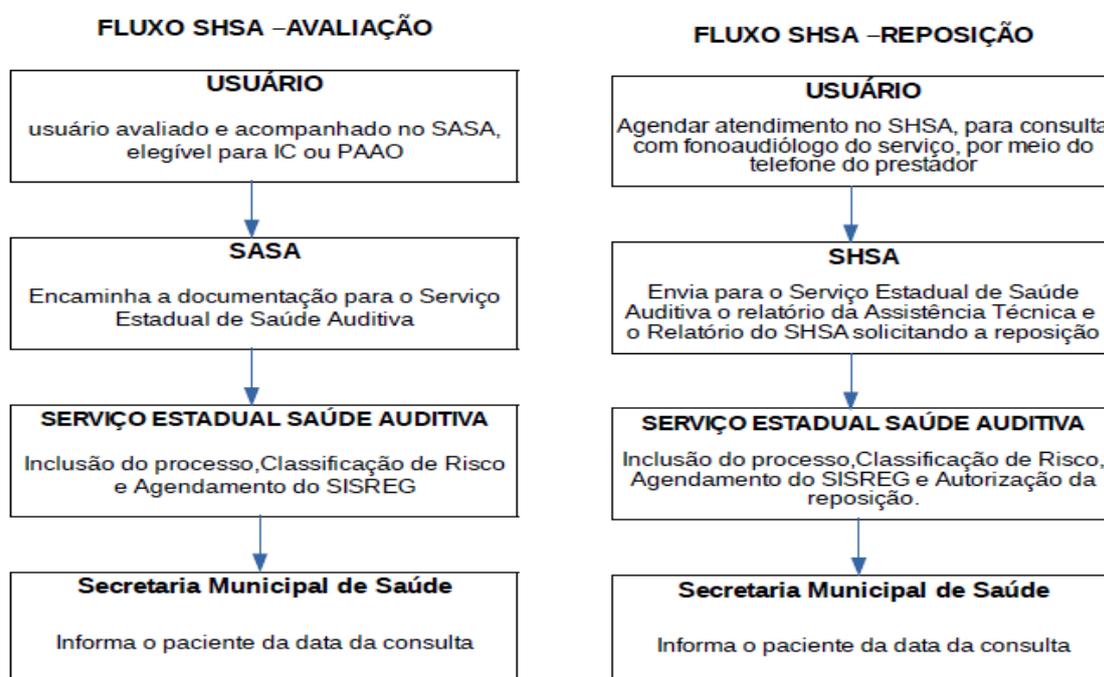
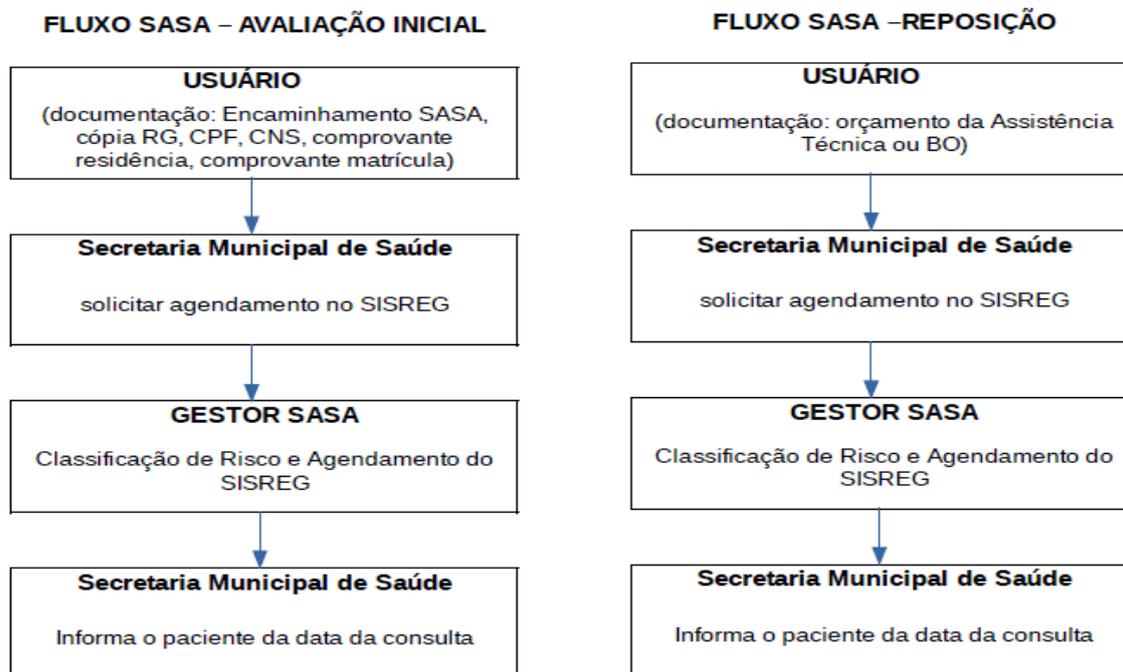


Entretanto, como os agendamentos para consultas ambulatoriais são realizados com pelo menos 30 dias de antecedência, os conceitos atribuídos a estes níveis de prioridade/cores

ocorrerem em conformidade com os motivos de encaminhamento para consulta, que são encaminhados e posteriormente regulados, conforme segue:

- Perda auditiva confirmada (já realizou avaliação audiológica/audiometria);
- Recém-nascido com resultado alterado (FALHA) no teste/reteste do teste da orelhinha;
- Exame de emissão otoacústica/potencial evocado auditivo de tronco encefálico;
- Suspeita de perda auditiva/deficiência auditiva que passou por algum serviço de avaliação audiológica (médico otorrinolaringologista e/ou fonoaudiólogo) de referência do município.

## Fluxos da Saúde Auditiva



## Teste da Orelhinha do Serviço de Atenção à Saúde Auditiva – SASA

Os testes da orelhinha são realizados nos hospitais habilitados, em havendo qualquer alteração, a criança é referenciada para a Secretaria Municipal de Saúde onde ocorre encaminhamento para o Serviço Ambulatorial de Saúde Auditiva e inserção no SISREG.

### Fluxo SASA – Teste da Orelhinha



### 3.2. REABILITAÇÃO VISUAL

Nos municípios da macrorregião de saúde o acesso aos serviços de reabilitação visual ocorrem através de consulta na APS. Casos graves são avaliados pelo médico da APS que faz o encaminhamento para que o paciente leve até a Secretaria Municipal o documento para ser enviado via TFD - SISREG ao serviço estadual, sendo regulado através deste sistema. O único serviço de referência é a Fundação Catarinense de Educação Especial, em São José, na grande Florianópolis.

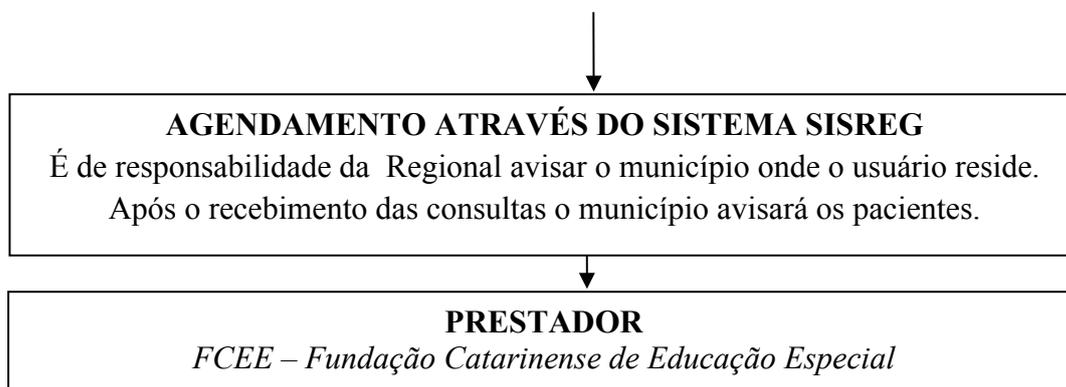
A gravidade é definida na avaliação médica, em conformidade com a classificação de risco, definida no protocolo de classificação de acesso, conforme quadro abaixo.

**CLASSIFICAÇÃO DE RISCO/ PROTOCOLO DE REGULAÇÃO**

<b>CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO</b>			
<b>Grau de Prioridade</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Motivos</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Prioridade 1 (P1)</b>	<b>Urgência</b>	Pacientes que necessitam atendimento prioritário por possíveis e/ou prováveis complicações.	Não se aplica ao Serviço de Reabilitação Visual e Adaptação de Prótese Ocular.
<b>Prioridade 2 (P2)</b>	<b>Eletivo prioritário</b>	Pacientes que necessitam atendimento num curto período de tempo.	<i>Para Avaliação Funcional da Visão:</i> - Crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias. (vaga pediátrica)  <i>Para Habilitação/Reabilitação Visual e/ou Orientação e Mobilidade:</i> - Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, 11 meses e 29 dias. (uma vaga prioritária da Reabilitação Visual)  <i>Para Prótese Ocular:</i> - Pessoas que não possuem prótese ocular. (vaga da prótese ocular)
<b>Prioridade 3 (P3)</b>	<b>Prioridade não urgente</b>	São situações clínicas sem gravidade que necessitam um agendamento eletivo.	<i>Para Habilitação/Reabilitação Visual e/ou Orientação e Mobilidade:</i> - Idosos; - Pessoas com comprometimento da produtividade/qualidade de vida decorrente da perda visual apresentada ou da falta de acesso aos recursos ópticos e não-ópticos disponíveis.  <i>Para Prótese Ocular:</i> - Pessoas que já possuem prótese ocular recebidas por outras instituições que apresentam dificuldade de adaptação ou que necessitam de troca, manutenção e/ou acompanhamento.
<b>Prioridade 4 (P4)</b>	<b>Eletivo</b>	Pacientes que necessitam atendimento eletivo não prioritário.	<i>Para Habilitação/Reabilitação Visual e/ou Orientação e Mobilidade:</i> - Pessoas sem comprometimento da produtividade/qualidade de vida decorrente da perda visual apresentada ou da falta de acesso aos recursos ópticos e não-ópticos disponíveis.  <i>Para Prótese Ocular:</i> - Todos os outros casos de pessoas que possuem prótese ocular.

**FLUXO PACIENTE SAÚDE VISUAL**





### 3.3. OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR

O fornecimento de oxigenoterapia domiciliar segue as “Diretrizes de para Oxigenoterapia e Ventilação Domiciliar” da SES 2019.

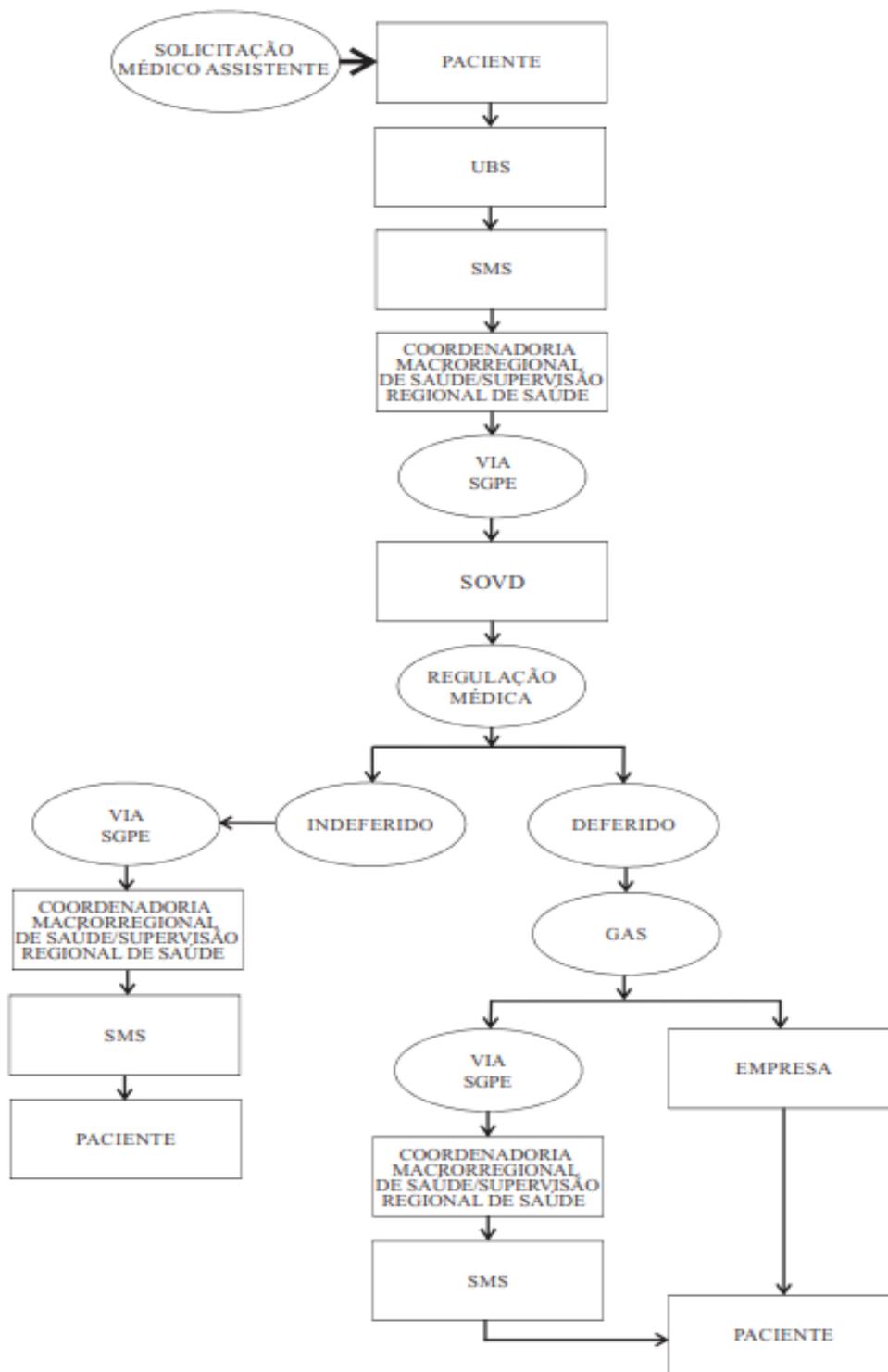
A partir da conduta médica, seja ela intra-hospitalar (plano de alta) ou domiciliar, para que o usuário receba os equipamentos de oxigenoterapia ou ventilação domiciliar, a equipe de saúde deverá preencher alguns formulários padrão e alguns documentos deverão ser anexados ao processo. Toda essa documentação deverá ser encaminhada através da unidade de saúde de referência do usuário (APS/UBS/SMS) para a Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó – municípios da CIR de Xanxerê e CIR Oeste e para a Supervisão de São Miguel do Oeste, para os municípios da CIR Extremo Oeste.

A equipe da Coord. Macro de Chapecó e Supervisão de SMO farão a análise dos documentos recebidos e submissão do processo para o Serviço de Oxigenoterapia e Ventilação Domiciliar (SOVD), através do Sistema de Gestão de Processos (SGPe), para avaliação de um médico auditor. Em atendendo os critérios clínicos considerados nas diretrizes será deferida a solicitação e emitido um Guia de Autorização de Serviço (GAS), junto com o período de renovação do processo. Essa devolutiva é dada para a UBS/APS/SMS à que o usuário está vinculado. Caso o processo seja indeferido por algum motivo, a UBS/APS/SMS será notificada. Apenas no município de Chapecó existe um setor específico para intermediar este tipo de demanda junto as UBS/APS.

Mensalmente as unidades de saúde precisam realizar visita domiciliar e emitir um relatório de visita domiciliar de cada usuário, este relatório é submetido para o Serviço de

Oxigenoterapia e Ventilação Domiciliar (SOVD) sob pena e interrupção do fornecimento do serviço.

### Fluxo Oxigenoterapia e Ventilação Domiciliar



### 3.4. REABILITAÇÃO INTELECTUAL

A reabilitação intelectual na Macrorregião de Saúde segue o protocolo definido pelo Estado. Nos municípios da Região Oeste o encaminhamento é feito pela APS ao neurologista através de CISAMOSC (consulta especializada clínica) e posterior avaliação e atendimento pela APAE.

Em relação a APAE e CAPP, em Chapecó constam 351 solicitações pendentes no sistema e outras 70 solicitações em fase de diagnóstico, sem vagas e nem previsão de atendimento pois os serviços contratualizados já estão na sua capacidade máxima (SIC).

Nos municípios da Região Extremo - Oeste os usuários são encaminhados pela APS para consulta com neurologista através de TFD-SISREG e também através de convenio municipal CIS-AMEOSC (consulta especializada clínica), assim como avaliação e atendimento pela APAE. Usuários que necessitam de avaliação e/ou consulta psiquiátrica são encaminhamentos para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os municípios da região de Xanxerê também este fluxo e protocolo das outras regiões.

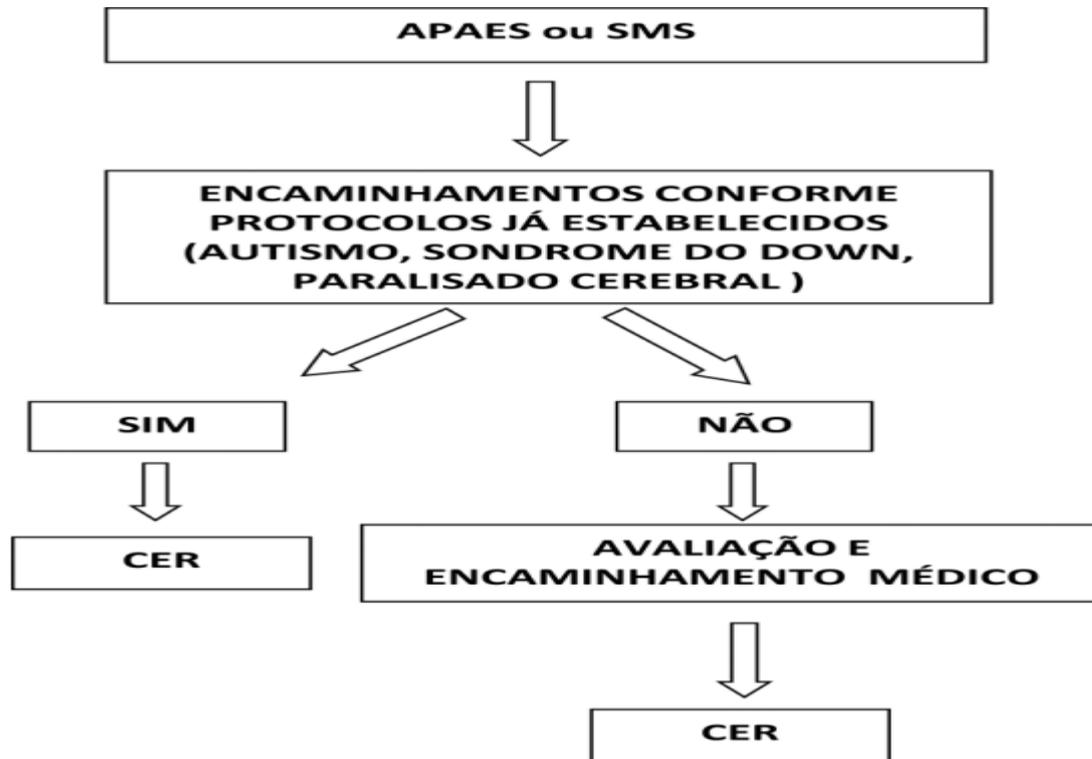
A macrorregião não conta com serviços de Centros de Reabilitação, de modo que praticamente todos os encaminhamentos são realizados para as APAEs da macrorregião.

A Classificação de Risco ocorre conforme quadro abaixo, sendo a definição a critérios médico.

#### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO/ PROTOCOLO DE REGULAÇÃO

<b>VERMELHO</b>	
<b>AMARELO</b>	TEA até 4 anos
<b>VERDE</b>	Demais casos de TEA
<b>AZUL</b>	DI (leve, moderado ou grave)

## Fluxograma Reabilitação Intelectual



### PROTOCOLO DE ACESSO - CONSULTA EM REABILITAÇÃO INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - RIA

#### CONDIÇÕES CLÍNICAS ELENCADAS PARA ENCAMINHAMENTO:

- I. Deficiência Intelectual (DI);
- II. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

#### CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO:

- I. Diagnóstico fechado ou suspeita, com idade entre zero e 14 anos 11 meses e 29 dias, independentemente do sexo e comorbidades associadas;
- II. Excluem-se desse serviço os pacientes que já estão em atendimento com equipe multiprofissional de saúde em outra instituição de abrangência pública (ex: FCEE, APAE, outros).

#### PROFISSIONAIS SOLICITANTES:

- Profissional da área da saúde, exemplo: Médico Pediatra, Médico Neurologista Pediátrico, Médico Psiquiatra Infantil, Psicóloga Infantil, Fonoaudióloga ou Terapeuta Ocupacional.

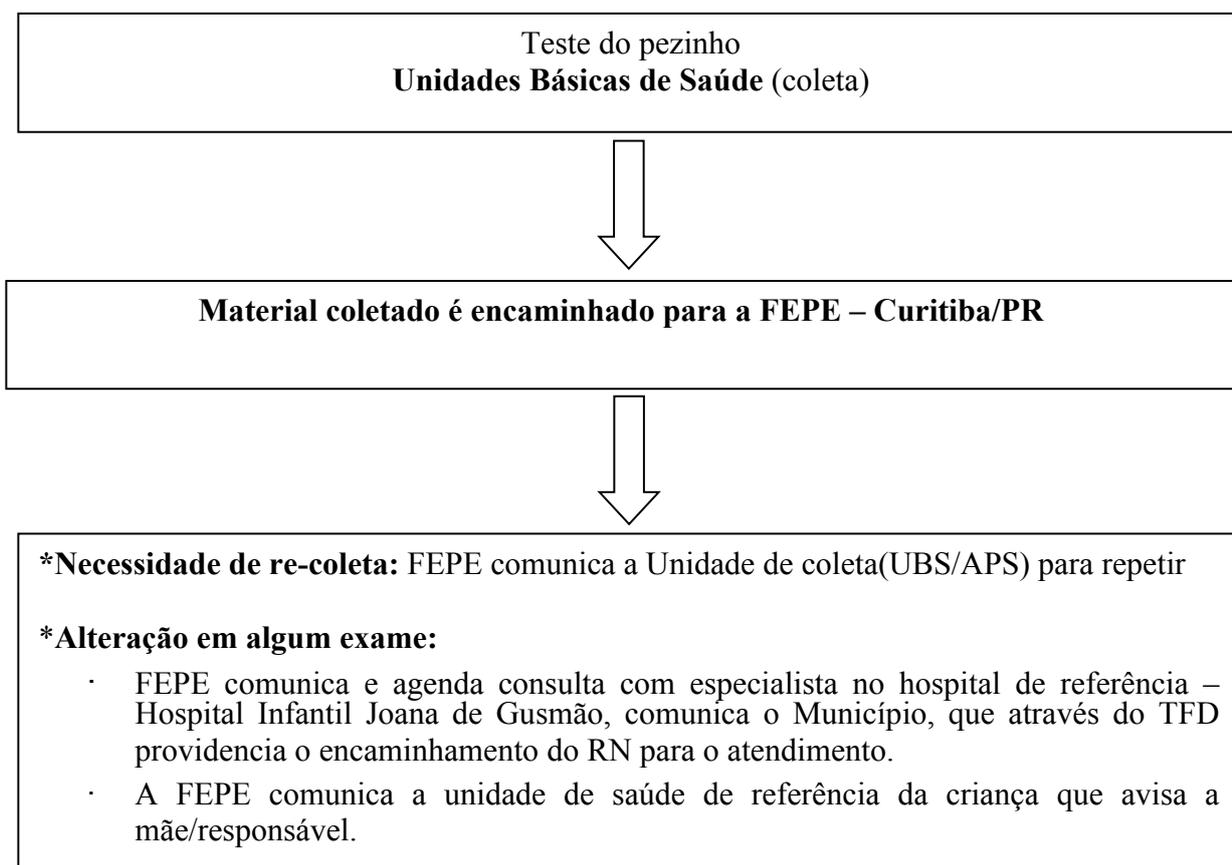
#### CONTEÚDO DESCRITIVO MÍNIMO:

- I. Descrever história clínica e achados do exame clínico sugestivos ou comprovatórios de DI ou TEA (alterações do comportamento, comunicação, autonomia, socialização, motricidade), com a idade de início dos sinais e sintomas;
- II. No caso de TEA, descrever os instrumentos de rastreamento aplicados tais como:
  - *Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-CHAT-R/F)*;
  - Avaliação de Traços Autísticos (ATA);
  - *Childhood Autism Rating Scale (CARS)*;
  - *Autism Behavior Checklist (ABC)*;
  - Escala de Observação para o Diagnóstico do Autismo ADOS 2 (necessário formação);
  - *Autism Diagnostic Interview-Revised (ADI-R)* (necessário formação).

### 3.5. TRIAGEM NEONATAL

Teste do Pezinho: A coleta ocorre na UBS/APS (unidade de coleta), posteriormente o material é encaminhado para FEPE (Curitiba/PR), em havendo necessidade de repetir coleta, a UBS/APS será imediatamente comunicada para repetir o processo. Nos casos de alteração de algum exame a FEPE comunica o Hospital Infantil Joana de Gusmão, referência estadual dessa demanda, para agendamento da consulta. A UBS/APS também é notificada do resultado e conduta e o município através do TFD deve providenciar para que a criança seja atendida no local referenciado.

#### Fluxograma



### 3.6. OSTOMIA

O fornecimento de segue as “Diretrizes Estaduais Ostomias Intestinais e Urinárias” da SES 2017.

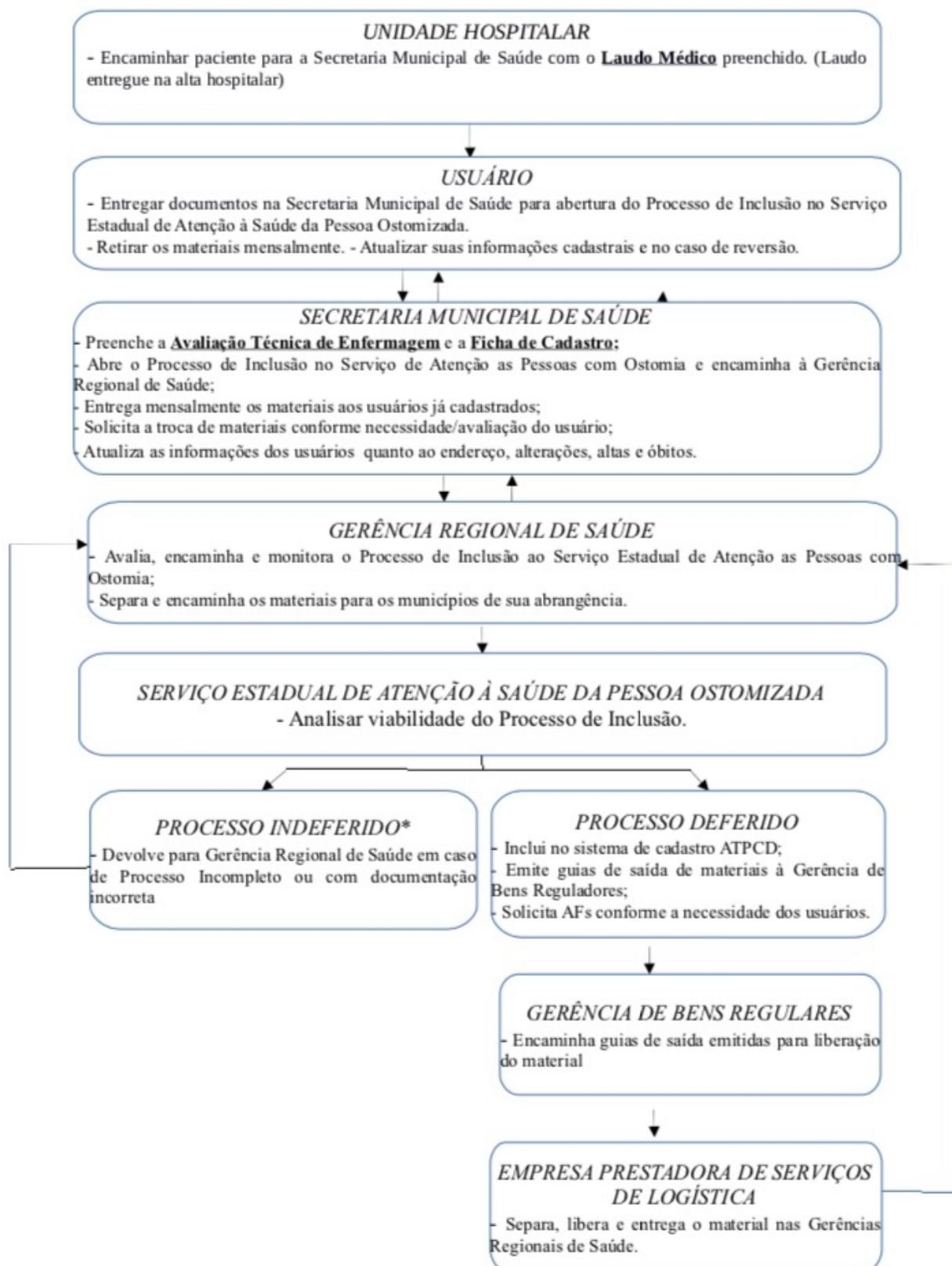
A partir da conduta médica, seja ela intra-hospitalar (plano de alta) ou domiciliar, para que o usuário receba os aparelhos de ostomias, a equipe de saúde deverá preencher formulários padrão e alguns documentos deverão ser anexados ao processo. Toda essa documentação deverá ser encaminhada através da unidade de saúde de referência do usuário (APS/UBS/SMS) para a Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó – municípios da CIR de Xanxerê e CIR Oeste e para a Supervisão de São Miguel do Oeste, para os municípios da CIR Extremo Oeste.

Este processo é submetido para o Serviço de Atenção à Saúde da Pessoa Ostomizada, para avaliação médica e de enfermagem, em atendendo os critérios contemplados nas diretrizes, o processo deferido será encaminhado para a ATCPD e essa devolutiva é feita para a UBS/APS à que o usuário está vinculado. Caso o processo seja indeferido por algum motivo, a UBS/APS também será notificada.

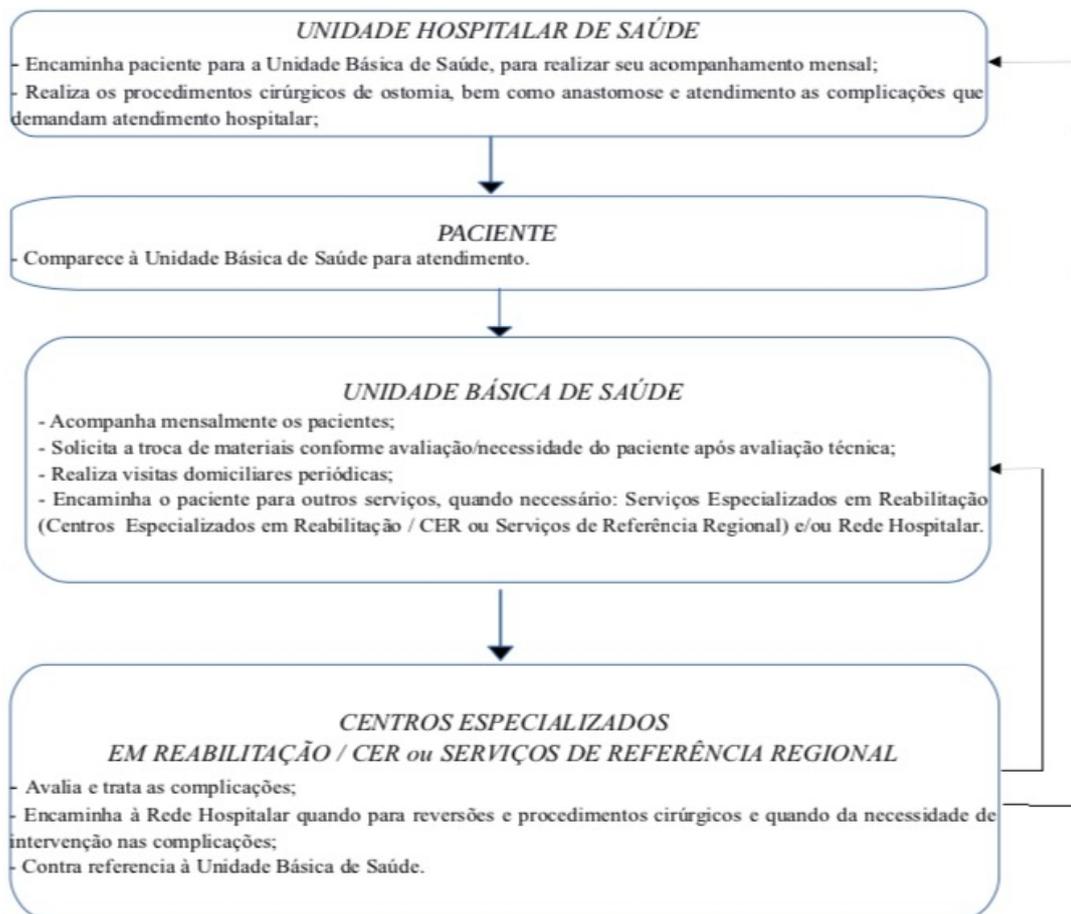
As unidades de referência (UBS/APS) desses usuários são responsáveis pelo acompanhamento, orientação de uso e auto - cuidado com o aparelho de ostomia. Mensalmente as unidades de saúde emitem um relatório de visita domiciliar de cada usuário e este relatório é submetido a Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó – municípios da CIR de Xanxerê e CIR Oeste e para a Supervisão de São Miguel do Oeste, para os municípios da CIR Extremo Oeste.

As complicações e intercorrências devem ser referenciadas para os hospitais porta-aberta, seguindo fluxo hierarquizado de necessidade/complexidade. Apenas no município de Chapecó, as intercorrências e complicações são referenciados para o Ambulatório de Lesões e Feridas Crônicas (setor específico para atender esse tipo de demanda e intermediar junto as UBS/APS). Não há classificação de risco, porque não tem fila para os insumos e a atenção ao usuário se dá no município.

## FLUXO DA CONCESSÃO DE MATERIAIS DE OSTOMIA



## FLUXO DA ATENÇÃO A PESSOA COM OSTOMIA INTESTINAL, URINÁRIA E/OU FÍSTULA CUTÂNEA



### 3.7. REABILITAÇÃO FONATÓRIA

Usuários que necessitam de prótese Fonatória (PF), em se tratando de colocação primária da prótese: a solicitação deve ser feita através das Secretarias Municipais de Saúde (SMS), encaminhada para a Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó – municípios da CIR de Xanxerê e CIR Oeste e para a Supervisão de São Miguel do Oeste, para os municípios da CIR Extremo Oeste. A documentação recebida é analisada e encaminhada para a coordenação estadual via SGPe.

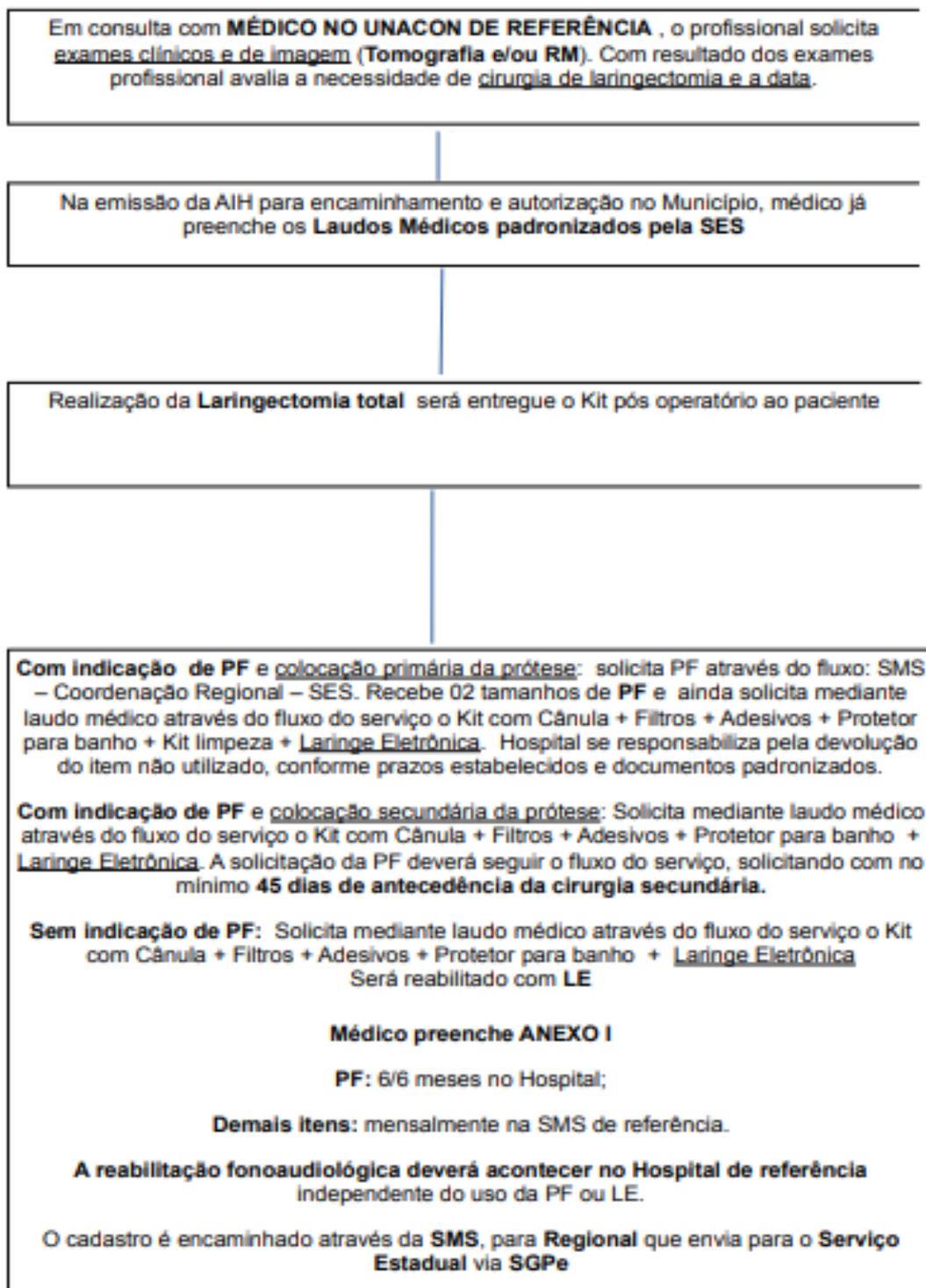
Estão disponíveis 02 tamanhos de PF que devem ser solicitados conforme laudo médico do Kit com Cânula + Filtros + Adesivos + Protetor para banho + Kit limpeza + Laringe Eletrônica, ficando o hospital responsável pela devolução do material não utilizado, respeitando prazos estabelecidos e documentos padronizados.

Usuários que necessitam de PF, em se tratando de colocação secundária da prótese: a solicitação é feita através de laudo médico pelo fluxo do serviço, o Kit com Cânula + Filtros + Adesivos + Protetor para banho + Laringe Eletrônica. A solicitação da PF deve ser feita no mínimo 45 dias de antecedência da cirurgia secundária.

Quando não há indicação de PF a solicitação ocorre mediante laudo médico conforme fluxo do serviço, o Kit com Cânula + Filtros + Adesivos + Protetor para banho + Laringe Eletrônica.

## **FLUXOGRAMA REABILITAÇÃO FONATÓRIA:**

### **Tratamento e Prescrição da PF ou LE (Laringectomizados):**



### 3.8. FLUXO DE REABILITAÇÃO PULMONAR

O usuário laringectomizado ou traqueostomizado inicia o processo de solicitação de material de ostomia respiratória através da SMS/APS/UBS de sua referência com os formulários e documentação conforme as “Diretrizes Estaduais para Laringectomizados e Traqueostomizados” SES 2019. Toda documentação deve ser encaminhada para a Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó – municípios da CIR de Xanxerê e CIR Oeste e para a Supervisão de São Miguel do Oeste, para os municípios da CIR Extremo Oeste. A documentação recebida é analisada e encaminhada para a coordenação estadual via SGPe.

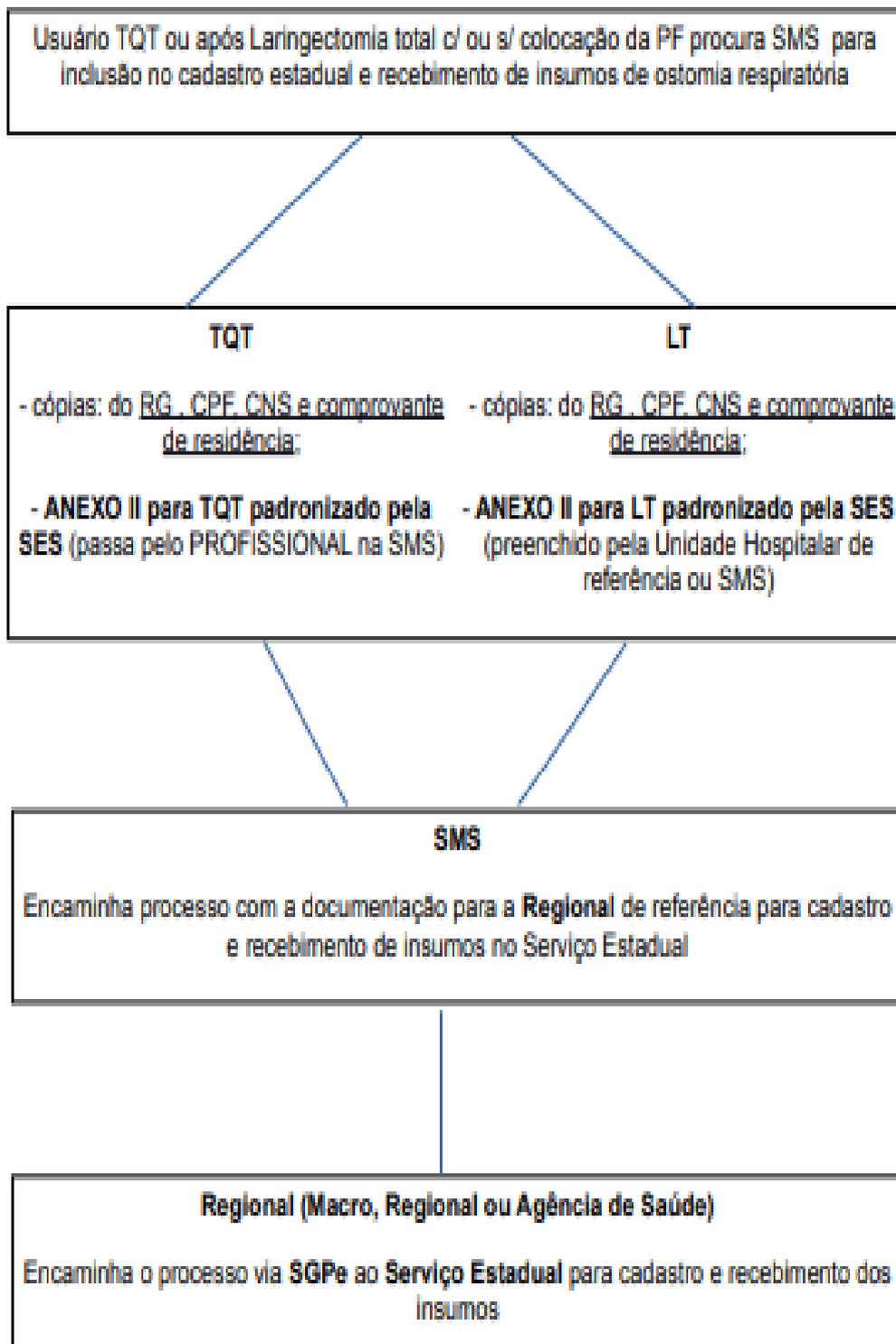
As unidades de referência (UBS/APS/SMS) desses usuários é responsável pelo acompanhamento, orientação de uso e auto-cuidado com o aparelho de ostomia respiratória. Mensalmente as unidades de saúde devem emitir relatório de visita domiciliar de cada usuário, este relatório deve ser submetido a Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó – municípios da CIR de Xanxerê e CIR Oeste e para a Supervisão de São Miguel do Oeste, para os municípios da CIR Extremo Oeste.

As complicações e intercorrências devem ser referenciadas para os hospitais porta-aberta, conforme fluxo hierarquizado de necessidade/complexidade. Não há classificação de risco, porque não tem fila para os insumos e a atenção ao usuário se dá no município.

O município de Chapecó conta com setor específico para atender esse tipo de demanda e intermediar junto as UBS/APS, desta forma, as intercorrências e complicações devem ser referenciados para o Ambulatório de Lesões e Feridas Crônicas.

## FLUXOGRAMA REABILITAÇÃO PULMONAR:

### Traqueostomizados e Laringectomizados após o fluxo hospitalar:





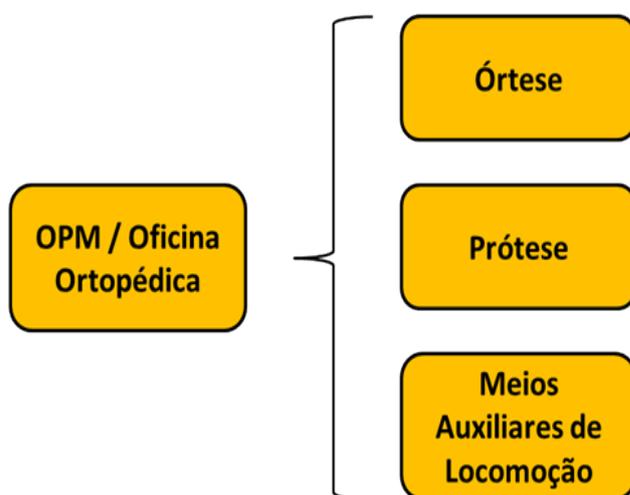
### 3.9. REABILITAÇÃO MOTORA

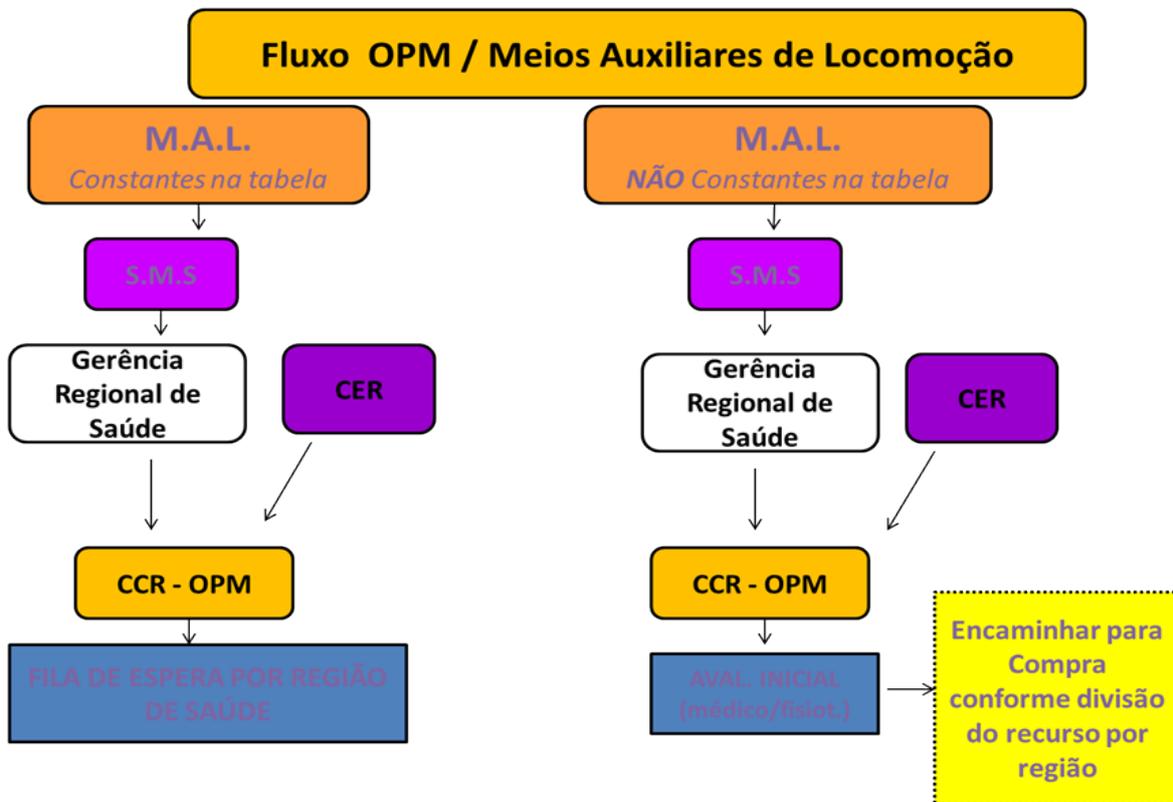
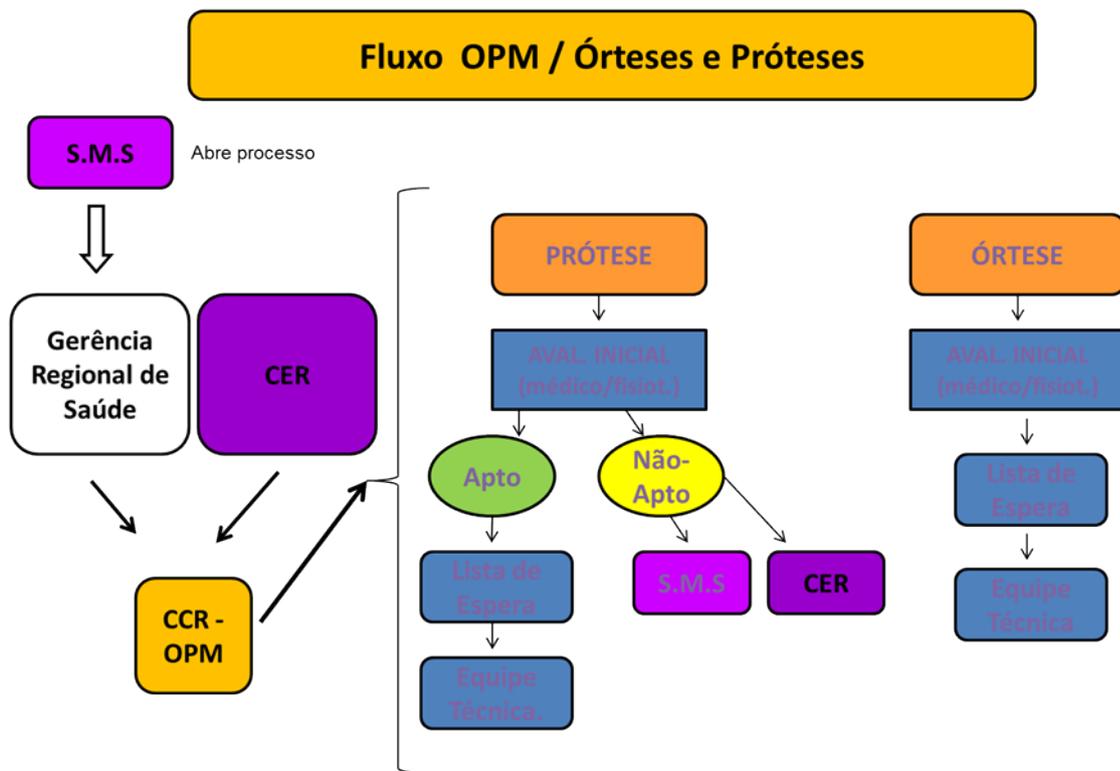
Toda a regulação dos serviços de reabilitação motora para os usuários da Macrorregião Grande Oeste devem ser realizados através das centrais de regulação ambulatorial, via SISREG, seguindo protocolos devidamente estabelecidos pelo Estado/SC. O acesso do usuário deve ocorrer através de encaminhamento realizado APS, referenciado ao Centro Catarinense de Reabilitação.

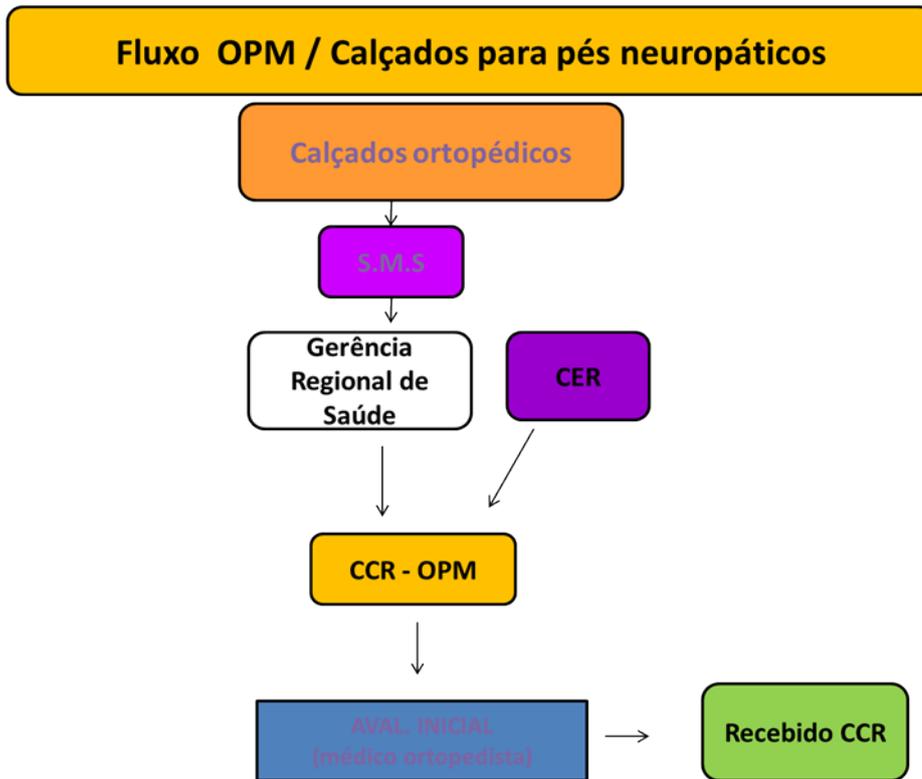
O usuários devem ser encaminhados tanto para a consulta como para acesso as Órteses, Próteses, Meios Auxiliares de Locomoção e Calçados para Pés-Neuropáticos, não havendo de risco.

#### Fluxos para concessão, dispensação e adaptação de OPM

## Plano Terapêutico







#### 4. CAPACIDADE INSTALADA DOS SERVIÇOS DA RCPD:

**Deficiências Auditivas** (Serviços de Reabilitação e Concessão de Aparelho de amplificação Sonora Individual - AASI). Atualmente a única referência na macrorregião grande Oeste é a Clínica Otiouve, situada no município de Chapecó para alta e média complexidade. Para os serviços de implante coclear a referência para os usuários da macrorregião grande oeste é o Hospital Universitário em Florianópolis.

**Tabela 21 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, Região Oeste, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Audiometria em campo livre	1088	43802,9	898	36153,48	1291	51975,66	1239	49882,14
Audiometria tonal limiar (via aerea / ossea)	1130	47460	898	37716	1381	58002	1354	56868
Avaliacao p/ diagnostico de deficiencia auditiva	270	6682,5	184	4554	233	5766,75	198	4900,5
Avaliacao p/ diagnostico diferencial de deficiencia auditiva	14	651,8	13	605,28	13	605,28	11	512,16
Estudo de emissoes otoacusticas evocadas transitorias e produtos de distorcao (eoa)	1	93,8	8	750,08	13	1218,88	22	2062,72
Imitanciometria	1178	54188	923	42458	1408	64768	1334	61364
Logaudiometria (ldv-irf-lrf)	1129	59272,5	890	46725	1365	71662,5	1322	69405
Pesquisa de ganho de insercao	1117	26808	925	22200	1318	31632	1273	30552
Potencial evocado auditivo de curta média e longa latencia	39	3656,6	28	2625,28	51	4781,76	45	4219,2
Reavalição diagnostica de deficiencia auditiva em paciente maior de 3 anos	50	1127,5	31	699,05	78	1758,9	77	1736,35

Reavaliação diagnóstica de deficiência auditiva em paciente menor de 3 anos	26	1153,4	15	665,4	39	1730,04	36	1596,96
Seleção e verificação de benefício do aasi	337	2948,8	247	2161,25	328	2870	326	2852,5
Acompanhamento de paciente p/ adaptação de aparelho de amplificação sonora individual (aasi) uni / b	1105	23956,4	872	18904,96	1362	29528,16	1354	29354,72
Terapia fonoaudiológica individual	1512	16480,8	1214	13232,6	692	7542,8	170	1853
Aparelho de amplificação sonora individual (aasi) externo de condução óssea convencional tipo a	0	0	0	0	2	1000	3	1500
Aparelho de amplificação sonora individual (aasi) externo intracanal tipo a	0	0	0	0	0	0	2	1050
Aparelho de amplificação sonora individual (aasi) externo intracanal tipo b	0	0	2	1400	3	2100	1	700
Aparelho de amplificação sonora individual (aasi) externo intracanal tipo c	12	13200	5	5500	0	0	2	2200
Aparelho de amplificação sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo a	221	116025	97	50925	245	128625	270	141750
Aparelho de amplificação sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo b	190	133000	132	92400	217	151900	165	115500
Aparelho de amplificação sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo c	190	209000	171	188100	126	138600	36	39600
Molde auricular (reposição)	1339	11716,3	1207	10561,25	1680	14700	1592	13930
Reposição de aasi externo retroauricular tipo a	0	0	0	0	0	0	10	5250
Reposição de aasi externo retroauricular tipo b	0	0	0	0	0	0	19	13300
Reposição de aasi externo retroauricular tipo c	0	0	0	0	0	0	12	13200
Sistema de frequência modulada pessoal	14	63000	4	18000	6	27000	6	27000
<b>Total</b>	<b>10962</b>	<b>834224,3</b>	<b>8764</b>	<b>596336,63</b>	<b>11851</b>	<b>797767,73</b>	<b>10879</b>	<b>692139,25</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 22 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, Região Extremo-Oeste, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Audiometria em campo livre	561	22585,86	457	18398,82	778	31322,28	808	32530,08
Audiometria tonal limiar (via aerea / ossea)	568	23856	461	19362	813	34146	841	35322
Avaliacao p/ diagnostico de deficiencia auditiva	164	4059	148	3663	172	4257	129	3192,75
Avaliação/diagnóstico diferencial de deficiencia auditiva	14	651,84	5	232,8	5	232,8	9	419,04
Estudo de emissoes otoacusticas evocadas transitorias e produtos de distorcao (eoa)	2	187,52	3	281,28	5	468,8	12	1125,12
Imitanciometria	584	26864	466	21436	815	37490	824	37904
Logoaudiometria (ldv-irf-lrf)	566	29715	455	23887,5	813	42682,5	827	43417,5
Pesquisa de ganho de insercao	572	13728	464	11136	787	18888	827	19848
Potencial evocado auditivo de curta média e longa latencia	20	1875,2	8	750,08	11	1031,36	17	1593,92
Reavaliacao diagnostica de deficiencia auditiva em paciente maior de 3 anos	23	518,65	13	293,15	28	631,4	37	834,35
Reavaliacao diagnostica de deficiencia auditiva em paciente menor de 3 anos	6	266,16	3	133,08	7	310,52	8	354,88
Selecao e verificacao de beneficio do aasi	205	1793,75	175	1531,25	217	1898,75	215	1881,25
Acompanhamento de paciente p/ adaptacao de aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) uni / b	548	11880,64	449	9734,32	812	17604,16	870	18861,6
Terapia fonoaudiológica individual	0	0	0	0	6	65,4	10	109

Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo de conducao ossea convencional tipo a	0	0	0	0	0	0	1	500
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo intracanal tipo c	6	6600	2	2200	5	5500	0	0
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo a	141	74025	67	35175	210	110250	178	93450
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo b	109	76300	96	67200	107	74900	106	74200
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo c	118	129800	143	157300	76	83600	32	35200
Molde auricular (reposição)	666	5827,5	520	4550	1022	8942,5	1101	9633,75
Reposição de aasi externo retroauricular tipo a	0	0	0	0	0	0	7	3675
Reposição de aasi externo retroauricular tipo b	0	0	0	0	0	0	18	12600
Reposição de aasi externo retroauricular tipo c	0	0	0	0	0	0	5	5500
Sistema de frequência modulada pessoal	7	31500	0	0	3	13500	1	4500
<b>Total</b>	<b>4880</b>	<b>462034,12</b>	<b>3935</b>	<b>377264,28</b>	<b>6692</b>	<b>487721,47</b>	<b>6883</b>	<b>436652,24</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 23 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, Região Xanxerê, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Audiometria em campo livre	426	17150,76	326	13124,76	594	23914,44	625	25162,5
Audiometria tonal limiar (via aerea / ossea)	439	18438	324	13608	627	26334	650	27300
Avaliacao p/ diagnostico de deficiencia auditiva	140	3465	120	2970	128	3168	124	3069
Avaliacao p/ diagnostico diferencial de deficiencia auditiva	7	325,92	7	325,92	6	279,36	11	512,16
Estudo de emissoes otoacusticas evocadas transitorias e produtos de distorcao (eoa)	1	93,76	4	375,04	5	468,8	14	1312,64
Imitanciometria	456	20976	335	15410	635	29210	649	29854
Logoaudiometria (ldv-irf-lrf)	439	23047,5	321	16852,5	623	32707,5	632	33180
Pesquisa de ganho de insercao	439	10536	333	7992	613	14712	653	15672
Potencial evocado auditivo de curta média e longa latencia	13	1218,88	19	1781,44	19	1781,44	22	2062,72
Reavaliacao diagnostica de deficiencia auditiva em paciente maior de 3 anos	9	202,95	5	112,75	25	563,75	32	721,6
Reavaliacao diagnostica de deficiencia auditiva em paciente menor de 3 anos	6	266,16	12	532,32	14	621,04	11	487,96
Selecao e verificacao de beneficio do aasi	156	1365	142	1242,5	164	1435	193	1688,75
Acompanhamento de paciente p/ adaptacao de aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) uni/b	426	9235,68	312	6764,16	626	13571,68	663	14373,84
Terapia fonoaudiológica individual	0	0	0	0	3	32,7	15	163,5

Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo de conducao ossea convencional tipo a	0	0	0	0	0	0	1	500
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo intracanal tipo b	0	0	0	0	2	1400	4	2800
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo intracanal tipo c	4	4400	4	4400	4	4400	0	0
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo a	108	56700	63	33075	158	82950	145	76125
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo b	137	95900	90	63000	126	88200	96	67200
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo c	75	82500	89	97900	36	39600	26	28600
Molde auricular (reposição)	504	4410	344	3010	785	6868,75	803	7026,25
Reposição de aasi externo intra-canal tipo b	0	0	0	0	0	0	2	1400
Reposição de aasi externo retroauricular tipo a	0	0	0	0	0	0	6	3150
Reposição de aasi externo retroauricular tipo b	0	0	0	0	0	0	17	11900
Reposição de aasi externo retroauricular tipo c	0	0	0	0	0	0	5	5500
Sistema de frequência modulada pessoal	9	40500	3	13500	1	4500	1	4500
<b>Total</b>	<b>3794</b>	<b>390731,6</b>	<b>2853</b>	<b>295976,4</b>	<b>5194</b>	<b>376718,5</b>	<b>5400</b>	<b>364261,9</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 24 – Quantidade e Valor aprovado por procedimento de Produção Ambulatorial do SUS em Saúde Auditiva, enquanto Macrorregional (total), período de 2015 a 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Audiometria em campo livre	2075	83539,5	1681	67677,06	2663	107212,38	2672	107574,72
Audiometria tonal limiar (via aerea / ossea)	2137	89754	1683	70686	2821	118482	2845	119490
Avaliacao p/ diagnostico de deficiencia auditiva	574	14206,5	452	11187	533	13191,75	451	11162,25
Avaliacao p/ diagnostico diferencial de deficiencia auditiva	35	1629,6	25	1164	24	1117,44	31	1443,36
Estudo de emissoes otoacusticas evocadas transitorias e produtos de distorcao (eoa)	4	375,04	15	1406,4	23	2156,48	48	4500,48
Imitanciometria	2218	102028	1724	79304	2858	131468	2807	129122
Logoaudiometria (ldv-irf-lrf)	2134	112035	1666	87465	2801	147052,5	2781	146002,5
Pesquisa de ganho de insercao	2128	51072	1722	41328	2718	65232	2753	66072
Potencial evocado auditivo de curta média e longa latencia	72	6750,72	55	5156,8	81	7594,56	84	7875,84
Reavaliacao diagnostica de deficiencia auditiva em paciente maior de 3 anos	82	1849,1	49	1104,95	131	2954,05	146	3292,3
Reavaliacao diagnostica de deficiencia auditiva em paciente menor de 3 anos	38	1685,68	30	1330,8	60	2661,6	55	2439,8
Selecao e verificacao de beneficio do aasi	698	6107,5	564	4935	709	6203,75	734	6422,5
Acompanhamento de paciente p/ adaptacao de aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) uni / b	2079	45072,72	1633	35403,44	2800	60704	2887	62590,16
Terapia fonoaudiológica individual	1512	16480,8	1214	13232,6	701	7640,9	195	2125,5
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo de conducao ossea convencional tipo a	0	0	0	0	2	1000	5	2500

Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo intracanal tipo a	0	0	0	0	0	0	2	1050
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo intracanal tipo b	0	0	2	1400	5	3500	5	3500
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo intracanal tipo c	22	24200	11	12100	9	9900	2	2200
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo a	470	246750	227	119175	613	321825	593	311325
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo b	436	305200	318	222600	450	315000	367	256900
Aparelho de amplificacao sonora individual (aasi) externo retro-auricular tipo c	383	421300	403	443300	238	261800	94	103400
Molde auricular (reposição)	2509	21953,75	2071	18121,25	3487	30511,25	3496	30590
Reposição de aasi externo intra-canal tipo b	0	0	0	0	0	0	2	1400
Reposição de aasi externo retroauricular tipo a	0	0	0	0	0	0	23	12075
Reposição de aasi externo retroauricular tipo b	0	0	0	0	0	0	54	37800
Reposição de aasi externo retroauricular tipo c	0	0	0	0	0	0	22	24200
Sistema de frequência modulada pessoal	30	135000	7	31500	10	45000	8	36000
<b>Total</b>	<b>19636</b>	<b>1686989,9</b>	<b>15552</b>	<b>1269577</b>	<b>23737</b>	<b>1662207,7</b>	<b>23162</b>	<b>1493053,4</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

#### 4.1. SERVIÇO DE REFERÊNCIA PARA PRÓTESE AUDITIVA - MACRORREGIÃO DE SAÚDE GRANDE OESTE

Atualmente o serviço de referência para saúde auditiva na Macrorregião de Saúde Grande Oeste é a **Clínica Otiouve, CNES 3514404**. Abaixo segue levantamento da demanda reprimida por aparelhos auditivos conforme municípios das Regiões de Saúde.

**Tabela 25 - Demanda reprimida por aparelho auditivo municípios da Região de Saúde Oeste, Clínica Otiouve, março 2020**

Município	Número de usuários
Águas de Chapecó	11
Águas Frias	0
Arvoredo	14
Caibi	21
Caxambu do Sul	14
Chapecó	621
Cordilheira Alta	3
Coronel Freitas	4
Cunha Porã	32
Cunhataí	3
Formosa do Sul	0
Guatambu	9
Irati	0
Jardinópolis	3
Nova Erechim	4
Nova Itaberaba	10
Palmitos	2
Pinhalzinho	27
Planalto Alegre	42
Paial	12
Quilombo	12
Riqueza	7
Santiago do Sul	0
São Carlos	34
Serra Alta	0
Sul Brasil	02
União do Oeste	02

Fonte: Informação fornecida através da Secretarias Municipais de Saúde/março 2020

**Tabela 26 - Demanda reprimida por aparelho auditivo municípios da Região de Saúde de Xanxerê, Clínica Otiouve, março 2020**

<b>Município</b>	<b>Número de Usuários</b>
Abelardo Luz	19
Bom Jesus	3
Campo Erê	32
Coronel Martins	0
Entre Rios	1
Faxinal dos Guedes	29
Galvão	1
Ipuaçu	6
Jupia	9
Lajeado Grande	2
Marema	4
Novo Horizonte	10
Ouro Verde	3
Passos Maia	2
Ponte Serrada	0
São Bernardino	
São Domingos	19
São Lourenço do Oeste	74
Vargeão	4
Xanxerê	138
Xaxim	73

Fonte: informação fornecida através da Secretarias Municipais de Saúde/março 2020

**Tabela 27 - Demanda reprimida por aparelho auditivo municípios da Região de Saúde Extremo Oeste, Clínica Otiouve, março 2020**

<b>Município</b>	<b>Número de Usuários</b>
Anchieta	6
Bandeirante	4
Barra Bonita	4
Belmonte	7
Bom Jesus do Oeste	5
Descanso	10
Dionísio Cerqueira	32
Flor do Sertão	5
Guaraciaba	23
Guarujá do Sul	6
Iporã do Oeste	8

Iraceminha	8
Itapiranga	16
Maravilha	32
Modelo	23
Mondaí	25
Palma Sola	11
Paraíso	11
Princesa	6
Romelândia	2
Saltinho	7
Santa Helena	5
Santa Terezinha do Progresso	6
São João do Oeste	2
São José do Cedro	14
São Miguel da Boa Vista	8
São Miguel do Oeste	94
Saudades	23
Tigrinhos	9
Tunápolis	6

Fonte: Informação fornecida através da Secretarias Municipais de Saúde/março 2020

#### 4.2. DEFICIÊNCIA MOTORA (SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO FÍSICA E OFICINA ORTOPÉDICA)

Os usuários da Região Oeste que necessitam de serviços de reabilitação física e oficina ortopédica tem como referência apenas o serviço do Centro Catarinense de Reabilitação – CCR em Florianópolis/SC. Abaixo elencamos algumas informações de produção para os municípios da Macrorregião.

**Tabela 28 - Tipos de OPM concedidas pelo CCR, à Região de Xanxerê – Período 2016 a 2019**

Equipamento	Tipo de Equipamento	Total
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 40	2
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 37	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo bari sandália) tamanho 41	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo bari sandália) tamanho 37	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 45	1
Material	estabilizador ortostático	5
Material	almofada com células de ar interconectadas	3
Material	almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar	11
Material	cinta de transferência	1
Material	materiais elásticos para modelagem de cotos, controle cicatricial ou controle de edema de membros superiores e inferiores – faixa elástica compressiva.	11
Meio Auxiliar	cadeira de rodas adaptada	37
Meio Auxiliar	cadeira de rodas	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas motorizada	21
Meio Auxiliar	bengala de 4 pontas	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas de banho com aro de propulsão	2
Meio Auxiliar	cadeira de rodas motorizada digitalizada	3
Meio Auxiliar	cadeira de rodas de banho com encosto reclinável	2
Meio Auxiliar	cadeira de rodas dois módulos chassis fixo (16/20)	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas monobloco	6
Meio Auxiliar	cadeira de rodas para banho em concha infantil	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas adulto um módulo dobrável em x	6
Meio Auxiliar	muleta axilar tubular em alumínio regulável na altura (par)	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas dois módulos chassis fixo (16/24)	1
Meio Auxiliar	splint	4

Órtese	suropodálica	12
Órtese	pélvico podálica	3
Órtese	órtese metálica cruropodálica adulto	1
Órtese	suropodálica articulada	2
Órtese	calçado sob medida	1
Órtese	calçados anatômicos com palmilhas para pés neuropáticos (par)	1
Órtese	órtese metálica cruropodálica adulto	1
Órtese	órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (adulto)	6
Órtese	palmilha	1
Órtese	palmilha sob medida	1
Órtese	palmilhas para pés neuropáticos confeccionadas sob medida para adultos ou crianças (par)	1
Órtese	colete putti baixo	1
Órtese	órtese dinâmica suropodálica tipo mola de codeville (unilateral)	2
Órtese	órtese estática imobilizadora axilo-palmar tipo aeroplano (splint)	1
Órtese	manutenção/conserto de órteses	6
Órtese	órtese colete tlso	1
Órtese	órtese pelvico-podalica metálica com ou sem apoio isquiático (infantil e adolescente)	1
Órtese	manutenção/conserto de órteses	2
Órtese	órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (infantil)	2
Órtese	órtese tlso / colete tipo boston	1
Órtese	palmilhas confeccionadas sob medida (par)	1
Órtese	órtese metálica cruropodálica adulto	1
Prótese	transtibial	10
Prótese	transfemural	15
Prótese	transradial	1
Prótese	desarticulação de joelho	2
Prótese	descanso para pé	1
Prótese	prótese endoesquelética transfemural em alumínio ou aço	6
Prótese	prótese endoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm em alumínio ou aço	2
Prótese	substituição de pé sach / articulado.	1

**Tabela 29 - Tipos de OPM concedidas pelo CCR à Região Extremo - Oeste - Período 2016 a 2019**

<b>Equipamento</b>	<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Total</b>
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo sensible) tamanho 41	3
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 38	4
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 42	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo bari (sandália)) tamanho 42	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo são francisco) tamanho 41	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 39	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 41	1
Calçado	calçados para pés neuropáticos (stepper) – tamanho 43	1
Material	almofada de gel simples	1
Material	cinta de transferência	2
Material	almofada com células de ar interconectadas	5
Material	almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar	8
Material	materiais elásticos para modelagem de cotos, controle cicatricial ou controle de edema de membros superiores e inferiores – faixa elástica compressiva.	5
Meio Auxiliar	cadeira de rodas motorizada	15
Meio Auxiliar	cadeira de rodas adaptada	26
Meio Auxiliar	cadeira de rodas	2
Meio Auxiliar	cadeira de rodas de banho com encosto reclinável	7
Meio Auxiliar	cadeira de rodas de banho com aro de propulsão	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas monobloco	5
Meio Auxiliar	cadeira de rodas de banho em concha	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas motorizada adulto ou infantil	14
Meio Auxiliar	muleta axilar tubular em alumínio regulável na altura (par)	5
Meio Auxiliar	cadeira de rodas adaptada	3
Meio Auxiliar	cadeira de rodas dois módulos chassis fixo (16/20)	6
Meio Auxiliar	cadeira de rodas para banho em concha infantil	5
Meio Auxiliar	cadeira de rodas adulto um módulo dobrável em x	2
Meio Auxiliar	cadeira de rodas adaptada digitalizada	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas (acima 90kg)	1
Órtese	suropodálica	15
Órtese	calçado sob medida	3
Órtese	órtese suropodálica dinâmica tipo mola de codeville	1
Órtese	palmilha	3
Órtese	cruropodálica	2
Órtese	suropodálica articulada	2
Órtese	pélvico podálica	1

Órtese	calçado ortopédico	1
Órtese	órtese cruromaleolar para limitação dos movimentos do joelho	3
Órtese	splint	2
Órtese	manutenção/conserto de órteses	1
Órtese	palmilhas confeccionadas sob medida (par)	1
Órtese	órtese colete tlso	1
Órtese	órtese estática imobilizadora axilo-palmar tipo aeroplano (splint)	1
Órtese	órtese dinâmica suropodálica tipo mola de codeville (unilateral)	1
Órtese	órtese metálica cruropodálica adulto	1
Órtese	órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (adulto)	3
Órtese	órtese suropodálica unilateral articulada em polipropileno (adulto)	4
Órtese	órtese suropodálica articulada em polipropileno infantil	2
Prótese	ortoprótese	2
Prótese	transfemural	26
Prótese	transtibial	29
Prótese	desarticulação de joelho	3
Prótese	prótese funcional exoesquelética transumeral	1
Prótese	prótese para amputação tipo chopart	3
Prótese	prótese funcional exoesquelética transradial coto curto	1
Prótese	manutenção/conserto de próteses	14
Prótese	prótese endoesquelética para desarticulação de joelho em alumínio ou aço	2
Prótese	prótese exoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm	2
Prótese	transumeral	1
Prótese	substituição do encaixe interno flexível para prótese transtibial exoesquelética / endoesquelética.	2
Prótese	prótese endoesquelética transfemural em alumínio ou aço	13
Prótese	prótese tipo palmilha para amputação em nível do ante pe	2
Prótese	prótese endoesquelética transfemural em alumínio ou aço	7
Prótese	prótese exoesquelética transtibial com coxal ou manguito de coxa	1
Prótese	prótese exoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm	2
Prótese	prótese endoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm em alumínio ou aço	1

**Tabela 30 - Tipos de OPM concedidas pelo CCR à Região Oeste – Período 2016 a 2019**

<b>Equipamento</b>	<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Total</b>
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo bari sandália) tamanho 40	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo hera) tamanho 36	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 37	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 39	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 40	1
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 41	2
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 42	2
Calçado	calçado para pés neuropáticos (modelo stepper) tamanho 43	2
Material	almofada com células de ar interconectadas	7
Material	almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar	17
Material	estabilizador ortostático	2
Material	materiais elásticos para modelagem de cotos, controle cicatricial ou controle de edema de membros superiores e inferiores – faixa elástica compressiva.	9
Meio Auxiliar	andador	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas	2
Meio Auxiliar	cadeira de rodas (acima 90kg)	2
Meio Auxiliar	cadeira de rodas adaptada	39
Meio Auxiliar	cadeira de rodas para banho com encosto reclinável	8
Meio Auxiliar	cadeira de rodas de banho com aro de propulsão	8
Meio Auxiliar	cadeira de rodas de banho em concha	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas para banho em concha infantil	4
Meio Auxiliar	cadeira de rodas monobloco	15
Meio Auxiliar	cadeira de rodas motorizada	26
Meio Auxiliar	cadeira de rodas motorizada adulto ou infantil	20
Meio Auxiliar	cadeira de rodas motorizada digitalizada	3
Meio Auxiliar	cadeira de rodas dois módulos chassis fixo (16/20)	3
Meio Auxiliar	cadeira de rodas dois módulos chassis fixo (16/24)	1
Meio Auxiliar	cadeira de rodas um módulo dobrável em duplo x	1
Meio Auxiliar	muleta axilar tubular em alumínio regulável na altura (par)	5
Órtese	calçado sob medida	2
Órtese	calçado ortopédico	1
Órtese	colete tlso	3
Órtese	colete milwalkee	1
Órtese	equipamento não encontrado (tutor longo)	1
Órtese	órtese estática imobilizadora axilo-palmar tipo aeroplano	5

(splint)		
Órtese	extensor em lona	1
Órtese	órtese tlso / colete tipo boston	1
Órtese	pélvico podálica	3
Órtese	splint	3
Órtese	suropodálica	16
Órtese	suropodálica articulada	3
Órtese	órtese suropodálica articulada em polipropileno infantil	4
Órtese	órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (infantil)	7
Órtese	órtese suropodálica unilateral articulada em polipropileno (adulto)	1
Órtese	palmilha sob medida	1
Órtese	palmilhas confeccionadas sob medida (par)	1
Prótese	desarticulação de punho	3
Prótese	desarticulação de joelho	1
Prótese	manutenção/conserto de próteses	3
Prótese	prótese endoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm em alumínio ou aço	8
Prótese	protese exoesqueletica passiva para desarticulacao do punho ou amputacao transradial	2
Prótese	prótese para amputação tipo chopart/lisfranc/pirigoff/syme	1
Prótese	prótese endoesquelética transfemural em alumínio ou aço	14
Prótese	prótese endoesquelética transfemural com liner de conexão e revestimento têxtil e fixação	2
Prótese	prótese tipo palmilha para amputação em nível do ante pe	2
Prótese	substituicao de luva cosmetica p/ maos proteticas	1
Prótese	substituição/troca do encaixe para prótese transfemural endoesqueletica / exoesqueletica.	1
Prótese	transfemural	20
Prótese	transradial	3
Prótese	transtibial	24
Prótese	transumeral	1

Tabela 31 – Lista de Espera de OPM

OPM	Região de Saúde Extremo Oeste	Região de Saúde Xanxerê	Região de Saúde Oeste	Macrorregião do Extremo Oeste
Órteses	7	12	13	32
Próteses	8	5	18	31
Total	15	17	31	63

Fonte: Municípios da Macrorregião Oeste, 2020.

**Tabela 32 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Motora, Região Oeste, período de 2015 à 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Andador fixo / articulado em alumínio com quatro ponteiros.	3	390	4	520	1	130	0	0
Cadeira de rodas adulto / infantil (tipo padrão)	6	3431,4	1	571,9	2	1143,8	0	0
Cadeira de rodas para banho com assento sanitário	5	1150	1	230	0	0	0	0
Calçados anatômicos com palmilhas para pés neuropáticos (par)	0	0	6	2515,2	10	4192	0	0
Bengala canadense regulável em altura (par)	2	159,9	7	559,65	3	239,85	0	0
Muleta axilar tubular em alumínio regulável na altura (par)	1	79,95	0	0	2	159,9	3	239,85
Palmilhas confeccionadas sob medida (par)	0	0	0	0	0	0	2	260,4
Cadeira de rodas monobloco	2	1800	0	0	3	2700	0	0
Cadeira de rodas (acima 90kg)	2	3298	3	4947	2	3298	1	1649
Cadeira de rodas motorizada adulto ou infantil	15	74985	14	69986	7	34993	14	69986
Cadeira de rodas para banho em concha infantil	0	0	1	739	0	0	1	739
Cadeira de rodas para banho com encosto reclinável	1	1139	1	1139	2	2278	0	0
Cadeira de rodas para banho com aro de propulsão	0	0	0	0	4	1800	0	0
Adaptação de assento para deformidades de quadril	0	0	0	0	0	0	5	681,7

Adaptação de encosto para deformidades de tronco	0	0	0	0	0	0	5	660
Adaptação do apoio de pés da cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	10	625
Apoios laterais do tronco em 3 ou 4 pontos	0	0	0	0	0	0	7	633,5
Apoios laterais de quadril para cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	3	271,5
Apoio para estabilização da cabeça na cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	4	331,2
Adaptação do apoio de braços da cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	7	924
Adaptação abdutor tipo cavalo para cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	2	114
Órtese / colete ctslo tipo milwaukee	0	0	0	0	0	0	1	910
Órtese cruromaleolar infantil em polipropileno para imobilização de joelho em extensão articulada	0	0	0	0	1	209,7	0	0
Órtese cruromaleolar para limitação dos movimentos do joelho	3	390	3	390	0	0	0	0
Órtese estática imobilizadora axilo-palmar tipo aeroplano	3	870	1	290	2	580	1	290
Órtese genupodálico em polipropileno tipo sarmiento	0	0	1	299	0	0	0	0
Ortese metalica suropodalica (infantil)	0	0	2	279,4	0	0	0	0
Órtese pelvico-podalica metálica com ou sem apoio isquiático (infantil e adolescente)	0	0	0	0	2	1200	0	0
Órtese suropodálica articulada em polipropileno infantil	0	0	4	638,4	4	638,4	4	638,4

Órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (adulto)	2	361,2	0	0	2	361,2	3	541,8
Órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (infantil)	3	390	4	520	13	1690	5	650
Órtese tlso / colete tipo boston	0	0	0	0	1	598,5	0	0
Ortese tlso tipo colete / jaqueta de risser	0	0	0	0	0	0	2	1560
Prótese canadense endoesquelética em alumínio ou aço (desarticulação do quadril)	1	4716	0	0	0	0	0	0
Prótese endoesquelética para desarticulação de joelho em alumínio ou aço	0	0	0	0	1	3990	0	0
Prótese endoesquelética transfemural em alumínio ou aço	1	3502	1	3502,8	7	24519,6	13	45536,4
Prótese endoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm em alumínio ou aço	2	3192	5	7980	8	12768	8	12768
Protese exoesquelética passiva para desarticulação do punho ou amputação transradial	0	0	0	0	2	5282	1	2641
Prótese exoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm	0	0	0	0	1	1596	1	1596
Prótese funcional exoesquelética para amputação transradial.	0	0	0	0	0	0	1	3105
Prótese funcional exoesquelética transumeral	0	0	0	0	1	6603	0	0
Prótese mamária	60	9576	55	8778	0	0	0	0
Prótese para amputação tipo chopart	1	1449	0	0	1	1449	0	0
Protese passiva endoesquelética transumeral	0	0	0	0	1	2128	0	0
Protese passiva para amputação parcial da mão	1	1300	0	0	0	0	1	1300

Protese tipo palmilha para amputação em nível do ante pe	0	0	0	0	0	0	1	451,5
Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar	0	0	1	995	4	3980	7	6965
Mesa de atividades para cadeira de rodas (tábua mesa)	0	0	0	0	0	0	3	450
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>112180,3</b>	<b>115</b>	<b>104880,4</b>	<b>87</b>	<b>118528</b>	<b>116</b>	<b>156518,3</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 33 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Motora, Região Extremo Oeste, período de 2015 à 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Andador fixo / articulado em alumínio com quatro ponteiros.	3	390	1	130	0	0	0	0
Cadeira de rodas adulto / infantil (tipo padrão)	2	1143	0	0	0	0	0	0
Cadeira de rodas para banho com assento sanitário	3	690	4	920	0	0	0	0
Cadeira de rodas para tetraplégico - tipo padrão	0	0	0	0	2	2340	1	1170
Calçados anatômicos com palmilhas para pés neuropáticos (par)	5	2096	9	3772,8	4	1676,8	1	419,2
Calçados sob medida p/ compensação de discrepância de membros inferiores a partir do número 34	0	0	1	299	0	0	1	299
Calçados sob medida para compensação de encurtamento até número 33 (par)	0	0	1	239,4	1	239,4	0	0
Bengala canadense regulável em altura (par)	3	239,85	6	479,7	5	399,75	0	0
Muleta axilar tubular em alumínio regulável na altura (par)	1	79,95	1	79,95	1	79,95	3	239,85
Palmilhas confeccionadas sob medida (par)	0	0	1	130,2	2	260,4	0	0
Cadeira de rodas monobloco	0	0	0	0	1	900	0	0

Cadeira de rodas (acima 90kg)	3	4947	0	0	1	1649	0	0
Cadeira de rodas motorizada adulto ou infantil	2	9998	8	39992	3	14997	5	24995
Cadeira de rodas para banho em concha infantil	0	0	0	0	1	739	0	0
Cadeira de rodas para banho com encosto reclinável	1	1139	0	0	1	1139	0	0
Cadeira de rodas para banho com aro de propulsão	0	0	0	0	1	450	0	0
Adaptação de assento para deformidades de quadril	1	136,34	0	0	0	0	1	136,34
Adaptação de encosto para deformidades de tronco	1	132	0	0	0	0	1	132
Adaptação do apoio de pés da cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	5	312,5
Apoios laterais do tronco em 3 ou 4 pontos	0	0	0	0	0	0	5	452,5
Apoios laterais dquadril para cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	3	271,5
Apoio para estabilização da cabeça na cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	3	248,4
Adaptação do apoio de braços da cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	4	528
Adaptação abdutor tipo cavalo para cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	4	228
Órtese cruromaleolar infantil em polipropileno para imobilização de joelho em extensão articulada	0	0	0	0	0	0	2	419,4
Órtese cruromaleolar para limitação dos movimentos do joelho	4	520	1	130	0	0	0	0
Órtese cruropodálica com distrator para genuvalgo / genuvaro (infantil e adolescente)	0	0	0	0	2	501,6	0	0
Órtese estática imobilizadora axilo-palmar tipo aeroplano	2	580	0	0	1	290	1	290
Órtese metálica cruropodálica adulto	1	948	1	948	1	948	5	4740
Órtese pelvico-podalica metálica para adulto com ou sem apoio isquiático	0	0	0	0	2	2394	1	1197
Órtese suropodálica articulada em polipropileno infantil	0	0	0	0	1	159,6	7	1117,2
Órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (adulto)	4	722,4	3	541,8	3	541,8	4	722,4
Órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (infantil)	6	780	8	1040	11	1430	8	1040

Órtese suropodálica metálica (adulto)	0	0	0	0	0	0	2	361,2
Órtese suropodálica unilateral articulada em polipropileno (adulto)	0	0	1	200	1	200	1	200
Órtese tloso / tipo colete em metal tipo jewett	2	744,8	0	0	0	0	0	0
Órtese tloso corretiva toraco-lombar em polipropileno	0	0	0	0	0	0	1	319,2
Órtese tloso tipo colete / jaqueta de risser	0	0	1	780	0	0	0	0
Prótese endoesquelética para desarticulação de joelho em alumínio ou aço	2	7980	3	11970	1	3990	3	11970
Prótese endoesquelética transfemural em alumínio ou aço	5	17514,00	7	24519,6	6	21016,8	10	35028
Prótese endoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm em alumínio ou aço	1	1596	9	14364	7	11172	3	4788
Prótese exoesquelética transfemural	0	0	0	0	0	0	1	2990
Prótese exoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm	1	1596	4	6384	3	4788	2	3192
Prótese funcional exoesquelética para amputação transradial.	1	3105	0	0	0	0	0	0
Prótese funcional exoesquelética transradial coto curto.	0	0	0	0	0	0	1	5300
Prótese funcional exoesquelética transumeral	0	0	0	0	1	6603	1	6603
Prótese mamária	26	4149	27	4309,2	0	0	0	0
Prótese para amputação tipo chopart	1	1449	1	1449	0	0	2	2898
Cinta para transferências	0	0	0	0	2	150	0	0
Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar	0	0	1	0	0	0	5	2985
Almofada de assento para cadeira de rodas para prevenção de úlceras de pressão - simples	0	0	1	17,38	1	17,38	0	0
Mesa de atividades para cadeira de rodas (tábua mesa)	0	0	0	0	0	0	4	600
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>62676</b>	<b>100</b>	<b>112696</b>	<b>66</b>	<b>79072,48</b>	<b>101</b>	<b>116192,7</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 34 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Motora, Região Xanxerê, período de 2015 à 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Andador fixo / articulado em alumínio com quatro ponteiros.	1	130	0	0	2	260	0	0
Cadeira de rodas adulto / infantil (tipo padrão)	9	5147	0	0	0	0	1	571,9
Cadeira de rodas para banho com assento sanitário	5	1150	1	230	0	0	0	0
Cadeira de rodas para tetraplégico - tipo padrão	0	0	0	0	0	0	1	1170
Calçados anatômicos com palmilhas para pés neuropáticos (par)	1	419,2	3	1257,6	7	2934,4	0	0
Calçados ortopédicos confeccionados sob medida até número 45 (par)	1	170,3	0	0	0	0	0	0
Calçados sob medida p/ compensação de discrepância de membros inferiores a partir do número 34	0	0	0	0	1	299	0	0
Bengala canadense regulável em altura (par)	1	79,95	3	239,85	1	79,95	0	0
Muleta axilar tubular em alumínio regulável na altura (par)	1	79,95	0	0	2	159,9	0	0
Palmilhas para pés neuropáticos confeccionadas sob medida para adultos ou crianças (par)	0	0	0	0	1	170,3	0	0
Cadeira de rodas monobloco	2	1800	0	0	0	0	0	0
Cadeira de rodas (acima 90kg)	2	3298	1	1649	0	0	0	0
Cadeira de rodas motorizada adulto ou	5	24995	12	59988	6	29994	4	19996

infantil									
Cadeira de rodas para banho em concha infantil	1	739	0	0	0	0	0	0	0
Cadeira de rodas para banho com encosto reclinável	3	3417	0	0	0	0	0	0	0
Cadeira de rodas para banho com aro de propulsão	2	900	0	0	2	900	0	0	0
Adaptação de assento para deformidades de quadril	0	0	0	0	0	0	1	136,34	
Adaptação de encosto para deformidades de tronco	1	132	0	0	0	0	1	132	
Adaptação do apoio de pés da cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	1	62,5	
Apoios laterais do tronco em 3 ou 4 pontos	1	90,5	0	0	0	0	0	0	0
Apoios laterais de quadril para cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	1	90,5	
Apoio para estabilização da cabeça na cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	1	82,8	
Adaptação do apoio de braços da cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	1	132	
Órtese / colete ctslo tipo milwaukee	2	1820	0	0	0	0	0	0	0
Órtese cruromaleolar infantil em polipropileno para imobilização de joelho em extensão articulada	0	0	1	209,7	0	0	0	0	0
Órtese cruromaleolar para limitação dos movimentos do joelho	3	390	0	0	0	0	0	0	0
Órtese dinâmica suropodálica tipo mola de codeville (unilateral)	0	0	0	0	0	0	1	119,7	
Órtese estática imobilizadora axilo-palmar tipo aeroplano	1	290	2	580	0	0	5	1450	

Órtese genupodálica em polipropileno tipo sarmiento	0	0	1	299	0	0	0	0
Órtese metálica cruropodálica adulto	0	0	0	0	0	0	4	3792
Órtese metálica cruropodálica (infantil e adolescente)	0	0	0	0	0	0	1	520
Órtese metálica suropodálica (infantil)	0	0	0	0	2	279,4	4	558,8
Órtese pelvico-podálica metálica com ou sem apoio isquiático (infantil e adolescente)	0	0	0	0	1	600	2	1200
Órtese suropodálica articulada em polipropileno infantil	2	319,2	0	0	2	319,2	1	159,6
Órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (adulto)	0	0	0	0	2	361,2	7	1264,2
Órtese suropodálica sem articulação em polipropileno (infantil)	8	1040	2	260	5	650	9	1170
Órtese suropodálica metálica (adulto)	0	0	0	0	2	361,2	1	180,6
Órtese t/so tipo colete / jaqueta de risser	0	0	0	0	0	0	2	1560
Prótese endoesquelética para desarticulação de joelho em alumínio ou aço	0	0	1	3990	0	0	0	0
Prótese endoesquelética transfemural em alumínio ou aço	0	0	7	24519,6	5	17514	2	7005,6
Prótese endoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm em alumínio ou aço	6	9576	2	3192	3	4788	6	9576
Prótese exoesquelética passiva para desarticulação do punho ou amputação transradial	1	2641	0	0	0	0	0	0
Prótese exoesquelética transtibial tipo ptb-pts-kbm	1	1596	0	0	0	0	0	0
Prótese funcional endoesquelética p/ amputação transmeral	2	10422	0	0	0	0	0	0

Prótese funcional exoesquelética transradial p/ punho de troca rápida c/ gancho de dupla força	0	0	1	5100	0	0	0	0
Prótese mamária	55	8778	37	5905,2	0	0	0	0
Prótese para amputação tipo chopart	0	0	1	1449	0	0	0	0
Prótese tipo palmilha para amputação em nível do ante pé	1	451,5	0	0	0	0	0	0
Cinta para transferências	0	0	0	0	0	0	1	150
Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar	0	0	0	0	2	1990	2	1990
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>79871</b>	<b>75</b>	<b>108869</b>	<b>46</b>	<b>61660,6</b>	<b>60</b>	<b>53070,5</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

### 4.3. DEFICIÊNCIA VISUAL

Os usuários da Macrorregião Grande Oeste que necessitam de serviços de Reabilitação Visual utilizam o serviço da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE em Florianópolis.

**Tabela 35 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Visual, Região Oeste, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Bengala articulada	0	0,00	0	0,00	2	90,00	1	45,00
Lente escleral pintada	3	825,00	0	0,00	4	1100,00	6	1650,00
Lupa de apoio com ou sem iluminação	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	158,75
Prótese ocular	7	1666,00	1	238,03	2	476,06	1	238,03
Sistemas telescópicos manual monocular com foco ajustável	0	0,00	0	0,00	2	400,00	2	400,00
Óculos com lentes esfero prismáticas	0	0,00	0	0,00	1	350,00	0	0,00
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>2491,21</b>	<b>1</b>	<b>238,03</b>	<b>11</b>	<b>2416,06</b>	<b>11</b>	<b>2491,78</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 36 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Visual, Região Extremo- Oeste, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Bengala articulada	2	90,00	0	0,00	0	0	1	45,00
Lente escleral pintada	1	275,00	0	0,00	9	2475,00	10	2750,00
Lupa de apoio com ou sem iluminação	0	0,00	1	158,75	1	158,75	1	158,75
Lupa manual com ou sem iluminação	1	100,00	0	0	0	0	0	0
Sistemas telescópicos binoculares montados em armação com foco ajustável	1	359,00	0	0	0	0	0	0
Sistemas telescópicos manual monocular com foco ajustável	0	0,00	1	200,00	1	200,00	1	200,00
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>824,00</b>	<b>2</b>	<b>358,75</b>	<b>11</b>	<b>2833,75</b>	<b>3</b>	<b>3153,75</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 37 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Deficiência Visual, Região Xanxerê, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2015		2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Bengala articulada	0	0,00	2	90	2	90	4	180
Lente escleral pintada	2	550,00	9	2475	15	4125	26	7150
Lupa de apoio com ou sem iluminação	0	0,00	0	0	1	158,75	1	158,75
Sistemas telescópicos manual monocular com foco ajustável	0	0,00	0	0	2	400	2	400
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>550,00</b>	<b>11</b>	<b>2565,00</b>	<b>20</b>	<b>4773,75</b>	<b>33</b>	<b>7888,75</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Serviço de Saúde Visual em Florianópolis – atendimentos na Fundação Catarinense Educação Especial /pacientes do Grande Oeste (2016 a 2019)**

**Tabela 38 - Pacientes atendidos pela FCEE - Região Extremo - Oeste**

Município	Numero de Pacientes
Anchieta	13
Belmonte	3
Bom Jesus do Oeste	0
Bandeirante	3
Barra bonita	2
Descanso	5
Dionísio Cerqueira	17
Flor do Sertão	0
Guaraciaba	1
Guarujá do Sul	7
Iporã do oeste	0
Iraceminha	3
Itapiranga	4
Maravilha	12
Modelo	0
Mondaí	5
Palma sola	16
Paraíso	1
Princesa	6
Romelândia	2
Saltinho	0
Santa Helena	0
Santa Teresinha do Progresso	2
São João do Oeste	3
São José do Cedro	16
São Miguel da Boa Vista	1
São Miguel do Oeste	18
Saudades	2
Tigrinhos	4
Tunápolis	0
<b>TOTAL</b>	<b>146</b>

Fonte: Fundação Catarinense Educação Especial

**Tabela 39 - Pacientes atendidos pela FCEE - Região Oeste**

<b>Município</b>	<b>Numero de Pacientes</b>
Águas De Chapecó	2
Águas Frias	1
Arvoredo	0
Caibi	1
Caxambu Do Sul	1
Chapecó	57
Cordilheira Alta	1
Coronel Freitas	7
Cunha Porã	2
Cunhataí	1
Formosa Do Sul	0
Guatambu	0
Irati	0
Jardinópolis	0
Nova Erechim	1
Nova Itaberaba	3
Paial	2
Palmitos	3
Pinhalzinho	6
Planalto Alegre	1
Quilombo	5
Riqueza	0
São Carlos	3
Santiago Do Sul	0
Serra Alta	0
Sul Brasil	1
União Do Oeste	5
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>

Fonte: Fundação Catarinense Educação Especial

**Tabela 40 - Pacientes atendidos pela FCEE - Região Xanxerê**

<b>Município</b>	<b>Numero de Pacientes</b>
Abelardo Luz	7
Bom Jesus	2
Campo Erê	8
Coronel Martins	2
Entre Rios	1
Faxinal Do Guedes	8
Galvão	2
Ipuaçu	6
Jupia	2
Lageado Grande	0
Marema	1
Novo Horizonte	0
Ouro Verde	3
Passos Maia	1
Ponte Serrada	12
São Bernardino	2
São Domingos	0
São Lourenço Do Oeste	17
Vargeão	0
Xanxerê	37
Xaxim	19
<b>Total</b>	<b>130</b>

Fonte: Fundação Catarinense Educação Especial

#### 4.4. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Os usuários da Macrorregião de Saúde Grande Oeste que necessitam de serviços de Reabilitação Intelectual utilizam o serviço das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nos municípios abaixo relacionados. O município de Chapecó conta também com o Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP).

**Tabela 41 - Valor Aprovado para Atendimento / Acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, por Unidade de Atendimento, Região de Saúde Oeste/SC, 2010 a 2013**

Município	Código CNES	Tipo de Gestão	2010	2011	2012	2013	Total
APAE Caibi	6156754	Municipal	86539,46	53928,84	53410	43536,78	237415,08
APAE Chapecó	5042461	Municipal	227023	478584,12	598542,98	569518,46	1873668,6
APAE Cunha Porã	3615332	Municipal	191513	136638,04	136729,6	134867,88	599748,52
APAE Palmitos	5040779	Municipal	243183,4	137278,96	69082,02	9629,06	459173,4
APAE Pinhalzinho	5111609	Municipal	238666,4	131190,22	120294,58	151028,22	641179,42
APAE Quilombo	5852714	Municipal	144313,8	67113,48	172346,44	200455,36	584229,1
APAE São Carlos	5879809	Municipal	205155,4	135051	126917,42	129664,22	596788,08
<b>Total</b>			<b>1336395</b>	<b>1139784,7</b>	<b>1277323</b>	<b>1238700</b>	<b>4992202,2</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Notas: Situação da base de dados nacional em 25/04/2014

**Tabela 42 - Produção Ambulatorial do SUS por procedimento de Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor – Região Oeste, período 2010 a 2013**

APAE / ANO	2010	2011	2012	2013	Total
APAE Caibi	5671	3534	3500	2853	15558
APAE Chapecó	14877	31362	39223	37321	122783
APAE Cunha Porã	12550	8954	8960	8838	39302
APAE Palmitos	15936	8996	4527	631	30090
APAE Pinhalzinho	15640	8597	7883	9897	42017

APAE Quilombo	9457	4398	11294	13136	38285
APAE São Carlos	13444	8850	8317	8497	39108
<b>Total</b>	<b>87575</b>	<b>74691</b>	<b>83704</b>	<b>81173</b>	<b>327143</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) - Situação da base de dados nacional em 25/04/2014.

**Tabela 43 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Atendimentos em Geral, Região Oeste, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Acompanhamento neuropsicológico de paciente em reabilitação	0	0	10	152,6	1	17,67
Acompanhamento psicopedagógico de paciente em reabilitação	419	6393,94	0	0	0	0
Atendimento / acompanhamento em reabilitação nas múltiplas deficiências	3	19,47	9	58,41	12	92,52
Atendimento / acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor	114914	1753587,6	104607	1596302,8	121705	2150527,4
Atendimento/acompanhamento intensivo de paciente em reabilitação física (1 turno paciente-dia - 15 a	0	0	0	0	0	0
Atendimento/acompanhamento em reabilitação visual	0	0	29	348	44	528

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 44 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Atendimentos em Geral, Região Extremo - Oeste, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Acompanhamento neuropsicológico de paciente em reabilitação	1	15,26	3	45,78	0	
Atendimento / acompanhamento em reabilitação nas múltiplas deficiências	13	84,37	16	103,84	10	77,1
Atendimento / acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor	111604	1703077,04	110893	1692227,18	138695	2447954,69

Atendimento/acompanhamento em reabilitação visual	0	0	17	204	69	828
<b>Total</b>	<b>111618</b>	<b>1703176,7</b>	<b>110929</b>	<b>1692581</b>	<b>138774</b>	<b>2448859,8</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Tabela 45 – Quantidade aprovada de Produção Ambulatorial do SUS em Atendimentos em Geral, Região Xanxerê, período de 2015 a 2018**

Procedimento	2016		2017		2018	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Acompanhamento neuropsicológico de paciente em reabilitação	0	0	4	61,04	0	0
Acompanhamento psicopedagógico de paciente em reabilitação	1	15,26	0	0	0	0
Atendimento / acompanhamento em reabilitação nas múltiplas deficiências	5	32,45	13	84,37	12	92,52
Atendimento / acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor	103776	1583621,76	89218	1361466,68	122485	2164309,95
Atendimento/acompanhamento intensivo de paciente em reabilitação física (1 turno paciente-dia - 15 a	0	0	0	0	0	0
Atendimento/acompanhamento em reabilitação visual	0	0	43	516	63	756
<b>Total</b>	<b>103772</b>	<b>1583669,5</b>	<b>89278</b>	<b>1362143,4</b>	<b>122560</b>	<b>2165158,5</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

**Demanda reprimida de órtese, prótese, deficiência motora, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência mental da Macrorregião Oeste**

**Tabela 46 – Demanda reprimida da Região Oeste**

Município	Órtese*	Prótese**	Deficiência			
			Motora	Auditiva	Visual	Mental
Águas de Chapecó	2	11	0	11	10	0
Águas Frias	00	00	1	0	0	0
Arvoredo	0	0	0	17	5	0
Caibi	00	00	0	20	0	0
Caxambu do Sul	05	2	5	15	50	5
Chapecó	-	01	16	624	-	-
Cordilheira Alta	02	01	4	AASI	0	4
Coronel Freitas						
Cunha Porã	4	0	4	20	0	6
Cunhataí	5	2	0	2	0	0
Formosa do Sul	0	00	0	0	0	0
Guatambu	0	0	0	10	0	0
Irati	6	2	2	2	2	2
Jardinópolis	0	1	0	3	0	0
Nova Erechim	1	0	0	2	0	0
Nova Itaberaba						
Paial	3	1	1	-	-	-
Palmitos	1	1	12	16	0	7
Pinhalzinho	-	-	3	45	-	-
Planalto Alegre	-	-	-	12	-	-
Quilombo	40	510	111	90	700	57
Riqueza						
Santiago do Sul	00	00	0	0	0	0
São Carlos	-	AASI	-	40	-	-
Serra Alta						
Sul Brasil	01	01	01	03	00	00
União do Oeste	02	02	00	10	01	00

Nota: Dados fornecidos pelos Gestores dos municípios.

**Tabela 47 – Demanda reprimida da Região de Xanxerê**

Município	Órtese*	Prótese**	Deficiência			
			Motora	Auditiva	Visual	Mental
<b>(1ª Consulta)</b>						
<b>Abelardo Luz</b>						
Bom Jesus	0	0	0	7	0	0
Campo Erê	0	1	1	33	0	0
Coronel Martins	0	0	0	5	0	0
Entre Rios	0	0	2	4	0	0
Faxinal dos Guedes	0	1	3	29	0	0
<b>Galvão</b>						
Iguaçu	0	4	5	10	25	6
Jupia	3	0	3	13	0	0
<b>Lajeado Grande</b>						
Marema	0	2	1	4	2	0
Novo Horizonte	0	0	0	2	0	0
Ouro Verde	0	0	0	2	0	0
Passos Maia	0	0	0	3	0	0
Ponte Serrada	0	0	5	15	2	10
<b>São Bernardino</b>						
São Domingos	0	1	8	23	0	3
São Lourenço do Oeste	0	0	0	72	37	0
Vargeão	2	1	0	2	0	0
Xanxerê	0	9	0	184	0	0
Xaxim	2	1	4	10	0	0

Nota: Dados fornecidos pela Secretarias Municipais de Saúde.

**Tabela 48 – Demanda reprimida da Região Extremo Oeste**

Município	Órtese*	Prótese**	Deficiência			
			Motora	Auditiva	Visual	Mental
(1ª Consulta)						
Anchieta	-	-	-	18	-	-
Bandeirante	-	-	-	3	-	-
Barra Bonita	-	-	-	2	-	-
Belmonte	-	8	-	7	44	-
Bom Jesus do Oeste	-	-	-	13	-	-
Descanso	-	-	-	10	-	-
Dionísio Cerqueira	3	1	2	5	1	-
Flor do Sertão	-	-	-	10	-	-
Guaraciaba	-	40	10	36	-	-
Guarujá do Sul	-	-	-	9	-	-
Iporã do Oeste	1	-	1	37	-	18
Iraceminha	-	-	1	15	-	-
Itapiranga	1	1	-	25	-	-
Maravilha	-	4	8	11	-	-
Modelo	-	-	-	4	-	-
Mondaí	-	1	-	19	-	-
Palma Sola	1	1	-	17	-	-
Paraíso	-	-	-	6	-	-
Princesa	2	1	-	7	-	-
Romelândia	-	-	1	5	-	-
Saltinho	3	-	7	8	-	-
Santa Helena	-	-	-	-	1	-
Santa Terezinha do Progresso	-	-	-	7	-	-
São João do Oeste	-	-	-	15	-	-
São José do Cedro	-	1	-	41	-	-
São Miguel da Boa Vista	1	-	-	13	-	-
São Miguel do Oeste	04	-	-	73	-	-
Saudades	-	1	-	11	-	-
Tigrinhos	-	-	-	15	-	-
Tunápolis	-	-	-	15	-	-

Nota: Dados fornecidos pela Secretarias Municipais de Saúde.

#### 4.5. PORTADORES DE DOENÇAS RARAS

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 400 milhões de pessoas no mundo sofrem com doenças raras (DR). Considerando que 95% delas não possuem tratamento específico e dependem de uma rede de cuidados paliativos bem estruturada, que assegure uma melhor qualidade de vida aos pacientes atendidos, trata-se ainda de um grande desafio para os sistemas de saúde o diagnóstico e tratamento dessas doenças.

Analisando os conceitos adotados em diversos países, é possível situar as doenças raras na faixa das que possuem prevalência máxima variável de 0,5 a 7 por 10.000 habitantes. Apesar da denominação geral, algumas doenças podem ser consideradas “menos” raras em uma população do que na outra, como por exemplo a mucoviscidose, mais frequente nas populações caucasianas, explica a professora titular do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), Magda Carneiro Sampaio. “Por outro lado, a doença falciforme (também conhecida como anemia falciforme) não é uma doença rara na nossa população, porque é mais comum em descendentes de africanos como somos a maior parte dos brasileiros”, pondera.

Sampaio reforça que as distrofias musculares, hemofilias, neurofibromatose, angioedema hereditário, erros Inatos do metabolismo e imunodeficiências primárias já configuram como doenças nem tão “raras” no Brasil.

Na Macrorregião Grande Oeste de SC, não possuímos um levantamento claro da quantidade de usuários com doenças raras, no entanto aos longo dos últimos anos temos o registro de que estão em acompanhamento/tratamento para Atrofia Muscular Espinhal (AME) pelo menos 4 crianças domiciliadas nos municípios da Macrorregião. Temos a distribuição da Nusinersena 2,4 mg/ml, fornecida pelo Ministério da Saúde, no entanto, atualmente estas crianças precisam ser remanejadas periodicamente para Florianópolis para que possa ser garantida a administração do medicamento no Hospital Infantil Joana de Gusmão, única instituição do Estado habilitada para a administração do insumo, conforme protocolo.

## 5. ARTICULAÇÃO DOS SERVIÇOS DA RCPD COM OS DEMAIS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A articulação dos serviços da RCPD com outros equipamentos sociais ainda é bastante frágil na Macrorregião. Na Região Oeste alguns municípios realizam atividades em rede, com o envolvimento das equipes de Assistência Social, Educação, APAE. Alguns municípios informam que possuem clubes de serviços que auxiliam na compra de cadeiras de rodas, muletas, camas especiais, armação de óculos.

O Conselho Municipal do Direitos da Pessoa com deficiência esta implantado em alguns municípios, havendo boa articulação com a rede de atenção, como é o caso do município de Chapecó. Há municípios que tem relação somente com a APAE como referência para usuário com deficiências, disponibilizando os serviços na área de fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, fisioterapia, educação física e assistência social. No município de Chapecó há também a parceria com o CAPP - Centro de Atividades Psicofísicas Patrick para reabilitação intelectual.

Nos municípios da Região Extremo - Oeste são realizadas reuniões com o CREAS e CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social para discussões e abordagem de casos. A equipe busca elaborar alternativas para melhor atendimento da população portadora de deficiência, através do contato direto entre equipes de saúde e assistência social para troca de informações. A APAE do município participa dos grupos de gestante que o município promove, ocorrem reuniões conjuntas com as equipes de APS, APAE e CAPS para discussão de casos e trabalho em conjunto.

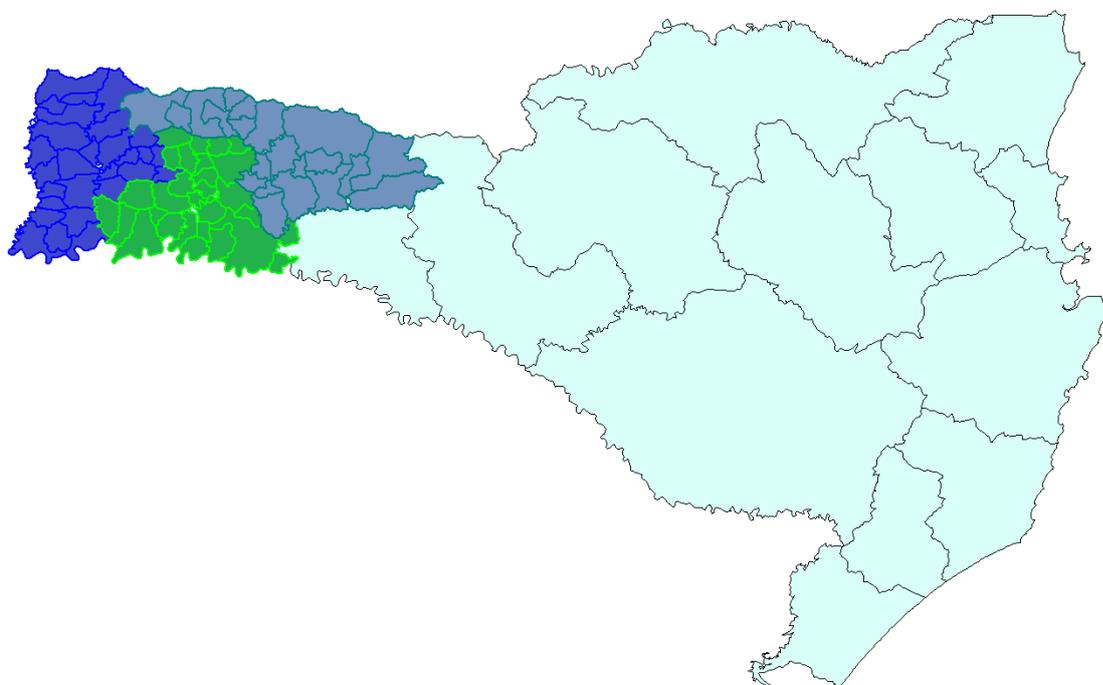
Na região de Xanxerê existe municípios com boa articulação com as APAEs, com articulação para a realização de cursos para gestantes, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Saúde. Alguns municípios organizam atividades pontuais, como a semana da deficiência, uma parceria entre as equipes de com as APAEs.

## 6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DEMOGRÁFICOS DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE GRANDE OESTE

A Macrorregião de Saúde Grande Oeste de Santa Catarina é composta por 78 (setenta e oito) municípios, organizados em 03 (três) regiões de saúde: Região de Saúde do Oeste com 27 (vinte e sete) municípios, Região de Saúde de Xanxerê com 21 (vinte e um) municípios e Região de Saúde do Extremo Oeste com 30 (trinta) municípios.

Possui a maior área territorial em km<sup>2</sup>, aproximadamente 14.658,70 km<sup>2</sup>. Diversas problemáticas geográficas, entre elas a malha viária sinuosa, a distância entre as cidades e as referências regionais. É a região mais distante da capital, com um contingente populacional de quase 750 mil habitantes (IBGE 2012), que corresponde a 12% da população do Estado, desta, 69% concentram-se na área urbana e 31% na área rural.

Figura – Mapa de Santa Catarina identificando as três regiões de saúde da Macrorregião do Grande Oeste



**6.1. REGIÃO DE SAÚDE OESTE – COLEGIADO INTERGESTORES REGIONAL OESTE  
– CIR OESTE**

A Região de Saúde do Oeste é composta por 27 municípios, regida por uma Comissão Intergestores Regional (CIR) e conta com um contingente populacional de mais de 320 mil habitantes, perfazendo mais 5% da população do Estado. Os municípios possuem uma disparidade considerável com relação ao contingente populacional, pois possui municípios com menos de 1.500 habitantes (Santiago do Sul) até mais de 200.000 habitantes, como é o caso do município de Chapecó, referência para a Macrorregião.

A economia da região gira em torno do agronegócio, com forte participação da agricultura familiar, sendo considerado o "celeiro" de Santa Catarina, de onde escoam grande parte da produção brasileira de grãos, aves e suínos. Frigoríficos de grande e médio porte estão associados aos produtores rurais em um modelo bem-sucedido de integração: as empresas fornecem insumos e tecnologia e compram a produção de animais.

**Tabela 49 - População estimada por município, Região Oeste/SC, em 2012**

<b>Município</b>	<b>População</b>
Águas de Chapecó	6160
Águas Frias	2409
Arvoredo	2254
Caibi	6199
Caxambu do Sul	4283
Chapecó	189052
Cordilheira Alta	3869
Coronel Freitas	10165
Cunha Porã	10671
Cunhataí	1892
Formosa do Sul	2583
Guatambu	4676
Irati	2067
Jardinópolis	1732
Nova Erechim	4386
Nova Itaberaba	4269
Paial	1720
Palmitos	16018
Pinhalzinho	16933
Planalto Alegre	2685
Quilombo	10175
Riqueza	4789

Santiago do Sul	1431
São Carlos	10431
Serra Alta	3279
Sul Brasil	2714
União do Oeste	2838
<b>Total</b>	<b>329680</b>

Fonte: IBGE/2012 \* Região de Saúde do Oeste, conforme Resolução 505/CIB/14.

## 6.2. REGIÃO DE SAÚDE EXTREMO OESTE – COLEGIADO INTERGESTORES REGIONAL EXTREMO OESTE – CIR EXTREMO OESTE

A Região Extremo Oeste é composta por 30 municípios, regida por uma Comissão Intergestores Regional (CIR) com uma população de 223.547 habitantes, perfazendo 3,4% da população do Estado.

Apresenta economia em torno do agronegócio, com forte participação da agricultura familiar que envolve a produção de grãos, aves e suínos. Estes, na maioria são fornecidos a frigoríficos de médio e grande porte que fornecem insumos e tecnologia e compram a produção de animais.

A região é assistida pela Macrorregional de Saúde Oeste e a Supervisão Regional de Saúde de São Miguel do Oeste, conforme consta na tabela abaixo a composição dos municípios.

**Tabela 50 - População estimada por Município, Região Extremo Oeste/SC, em 2012**

<b>Município</b>	<b>População</b>
Anchieta	6172
Bandeirante	2866
Barra Bonita	1853
Belmonte	2643
Bom Jesus do Oeste	2130
Descanso	8560
Dionísio Cerqueira	14896
Flor do Sertão	1585
Guaraciaba	10417
Guarujá do Sul	4941
Iporã do Oeste	8490

Iraceminha	4202
Itapiranga	15623
Maravilha	22642
Modelo	4063
Mondaí	10458
Palma Sola	7699
Paraíso	3972
Princesa	2780
Romelândia	5494
Saltinho	3926
Santa Helena	2351
Santa Terezinha do Progresso	2818
São João do Oeste	6074
São José do Cedro	13685
São Miguel da Boa Vista	1887
São Miguel do Oeste	36908
Saudades	9121
Tigrinhos	1739
Tunápolis	4612
<b>Total</b>	<b>224607</b>

Fonte: IBGE/2012 \* Região de Saúde do Extremo Oeste, conforme Resolução 457/CIB/12.

### 6.3. REGIÃO DE SAÚDE DE XANXERÊ - COLEGIADO INTERGESTORES REGIONAL DE XANXERÊ – CIR XANXERÊ

A Região de Saúde de Xanxerê é composta por 21 municípios, conta com uma Comissão Intergestores Regional (CIR), somando uma população aproximada de 200 mil habitantes. Os municípios na sua maioria são de pequeno porte, a economia é baseada na produção agrícola, avicultura e suinocultura, contando ainda com indústrias de pequeno e médio porte.

A região é assistida pela Macrorregional de Saúde Oeste e a Agência de Saúde de Xanxerê, conforme consta na tabela abaixo a composição dos municípios.

**Tabela 51 - População estimada por Município, Região Xanxerê/SC, em 2012**

<b>Município</b>	<b>População</b>
Abelardo Luz	17200
Bom Jesus	2599
Campo Erê	9222
Coronel Martins	2469
Entre Rios	3043
Faxinal dos Guedes	10645
Galvão	3452
Ipuação	6901
Jupia	2138
Lajeado Grande	1478
Marema	2136
Novo Horizonte	2697
Ouro Verde	2259
Passos Maia	4374
Ponte Serrada	11102
São Bernardino	2676
São Domingos	9389
São Lourenço do Oeste	22062
Vargeão	3533
Xanxerê	45140
Xaxim	26145
<b>Total</b>	<b>190660</b>

Fonte: IBGE/2012 \* Região de Saúde de Xanxerê, conforme Resolução 457/CIB/12.

#### 6.4. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE GRANDE OESTE

A macrorregião apresenta percentual entre sexos relativamente equilibrada, conforme pode ser verificado na tabela abaixo.

**Tabela 52 - População por Região de Saúde e Sexo, segundo estimativas IBGE 2012**

Região de Saúde (CIR)	Masculino		Feminino		Total
	População	Percentual	População	Percentual	
Extremo Oeste	113236	50,40%	111371	49,60%	224607
Oeste	164820	50,00%	164860	50,00%	329680
Xanxerê	95257	50,00%	95403	50,00%	190660
Total	373313	50,10%	371634	49,90%	744947

Fonte: IBGE/2012 - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

## Distribuição da População por Faixa Etária

**Tabela 53 - População Residente por município e faixa etária, Região Oeste de SC, segundo estimativas IBGE 2012**

Município	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e +	Total
Águas de Chapecó	77	309	430	500	541	1046	860	853	784	433	232	95	6160
Águas Frias	25	106	171	219	225	324	346	377	289	195	93	39	2409
Arvoredo	18	104	169	187	208	345	300	348	284	178	83	30	2254
Caibi	68	268	410	529	558	929	820	947	834	424	275	137	6199
Caxambu do Sul	52	183	271	369	377	605	518	656	593	381	184	94	4283
Chapecó	2819	10239	13347	15942	17297	38369	31490	26668	17123	9430	4460	1868	189052
Cordilheira Alta	39	168	233	279	373	708	571	550	475	290	119	64	3869
Coronel Freitas	107	449	656	795	920	1676	1368	1569	1225	808	410	182	10165
Cunha Porã	98	457	685	792	895	1763	1375	1693	1297	903	515	198	10671
Cunhataí	26	82	105	150	171	271	224	338	259	151	83	32	1892
Formosa do Sul	27	111	179	237	263	362	336	410	278	206	132	42	2583
Guatambu	70	236	341	466	468	741	620	648	557	332	139	58	4676
Irati	21	86	146	194	203	309	266	313	243	178	77	31	2067
Jardinópolis	15	65	119	170	169	241	205	321	194	130	78	25	1732
Nova Erechim	38	192	321	386	403	713	669	638	511	284	168	63	4386
Nova Itaberaba	49	186	321	448	417	569	573	691	516	281	147	71	4269
Paial	17	77	121	150	175	220	219	247	256	127	70	41	1720
Palmitos	158	720	1051	1196	1408	2332	2273	2401	2090	1315	756	318	16018
Pinhalzinho	199	860	1195	1362	1660	3380	2463	2472	1602	959	582	199	16833
Planalto Alegre	31	107	164	234	256	403	317	433	383	197	112	48	2685
Quilombo	105	469	716	869	995	1694	1348	1481	1161	784	388	165	10175

Riqueza	57	234	352	440	481	635	667	669	540	427	206	81	4789
Santiago do Sul	20	65	95	131	134	203	161	241	178	123	57	23	1431
São Carlos	132	480	627	762	843	1801	1509	1555	1346	814	388	174	10431
Serra Alta	37	137	203	284	347	456	421	573	373	237	165	46	3279
Sul Brasil	21	121	216	259	250	347	364	380	383	226	99	48	2714
União do Oeste	42	136	176	237	258	399	342	471	341	242	132	62	2838
<b>Total</b>	<b>4368</b>	<b>16647</b>	<b>22820</b>	<b>27587</b>	<b>30295</b>	<b>60841</b>	<b>50625</b>	<b>47943</b>	<b>34115</b>	<b>20055</b>	<b>10150</b>	<b>4234</b>	<b>329680</b>

Fonte: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

**Tabela 54 - População Residente por município e faixa etária, Região Extremo Oeste de SC, segundo estimativas IBGE 2012**

Município	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e +	Total
Anchieta	82	317	457	554	553	890	787	915	777	447	297	96	6172
Bandeirante	37	131	188	254	268	356	348	418	380	272	163	51	2866
Barra Bonita	24	89	129	166	179	200	237	279	246	188	81	35	1853
Belmonte	38	140	185	217	241	389	365	377	305	229	113	44	2643
Bom Jesus do Oeste	23	100	144	162	186	281	288	297	289	213	107	40	2130
Descanso	99	365	513	653	725	1344	1082	1278	1184	760	385	172	8560
Dionísio Cerqueira	245	830	1180	1535	1358	2317	1970	1903	1657	1074	598	229	14896
Flor do Sertão	15	74	114	132	164	192	212	228	204	152	74	24	1585
Guaraciaba	110	418	616	807	907	1606	1358	1694	1380	832	469	220	10417
Guarujá do Sul	49	201	309	403	462	752	656	767	603	385	254	100	4941
Iporã do Oeste	114	406	547	692	751	1283	1197	1307	1090	595	363	145	8490
Iraceminha	37	189	314	364	339	552	553	668	519	373	214	80	4202
Itapiranga	201	782	1078	1296	1441	2823	2351	2243	1703	965	547	193	15623
Maravilha	280	1077	1514	1846	1964	4041	3424	3383	2330	1570	886	327	22642

Modelo	39	190	297	343	366	629	562	650	432	298	194	63	4063
Mondai	114	463	659	799	920	1931	1620	1537	1181	694	371	169	10458
Palma Sola	147	427	573	839	802	1211	1022	1049	789	496	244	100	7699
Paraíso	47	166	277	397	374	490	473	607	541	327	211	62	3972
Princesa	30	137	203	237	290	453	389	386	301	207	113	34	2780
Romelândia	63	236	397	536	432	670	639	866	794	501	268	92	5494
Saltinho	54	223	344	416	380	539	483	490	471	303	162	61	3926
Santa Helena	25	102	149	188	212	335	289	387	317	198	102	47	2351
Santa Terezinha do Progresso	46	135	202	301	262	383	331	389	337	257	119	56	2818
São João do Oeste	63	200	311	486	540	877	818	975	873	541	281	109	6074
São José do Cedro	179	620	904	1203	1163	2215	1870	2088	1611	1015	601	216	13685
São Miguel da Boa Vista	17	87	136	157	173	229	220	321	237	178	98	34	1887
São Miguel do Oeste	470	1677	2250	2846	3186	6861	5606	5479	4142	2452	1378	561	36908
Saudades	108	418	587	741	907	1543	1249	1488	1060	529	356	135	9121
Tigrinhos	15	73	117	139	170	235	199	260	267	136	95	33	1739
Tunápolis	54	208	297	376	411	683	627	703	589	382	194	88	4612
<b>Total</b>	<b>2825</b>	<b>10481</b>	<b>14991</b>	<b>19085</b>	<b>20126</b>	<b>36310</b>	<b>31225</b>	<b>33432</b>	<b>26609</b>	<b>16569</b>	<b>9338</b>	<b>3616</b>	<b>224607</b>

Fonte: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

**Tabela 55- População Residente por município e faixa etária, Região de Xanxerê de SC, segundo estimativas IBGE 2012**

Município	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total
										69 anos			
Abelardo Luz	263	1058	1600	1902	1617	2750	2462	2263	1665	1009	451	160	17200
Bom Jesus	42	139	189	249	246	406	388	383	283	148	77	49	2599
Campo Erê	110	537	829	919	949	1396	1241	1154	916	673	363	135	9222
Coronel Martins	24	102	180	254	260	307	360	398	259	196	103	26	2469

Entre Rios	36	181	325	389	305	487	394	370	256	146	87	67	3043
Faxinal dos Guedes	163	603	830	997	976	1872	1596	1414	1123	669	278	124	10645
Galvão	44	173	259	319	310	507	446	509	432	255	155	43	3452
Ipuaçú	122	506	760	864	713	1071	869	753	579	376	183	105	6901
Jupiaá	25	110	167	195	199	277	291	330	235	167	101	41	2138
Lajeado Grande	15	58	84	115	138	214	191	230	202	127	73	31	1478
Marema	18	64	128	204	199	270	282	359	284	174	104	50	2136
Novo Horizonte	19	135	235	246	228	325	337	450	357	221	107	37	2697
Ouro Verde	29	117	174	214	213	354	319	346	242	129	87	35	2259
Passos Maia	64	257	403	503	446	635	588	552	483	272	118	53	4374
Ponte Serrada	183	671	927	1133	1132	1756	1576	1454	1109	697	319	145	11102
São Bernardino	29	138	229	285	289	323	348	371	322	226	91	25	2676
São Domingos	135	475	666	855	832	1455	1323	1376	1116	644	399	113	9389
São Lourenço do Oeste	286	1134	1611	1925	2031	3800	3223	3191	2320	1461	786	294	22062
Vargeão	63	213	259	313	347	550	493	489	379	253	122	52	3533
Xanxerê	635	2418	3269	3832	3993	8245	6976	6428	4578	2704	1407	655	45140
Xaxim	359	1378	1858	2170	2309	4704	3851	3860	2809	1698	816	333	26145
<b>Total</b>	<b>2664</b>	<b>10467</b>	<b>14982</b>	<b>17883</b>	<b>17732</b>	<b>31704</b>	<b>27554</b>	<b>26680</b>	<b>19949</b>	<b>12245</b>	<b>6227</b>	<b>2573</b>	<b>190660</b>

Fonte: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

## **7. ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DA RCPD**

Na Macrorregião de Saúde Grande Oeste ocorrem capacitações anuais referentes a Ostomia promovidas pela ATPCD/SES junto com empresas que trabalham com os materiais de ostomia. A equipe da Coordenação, juntamente com profissionais e gestores da região vem buscando estratégias de fortalecimento das equipes através de ações de educação permanente em saúde. Temos organizado para o ano de 2021, através da CIES - Comissão Integração de Ensino - Serviço um estudo sobre as demais deficiências: "Diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais e Inclusão social dos portadores de deficiências". As ações de educação permanente nesta área são normalmente organizadas pela Assistência Social.

Através das parcerias com a APAEs, a equipe de saúde participa de capacitações periódicas em Educação Permanente, voltadas para os profissionais de saúde buscando qualificar o atendimento adequado às pessoas portadoras de deficiência.

## 8. DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SITUACIONAL DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

### 8.1. Aspectos sobre deficiência

São consideradas pessoas com deficiência aquelas com incapacidade ou redução da funcionalidade temporária ou permanente; progressiva, regressiva, ou estável; intermitente ou contínua de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2011), que, em interação com diversas barreiras, têm obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2011).

**Tabela 56 - Tipos de Deficiência Segundo o Sexo, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Tipo de deficiência permanente</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Pelo menos uma das deficiências investigadas	25800681	19805367
Deficiência visual - não consegue de modo algum	268839	237538
Deficiência visual - grande dificuldade	3619135	2437398
Deficiência visual - alguma dificuldade	16966732	12244750
Deficiência auditiva - não consegue de modo algum	171801	172405
Deficiência auditiva - grande dificuldade	852678	946289
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	3784228	3789918
Deficiência motora - não consegue de modo algum	391894	342527
<b>Total</b>	<b>51855988</b>	<b>39976192</b>

Fonte: IBGE, 2010

### 8.2. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

**Tabela 57 - Graduação da deficiência auditiva Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Não consegue de modo algum<sup>1</sup></b>	<b>Grande dificuldade<sup>2</sup></b>	<b>Alguma dificuldade<sup>3</sup></b>
Águas de Chapecó	6110	17	40	319
Águas Frias	2424	-	12	125

Arvoredo	2254	2	15	62
Caibi	6219	5	68	311
Caxambu do Sul	4411	18	68	246
Chapecó	183530	374	1606	6676
Cordilheira Alta	3767	-	25	111
Coronel Freitas	10213	42	135	450
Cunha Porã	10613	9	168	596
Cunhataí	1882	2	31	100
Formosa do Sul	2601	9	11	149
Guatambu	4679	-	54	166
Irati	2096	2	32	105
Jardinópolis	1766	1	25	72
Nova Erechim	4275	-	20	103
Nova Itaberaba	4267	3	42	165
Paial	1720	1	24	91
Palmitos	16020	23	286	729
Pinhalzinho	16332	24	224	602
Planalto Alegre	2654	4	59	102
Quilombo	10248	6	138	435
Riqueza	4838	6	92	287
Santiago do Sul	1465	1	20	78
São Carlos	10291	21	61	358
Serra Alta	3285	3	37	112
Sul Brasil	2766	5	33	135
União do Oeste	2910	6	14	91
<b>Região de Saúde</b>	<b>323636</b>	<b>584</b>	<b>3340</b>	<b>12776</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>10403</b>	<b>62121</b>	<b>233309</b>
<b>%</b>	<b>5,18%</b>	<b>5,61%</b>	<b>5,38%</b>	<b>5,48%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir
2. Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.
3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.

**Tabela 58 - Graduação da deficiência auditiva Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

Município	População	Não consegue de modo algum <sup>1</sup>	Grande dificuldade <sup>2</sup>	Alguma dificuldade <sup>3</sup>
Anchieta	6.380	15	93	272
Bandeirante	2.906	-	54	152

Barra Bonita	1.878	5	37	97
Belmonte	2.635	4	37	97
Bom Jesus do Oeste	2.132	-	33	155
Descanso	8.634	-	98	307
Dionísio Cerqueira	14.811	36	143	692
Flor do Sertão	1.588	8	22	109
Guaraciaba	10.498	32	171	462
Guarujá do Sul	4.908	17	49	164
Iporã do Oeste	8.409	27	82	217
Iraceminha	4.253	-	61	268
Itapiranga	15.409	-	130	524
Maravilha	22.101	22	217	971
Modelo	4.045	3	42	152
Mondaí	10.231	40	91	368
Palma Sola	7.765	-	60	281
Paraíso	4.080	9	78	238
Princesa	2.758	3	21	38
Romelândia	5.551	-	66	294
Saltinho	3.961	-	22	160
Santa Helena	2.382	-	36	95
Santa Terezinha do Progresso	2.896	4	47	142
São João do Oeste	6.036	7	58	235
São José do Cedro	13.684	31	205	572
São Miguel da Boa Vista	1.904	-	28	114
São Miguel do Oeste	36.306	79	563	1.561
Saudades	9.016	-	46	454
Tigrinhos	1.757	4	14	53
Tunápolis	4.633	-	64	188
<b>Região de Saúde</b>	<b>223.547</b>	<b>346</b>	<b>2.676</b>	<b>9.431</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>10.403</b>	<b>62.121</b>	<b>233.309</b>
<b>%</b>	<b>3,5</b>	<b>3,32</b>	<b>4,3</b>	<b>4,04</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir

2. Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.

3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.

**Tabela 59 - Graduação da deficiência auditiva Região de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

Município	População	Não consegue	Grande	Alguma
-----------	-----------	--------------	--------	--------

		de modo algum <sup>1</sup>	dificuldade <sup>2</sup>	dificuldade <sup>3</sup>
Abelardo Luz	17.100	33	216	649
Bom Jesus	2.526	3	15	78
Campo Erê	9.370	33	169	553
Coronel Martins	2.458	11	28	97
Entre Rios	3.018	3	23	88
Faxinal dos Guedes	10.661	28	102	329
Galvão	3.472	10	16	113
Ipuaçú	6.798	6	81	459
Jupiaí	2.148	7	13	97
Lajeado Grande	1.490	4	-	49
Marema	2.203	-	22	105
Novo Horizonte	2.750	4	42	117
Ouro Verde	2.271	4	32	65
Passos Maia	4.425	3	49	124
Ponte Serrada	11.031	6	113	459
São Bernardino	2.677	3	24	69
São Domingos	9.491	6	115	447
São Lourenço do Oeste	21.792	27	235	900
Vargeão	3.532	3	37	162
Xanxerê	44.128	66	376	1.594
Xaxim	25.713	55	183	1.092
<b>Região de Saúde</b>	<b>152.465</b>	<b>248</b>	<b>1.419</b>	<b>6.008</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>10.403</b>	<b>62.121</b>	<b>233.309</b>
<b>%</b>	<b>0,4</b>	<b>0,16</b>	<b>0,93</b>	<b>3,94</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir

2. Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.

3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.

### 8.3. DEFICIÊNCIA MOTORA

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, neurológica e/ou sensorial, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

**Tabela 60 - Graduação da deficiência motora. Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Não consegue de modo algum<sup>1</sup></b>	<b>Grande dificuldade<sup>2</sup></b>	<b>Alguma dificuldade<sup>3</sup></b>
Águas de Chapecó	6110	19	155	411
Águas Frias	2424	20	67	169
Arvoredo	2254	6	66	116
Caibi	6219	19	137	348
Caxambu do Sul	4411	24	80	354
Chapecó	183530	643	3050	6974
Cordilheira Alta	3767	18	20	156
Coronel Freitas	10213	62	200	539
Cunha Porã	10613	41	374	678
Cunhataí	1882	4	43	108
Formosa do Sul	2601	5	28	86
Guatambú	4679	4	158	198
Irati	2096	6	18	118
Jardinópolis	1766	9	60	72
Nova Erechim	4275	20	70	105
Nova Itaberaba	4267	3	67	199
Paial	1720	2	54	95
Palmitos	16020	77	627	991
Pinhalzinho	16332	47	339	606
Planalto Alegre	2654	3	113	98
Quilombo	10248	11	219	532

Riqueza	4838	15	257	395
Santiago do Sul	1465	1	62	86
São Carlos	10291	27	131	492
Serra Alta	3285	12	67	148
Sul Brasil	2766	7	120	154
União do Oeste	2910	8	28	86
<b>Região de saúde</b>	<b>323636</b>	<b>1113</b>	<b>6610</b>	<b>14314</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>22064</b>	<b>125893</b>	<b>271236</b>
<b>%</b>	<b>5,18%</b>	<b>5,04%</b>	<b>5,25%</b>	<b>5,28%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa.

2- Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

**Tabela 61 - Graduação da deficiência motora, Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Não consegue de modo algum<sup>1</sup></b>	<b>Grande dificuldade<sup>2</sup></b>	<b>Alguma dificuldade<sup>3</sup></b>
Anchieta	6.380	13	226	356
Bandeirante	2.906	9	76	194
Barra Bonita	1.878	-	50	97
Belmonte	2.635	5	67	91
Bom Jesus do Oeste	2.132	17	42	105
Descanso	8.634	18	179	403
Dionísio Cerqueira	14.811	61	252	946
Flor do Sertão	1.588	2	36	119
Guaraciaba	10.498	45	273	585
Guarujá do Sul	4.908	32	110	218
Iporã do Oeste	8.409	12	103	318
Iraceminha	4.253	7	133	353
Itapiranga	15.409	33	318	690
Maravilha	22.101	106	563	1.041
Modelo	4.045	25	98	233
Mondaí	10.231	32	153	492
Palma Sola	7.765	25	151	304
Paraíso	4.080	12	174	301
Princesa	2.758	15	51	124
Romelândia	5.551	13	264	383
Saltinho	3.961	-	26	178

Santa Helena	2.382	7	63	102
Santa Terezinha do Progresso	2.896	-	122	182
São João do Oeste	6.036	29	109	278
São José do Cedro	13.684	51	358	611
São Miguel da Boa Vista	1.904	4	52	120
São Miguel do Oeste	36.306	154	782	2.039
Saudades	9.016	19	106	424
Tigrinhos	1.757	4	39	79
Tunápolis	4.633	17	144	314
<b>Região de Saúde</b>	<b>223.547</b>	<b>767</b>	<b>5.120</b>	<b>11.680</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>10.403</b>	<b>62.121</b>	<b>233.309</b>
<b>%</b>	<b>3,5</b>	<b>7,3</b>	<b>8,2</b>	<b>5</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa.

2- Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

**Tabela 62 - Graduação da deficiência motora Região de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

Município	População	Não consegue de modo algum <sup>1</sup>	Grande dificuldade <sup>2</sup>	Alguma dificuldade <sup>3</sup>
Abelardo Luz	17.100	42	303	623
Bom Jesus	2.526	6	10	92
Campo Erê	9.370	18	409	621
Coronel Martins	2.458	26	27	122
Entre Rios	3.018	20	62	84
Faxinal dos Guedes	10.661	27	158	277
Galvão	3.472	36	39	105
Ipuação	6.798	11	77	338
Jupia	2.148	12	38	83
Lajeado Grande	1.490	-	7	44
Marema	2.203	5	31	132
Novo Horizonte	2.750	-	107	158
Ouro Verde	2.271	11	37	107
Passos Maia	4.425	2	72	124
Ponte Serrada	11.031	49	205	462
São Bernardino	2.677	9	76	91

São Domingos	9.491	3	261	491
São Lourenço do Oeste	21.792	105	532	868
Vargeão	3.532	5	71	140
Xanxerê	44.128	140	815	1.617
Xaxim	25.713	97	299	1.207
<b>Região de Saúde</b>	<b>152.465</b>	<b>493</b>	<b>2.511</b>	<b>6.049</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>22.064</b>	<b>125.893</b>	<b>271.236</b>
<b>%</b>	<b>0,4</b>	<b>0,32</b>	<b>1,65</b>	<b>3,97</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa.

2- Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

3- Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

#### 8.4. DEFICIÊNCIA VISUAL

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "c", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

**Tabela 63 - Graduação da deficiência visual Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

Município	População	Não consegue de modo algum <sup>1</sup>	Grande dificuldade <sup>2</sup>	Alguma dificuldade <sup>3</sup>
Águas de Chapecó	6110	10	220	1071
Águas Frias	2424	0	98	317
Arvoredo	2254	2	58	215
Caibi	6219	8	218	748
Caxambu do Sul	4411	4	225	930
Chapecó	183530	457	4456	23701
Cordilheira Alta	3767	5	38	277
Coronel Freitas	10213	52	371	2129
Cunha Porã	10613	9	374	1521

Cunhataí	1882	1	37	387
Formosa do Sul	2601	12	33	561
Guatambu	4679	0	204	429
Irati	2096	2	46	428
Jardinópolis	1766	0	85	201
Nova Erechim	4275	3	46	255
Nova Itaberaba	4267	0	65	353
Paial	1720	-	88	346
Palmitos	16020	21	554	2330
Pinhalzinho	16332	5	474	1628
Planalto Alegre	2654	0	120	268
Quilombo	10248	65	406	1404
Riqueza	4838	6	285	890
Santiago do Sul	1465	4	74	267
São Carlos	10291	35	173	995
Serra Alta	3285	5	133	395
Sul Brasil	2766	4	86	384
União do Oeste	2910	6	47	123
<b>Região de Saúde</b>	<b>323636</b>	<b>716</b>	<b>9014</b>	<b>42553</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>13687</b>	<b>174772</b>	<b>804176</b>
%	5,18%	5,23%	5,16%	5,29%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar.

2. Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

**Tabela 64 - Graduação da deficiência visual Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

Município	População	Não consegue de modo algum <sup>1</sup>	Grande dificuldade <sup>2</sup>	Alguma dificuldade <sup>3</sup>
Anchieta	6.380	-	228	903
Bandeirante	2.906	-	169	597
Barra Bonita	1.878	16	70	361
Belmonte	2.635	-	51	220
Bom Jesus do Oeste	2.132	-	54	376
Descanso	8.634	-	181	1.100
Dionísio Cerqueira	14.811	-	430	2.235
Flor do Sertão	1.588	-	56	293
Guaraciaba	10.498	-	210	1.512
Guarujá do Sul	4.908	8	96	53
Iporã do Oeste	8.409	-	199	1.146

Iraceminha	4.253	-	139	741
Itapiranga	15.409	24	447	1.719
Maravilha	22.101	-	820	2.421
Modelo	4.045	-	133	381
Mondaí	10.231	-	305	1.061
Palma Sola	7.765	20	174	783
Paraíso	4.080	-	157	647
Princesa	2.758	-	49	231
Romelândia	5.551	-	244	932
Saltinho	3.961	-	72	603
Santa Helena	2.382	-	78	244
Santa Terezinha do Progresso	2.896	5	239	348
São João do Oeste	6.036	-	79	532
São José do Cedro	13.684	-	456	1.773
São Miguel da Boa Vista	1.904	-	49	306
São Miguel do Oeste	36.306	82	1.187	4.667
Saudades	9.016	-	86	1.048
Tigrinhos	1.757	-	86	303
Tunápolis	4.633	-	153	532
<b>Região de Saúde</b>	<b>223.547</b>	<b>155</b>	<b>6.697</b>	<b>28.068</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>10.403</b>	<b>62.121</b>	<b>233.309</b>
<b>%</b>	<b>3,5</b>	<b>1,48</b>	<b>10,78</b>	<b>12,03</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar.

2. Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

**Tabela 65 - Graduação da deficiência visual Região Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Não consegue de modo algum<sup>1</sup></b>	<b>Grande dificuldade<sup>2</sup></b>	<b>Alguma dificuldade<sup>3</sup></b>
Abelardo Luz	17.100	33	488	2.284
Bom Jesus	2.526	-	37	372
Campo Erê	9.370	18	431	1.444
Coronel Martins	2.458	19	47	260
Entre Rios	3.018	-	90	408
Faxinal dos Guedes	10.661	12	270	1.208
Galvão	3.472	7	69	363
Ipuaçu	6.798	-	225	800

Jupia	2.148	4	40	355
Lajeado Grande	1.490	4	17	92
Marema	2.203	7	81	280
Novo Horizonte	2.750	-	222	484
Ouro Verde	2.271	6	61	249
Passos Maia	4.425	-	132	381
Ponte Serrada	11.031	11	558	1.472
São Bernardino	2.677	-	170	461
São Domingos	9.491	14	232	1.558
São Lourenço do Oeste	21.792	37	778	2.036
Vargeão	3.532	-	103	457
Xanxerê	44.128	84	1.219	5.807
Xaxim	25.713	35	548	3415
<b>Região de Saúde</b>	<b>152.465</b>	<b>235</b>	<b>4.214</b>	<b>19.761</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>13.687</b>	<b>174.772</b>	<b>804.176</b>
<b>%</b>	<b>0,4</b>	<b>0,15</b>	<b>2,76</b>	<b>12,96</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

1. Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar.

2. Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

3. Para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

## 8.5. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "d", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

**Tabela 66 - Número de pessoas com deficiência mental/intelectual Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Deficiência Mental/intelectual</b>
Águas de Chapecó	6110	10
Águas Frias	2424	0
Arvoredo	2254	44
Caibi	6219	8

Caxambu do Sul	4411	4
Chapecó	183530	457
Cordilheira Alta	3767	5
Coronel Freitas	10213	52
Cunha Porã	10613	9
Cunhataí	1882	1
Formosa do Sul	2601	12
Guatambu	4679	0
Irati	2096	2
Jardinópolis	1766	0
Nova Erechim	4275	3
Nova Itaberaba	4267	0
Paial	1720	26
Palmitos	16020	21
Pinhalzinho	16332	5
Planalto Alegre	2654	0
Quilombo	10248	65
Riqueza	4838	6
Santiago do Sul	1465	4
São Carlos	10291	35
Serra Alta	3285	5
Sul Brasil	2766	4
União do Oeste	2910	6
<b>Região de Saúde</b>	<b>323636</b>	<b>784</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>13687</b>
<b>%</b>	<b>5,18%</b>	<b>5,73%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Tabela 67 - Número de pessoas com deficiência mental/intelectual Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Deficiência Mental/intelectual</b>
Anchieta	6.380	60
Bandeirante	2.906	50
Barra Bonita	1.878	11
Belmonte	2.635	54
Bom Jesus do Oeste	2.132	34
Descanso	8.634	81
Dionísio Cerqueira	14.811	297
Flor do Sertão	1.588	34

Guaraciaba	10.498	172
Guarujá do Sul	4.908	58
Iporã do Oeste	8.409	68
Iraceminha	4.253	51
Itapiranga	15.409	150
Maravilha	22.101	282
Modelo	4.045	59
Mondaí	10.231	154
Palma Sola	7.765	67
Paraíso	4.080	61
Princesa	2.758	36
Romelândia	5.551	65
Saltinho	3.961	39
Santa Helena	2.382	16
Santa Terezinha do Progresso	2.896	69
São João do Oeste	6.036	66
São José do Cedro	13.684	184
São Miguel da Boa Vista	1.904	15
São Miguel do Oeste	36.306	493
Saudades	9.016	52
Tigrinhos	1.757	29
Tunápolis	4.633	64
<b>Região de Saúde</b>	<b>223.547</b>	<b>2.871</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>13.687</b>
<b>%</b>	<b>3,5</b>	<b>21,13</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Tabela 68 - Número de pessoas com deficiência mental/intelectual Região Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Deficiência Mental/intelectual</b>
Abelardo Luz	17.100	33
Bom Jesus	2.526 -	
Campo Erê	9.370	18
Coronel Martins	2.458	19
Entre Rios	3.018 -	
Faxinal dos Guedes	10.661	12
Galvão	3.472	7
Ipuaçu	6.798 -	

Jupia	2.148	4
Lajeado Grande	1.490	4
Marema	2.203	7
Novo Horizonte	2.750 -	
Ouro Verde	2.271	6
Passos Maia	4.425 -	
Ponte Serrada	11.031	11
São Bernardino	2.677 -	
São Domingos	9.491	14
São Lourenço do Oeste	21.792	37
Vargeão	3.532 -	
Xanxerê	44.128	84
Xaxim	25.713	35
<b>Região de Saúde</b>	<b>152.465</b>	<b>235</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.248.436</b>	<b>13.687</b>
<b>%</b>	<b>0,4</b>	<b>0,15</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

## 8.6. DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Conforme o Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "e", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, entende-se por deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

**Tabela 69 - Número de pessoas com deficiência múltipla Região Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Pelo menos 1 deficiência investigada</b>
Águas de Chapecó	6110	1663
Águas Frias	2424	596
Arvoredo	2254	440
Caibi	6219	1409
Caxambu do Sul	4411	1418
Chapecó	183530	87504
Cordilheira Alta	3767	560
Coronel Freitas	10213	2962
Cunha Porã	10613	2692
Cunhataí	1882	568
Formosa do Sul	2601	724

Guatambu	4679	918
Irati	2096	581
Jardinópolis	1766	413
Nova Erechim	4275	519
Nova Itaberaba	4267	657
Paial	1720	529
Palmitos	16020	4205
Pinhalzinho	16332	3002
Planalto Alegre	2654	578
Quilombo	10248	2437
Riqueza	4838	1572
Santiago do Sul	1465	439
São Carlos	10291	1793
Serra Alta	3285	725
Sul Brasil	2766	715
União do Oeste	2910	359
<b>Região de saúde</b>	<b>323636</b>	<b>119978</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>1330704</b>
<b>%</b>	<b>5,18%</b>	<b>9,02%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Tabela 70 - Número de pessoas com deficiência múltipla Região Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Pelo menos uma das deficiências investigadas</b>
Anchieta	6380	1549
Bandeirante	2906	910
Barra Bonita	1878	553
Belmonte	2635	472
Bom Jesus do Oeste	2132	591
Descanso	8634	1812
Dionísio Cerqueira	14811	3536
Flor do Sertão	1588	459
Guaraciaba	10498	2612
Guarujá do Sul	4908	942
Iporã do Oeste	8409	1752
Iraceminha	4253	1197
Itapiranga	15409	3009
Maravilha	22101	4785

Modelo	4045	829
Mondai	10231	1986
Palma Sola	7765	1401
Paraíso	4080	1155
Princesa	2758	450
Romelândia	5551	1588
Saltinho	3961	838
Santa Helena	2382	493
Santa Terezinha do Progresso	2896	786
São João do Oeste	6036	1037
São José do Cedro	13684	3044
São Miguel da Boa Vista	1904	490
São Miguel do Oeste	36306	8338
Saudades	9016	1578
Tigrinhos	1757	472
Tunápolis	4633	1076
<b>Região de Saúde</b>	<b>223547</b>	<b>49740</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>1330704</b>
<b>%</b>	<b>3,58%</b>	<b>3,74%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Tabela 71 - Número de pessoas com deficiência múltipla Região de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Pelo menos uma das deficiências investigadas</b>
Abelardo Luz	17100	3578
Bom Jesus	2526	462
Campo Erê	9370	2677
Coronel Martins	2458	506
Entre Rios	3018	642
Faxinal dos Guedes	10661	1969
Galvão	3472	592
Ipuaçú	6798	1441
Jupia	2148	495
Lajeado Grande	1490	179
Marema	2203	515
Novo Horizonte	2750	867

Ouro Verde	2271	460
Passos Maia	4425	677
Ponte Serrada	11031	2617
São Bernardino	2677	773
São Domingos	9491	2322
São Lourenço do Oeste	21792	4163
Vargeão	3532	747
Xanxerê	44128	9173
Xaxim	25713	5418
<b>Região de Saúde</b>	<b>189054</b>	<b>40273</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>6248436</b>	<b>1330704</b>
<b>%</b>	<b>3,03%</b>	<b>3,03%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

## 8.7. OSTOMIA

Conforme Martins, M.L. et AL, 2007 “a palavra “estoma” origina-se do grego stoma, que significa boca ou abertura de qualquer víscera oca através do corpo por diversas causas. Dependendo da origem do segmento corporal, dá-se nomes diferenciados, como, por exemplo, gastrostomia (abertura no estômago), traqueostomia (abertura na traquéia). Nas ostomias intestinais, temos, por exemplo, as ileostomias e colostomias, sendo definidas, respectivamente, pela abertura de segmento ileal e cólico na parede abdominal com o intuito de desviar o conteúdo fecal para o meio externo.

A pessoa ostomizada é aquela que, por determinada circunstância, teve seu trânsito intestinal e/ou urinário cirurgicamente desviado de seu caminho natural (através de uma ostomia), não exercendo mais o controle sobre aquelas eliminações, passando a depender, necessariamente, de uma bolsa coletora (para fezes e/ou urina) e de atendimento sistematizado de uma equipe multiprofissional. As ostomias, a depender da causa do problema podem ser provisória ou definitiva (Martins, M.L. et AL, 2007).

Neste norte faz-se necessário o estabelecimento de espaços adequados para o atendimentos dos usuários ostomizados, buscando sempre a melhor adaptação à situação de saúde ora apresentada.

**Tabela 72 - Número de Usuários com Estoma Região Oeste/SC, em 2020**

Município	População	Quantidade de pacientes		
		Colostomia	Ileostomia	Urostomia
Águas Frias	2409	2	0	0
Arvoredo	2254	2	1	0
Caibi	6199	5	0	0
Caxambu do Sul	4283	3	2	0
Chapecó	189052	68	17	10
Cordilheira Alta	3869	3	0	0
Coronel Freitas	10165	5	1	0
Cunha Porã	10671	5	0	0
Cunhataí	1892	1	0	0
Formosa do Sul	2583	1	0	0
Guatambu	4676	5	3	0
Irati	2067	2	0	0
Jardinópolis	1732	2	0	0

Nova Erechim	4386	2	2	1
Nova Itaberaba	4269	2	1	0
Paial	1720	2	2	0
Palmitos	16018	5	2	1
Pinhalzinho	16933	9	1	1
Planalto Alegre	2685	2	1	1
Quilombo	10175	3	2	0
Riqueza	4789	2	0	0
Santiago do Sul	1431	1	0	0
São Carlos	10431	8	0	1
Serra Alta	3279	2	1	0
Sul Brasil	2714	0	1	0
União do Oeste	2838	0	0	0
<b>Total</b>	<b>329680</b>	<b>143</b>	<b>36</b>	<b>15</b>

Fonte: Sistema de Gestão em Saúde/ATPCD/março 2020

**Tabela 73 - Número de Usuários com Estoma Região Extremo Oeste/SC, em 2020**

Município	População	Quantidade de pacientes		
		Colostomia	Ileostomia	Urostomia
Anchieta	6172	1	0	0
Bandeirante	2866	2	0	1
Barra Bonita	1853	2	0	0
Belmonte	2643	4	0	0
Bom Jesus do Oeste	2130	4	1	0
Descanso	8560	5	1	1
Dionísio Cerqueira	14896	8	1	0
Flor do Sertão	1585	0	0	0
Guaraciaba	10417	8	1	0
Guarujá do Sul	4941	1	0	0
Iporã do Oeste	8490	5	0	1
Iraceminha	4202	6	1	0
Itapiranga	15623	11	3	1
Maravilha	22642	13	5	1
Modelo	4063	3	1	0
Mondaí	10458	4	1	0
Palma Sola	7699	1	0	0
Paraíso	3972	2	0	0
Princesa	2780	0	1	0

Romelândia	5494	0	0	0
Saltinho	3926	4	0	0
Santa Helena	2351	0	0	1
Santa Terezinha do Progresso	2818	0	0	0
São João do Oeste	6074	4	1	1
São José do Cedro	13685	10	0	0
São Miguel da Boa Vista	1887	1	1	0
São Miguel do Oeste	36908	24	3	0
Saudades	9121	6	0	0
Tigrinhos	1739	0	0	0
Tunápolis	4612	3	0	0
<b>Total</b>	<b>224607</b>	<b>133</b>	<b>21</b>	<b>7</b>

Fonte: Sistema de Gestão em Saúde/ATPCD março/2020 \*01 paciente faz uso de dois tipo de bolsa, colostomia e urostomia

**Tabela 74 - Número de Usuários com Estoma Região de Xanxerê/SC, em 2020**

Município	População	Quantidade de pacientes		
		Colostomia	Ileostomia	Urostomia
Abelardo Luz	17200	10	0	0
Bom Jesus	2599	20	0	0
Campo Erê	9222	0	0	0
Coronel Martins	2469	0	0	0
Entre Rios	3043	10	0	0
Faxinal dos Guedes	10645	2	0	0
Galvão	3452	0	0	0
Ipuaçu	6901	3	0	0
Jupia	2138	0	0	0
Lajeado Grande	1478	1	0	0
Marema	2136	0	0	0
Novo Horizonte	2697	0	0	0
Ouro Verde	2259	0	0	0
Passos Maia	4374	2	0	0
Ponte Serrada	11102	5	0	0
São Bernardino	2676	0	0	0
São Domingos	9389	6	0	0
São Lourenço do Oeste	22062	0	0	0
Vargeão	3533	10	0	0

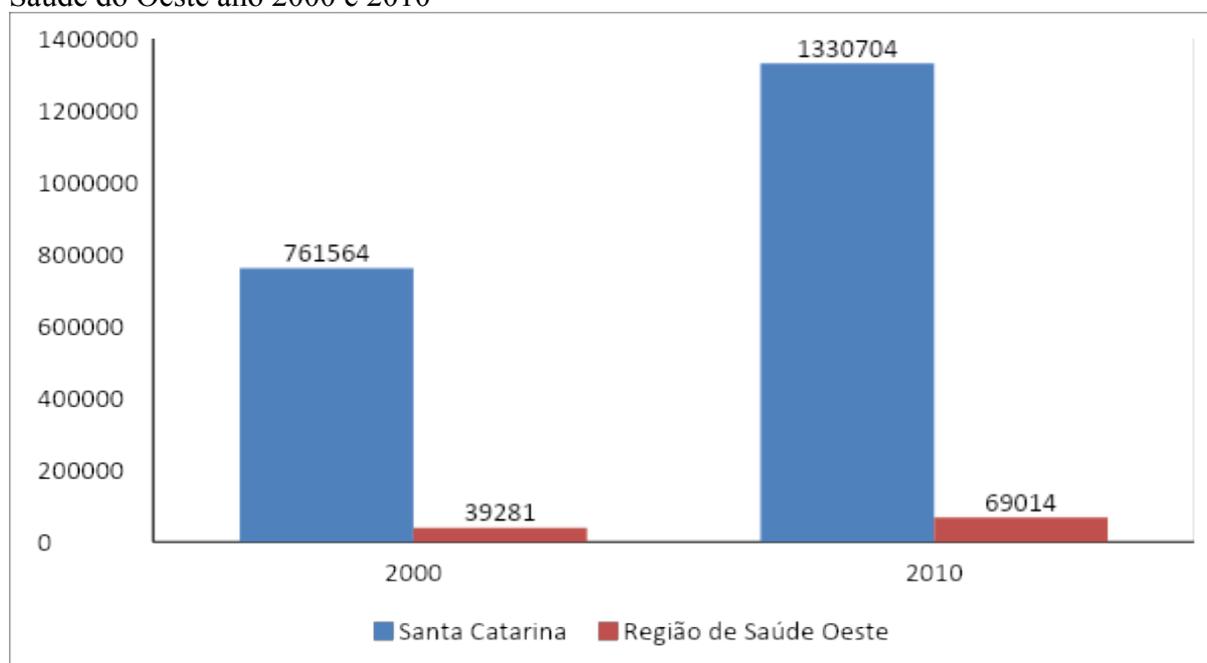
Xanxerê	45140	25	0	1
Xaxim	26145	19	0	0
<b>Total</b>	<b>190660</b>	<b>113</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Sistema de Gestão em Saúde/ATPCD/março 2020

## 9. ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS

Analisando o gráfico abaixo, podemos observar que houve um aumento expressivo no percentual de deficientes recenseados no censo de 2010 se comparado ao de 2000. No Estado de Santa Catarina, em 2000 essa população representava 14,22% e no ano de 2010 aumentou para 21,30%. Para a Região de Saúde em estudo verificamos que no ano de 2000, 14,30% da população foi caracterizada como deficientes, já para o ano de 2010 21,32% teve esta caracterização, demonstrando um aumento de 57% nesta parcela da população. Esses dados contrariam os valores considerados, como “normais” pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, de que aproximadamente 10,0% da população de um país possuir algum tipo de deficiência.

Gráfico I -Evolução do número de deficientes recenseados, dados comparativos Região de Saúde do Oeste ano 2000 e 2010



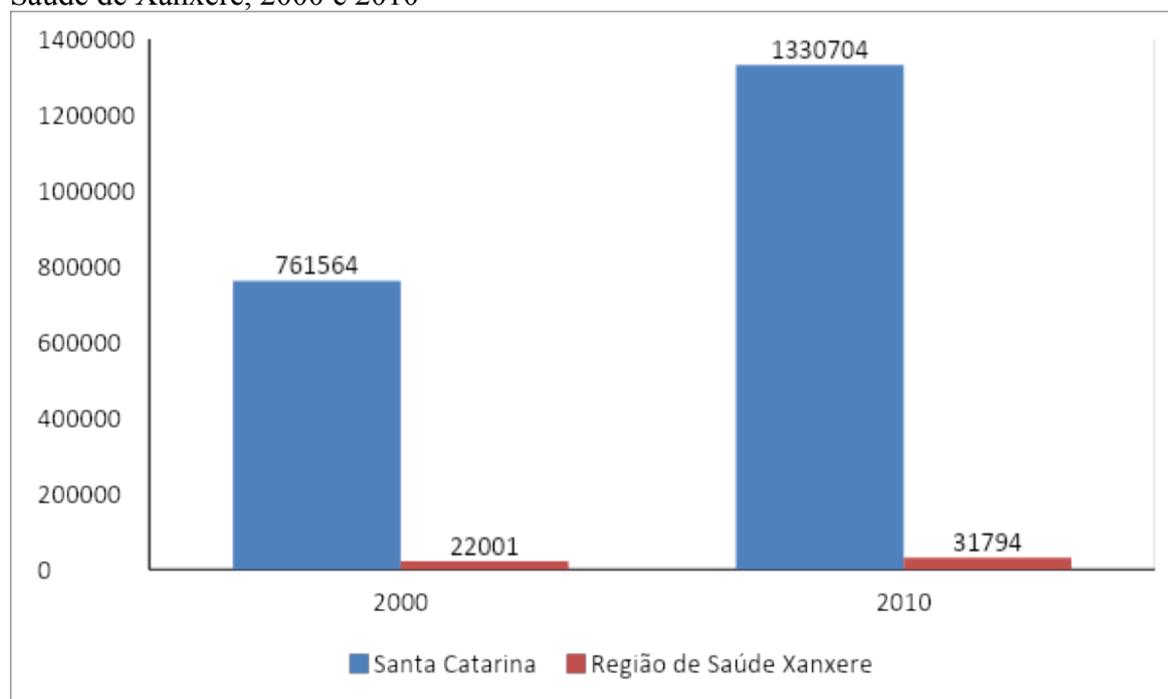
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000\2010.

A população com deficiência é representada por todas as faixas etárias. O que notamos é que, quanto maior a idade, maior também a quantidade de indivíduos que possuem algum

tipo de deficiência. Dentre os 94.525 usuários caracterizados deficientes na Região de Saúde Oeste, menos de 1% estão na faixa que vai de 0 a 4 anos, enquanto quase 30% dos portadores de alguma necessidade estão na população com 65 anos ou mais. É natural que o ser humano, à medida que envelhece, fique mais propenso a adquirir uma deficiência, seja uma dificuldade de locomoção, perda de audição ou prejuízo em sua visão. Isto justifica a maior concentração de deficiências nas faixas etárias mais altas.

No gráfico seguinte, observa-se o aumento expressivo no percentual de deficientes na Região de Saúde de Xanxerê, no ano de 2000, 15,47% da população da população com deficiência contra 20,85% em 2010.

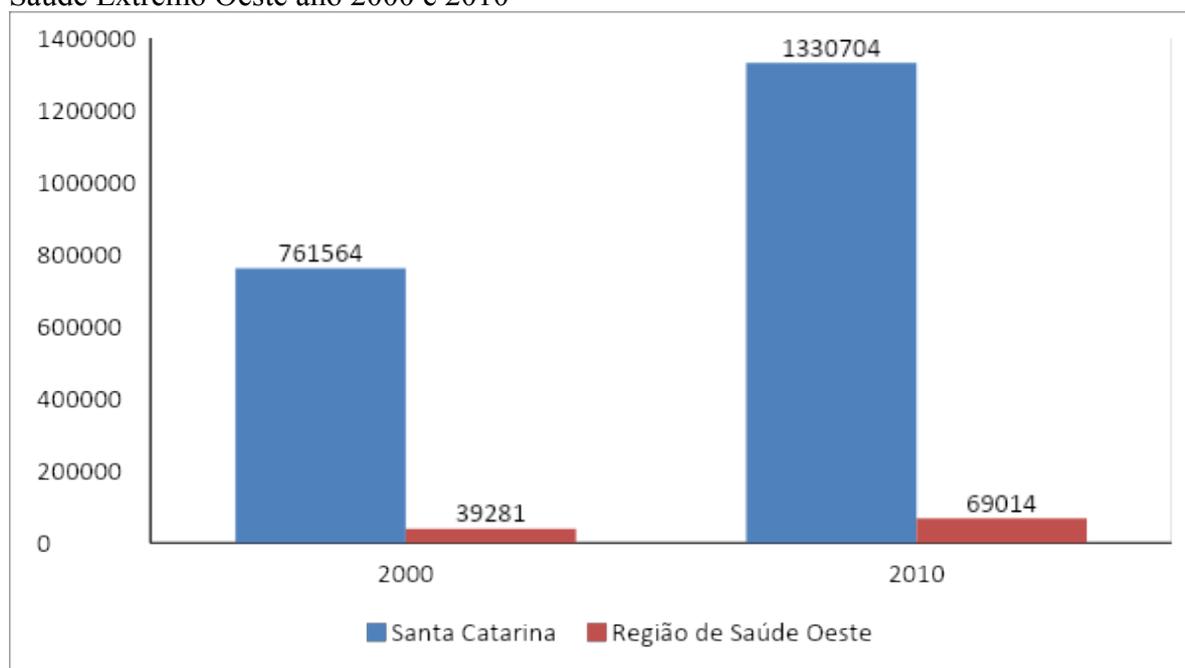
Gráfico II - Evolução do número de deficientes recenseados, dados comparativos Região de Saúde de Xanxerê, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

O gráfico a seguir apresenta o número de deficientes na Região de Saúde do Extremo Oeste, no ano de 2000 e 2010 comparados ao número de deficientes de Santa Catarina nos mesmos anos.

Gráfico III - Evolução do número de deficientes recenseados, dados comparativos Região de Saúde Extremo Oeste ano 2000 e 2010

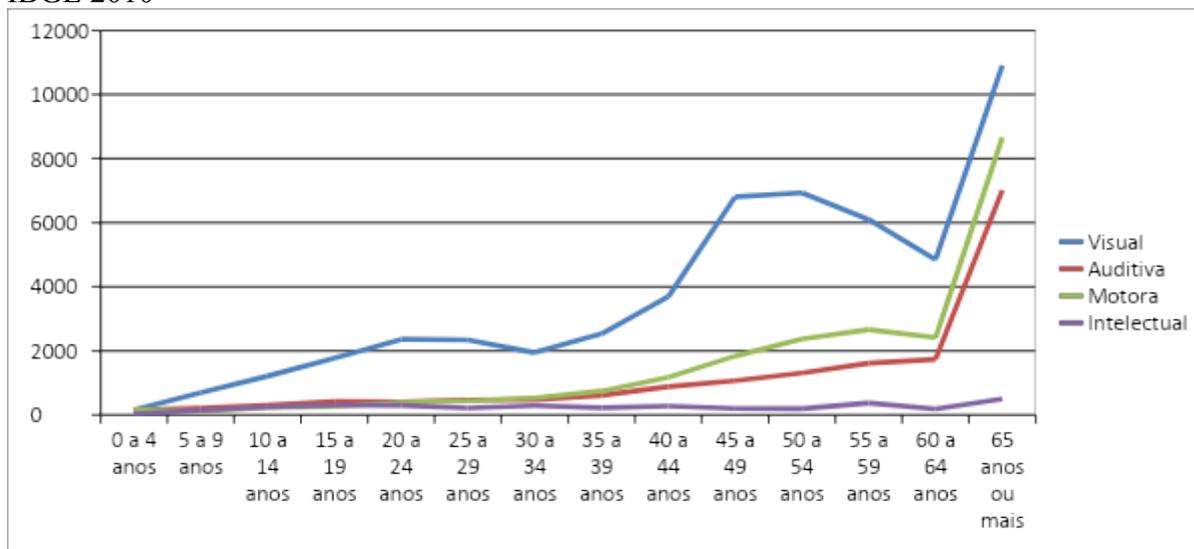


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000\2010.

Quando analisamos a população com deficiência por faixa etária também é possível verificar a representatividade de todas as faixas etárias. O que notamos é que, quanto maior a idade, maior também a quantidade de indivíduos que possuem alguma deficiência. Dentre os 31.794 mil deficientes de nossa Região de Saúde Extremo Oeste, apenas 0,17% estão na faixa que vai de 0 a 4 anos, enquanto que na população com 50 a 54 anos este índice é de 2,61%.

Observa-se que a deficiência intelectual se mantém estável durante todas as faixas etárias.

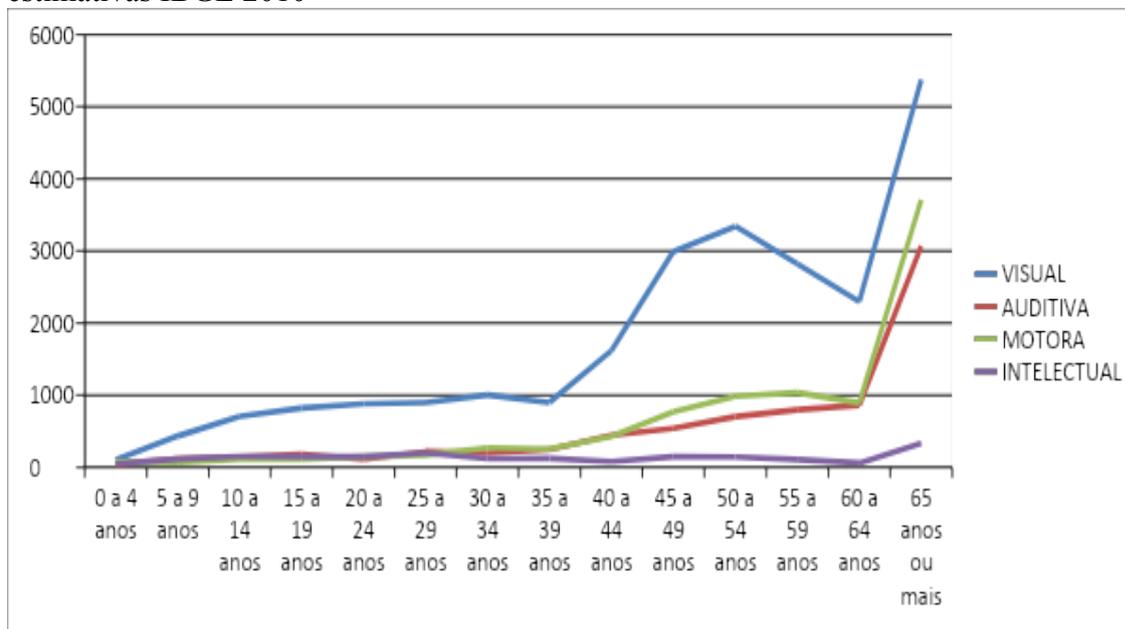
Gráfico IV - Deficiências por Faixa Etária, Região de Saúde Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

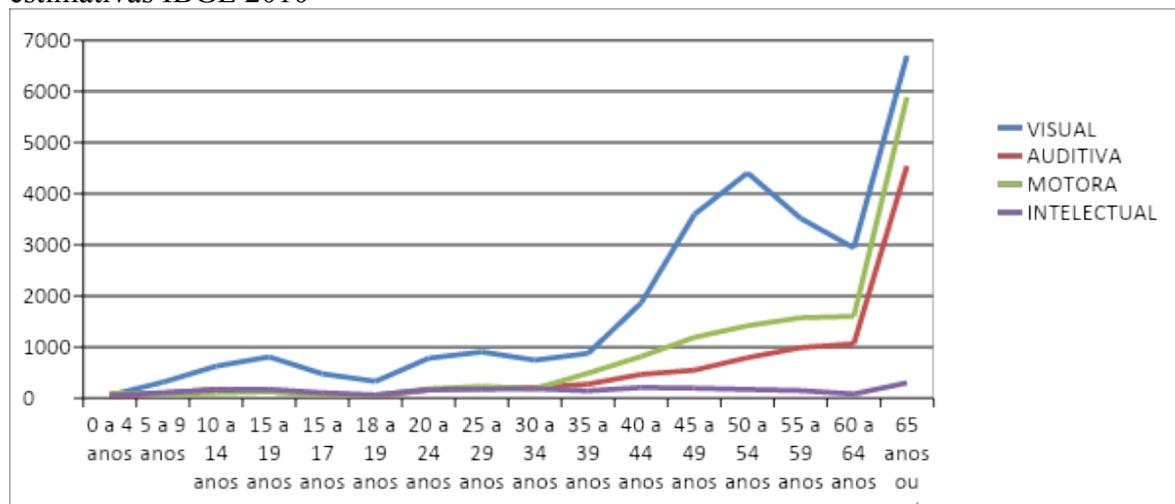
A mesma estabilidade acontece na Região de Saúde de Xanxerê.

Gráfico V - Deficiências por Faixa Etária, Região de Saúde de Xanxerê/SC, segundo estimativas IBGE 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

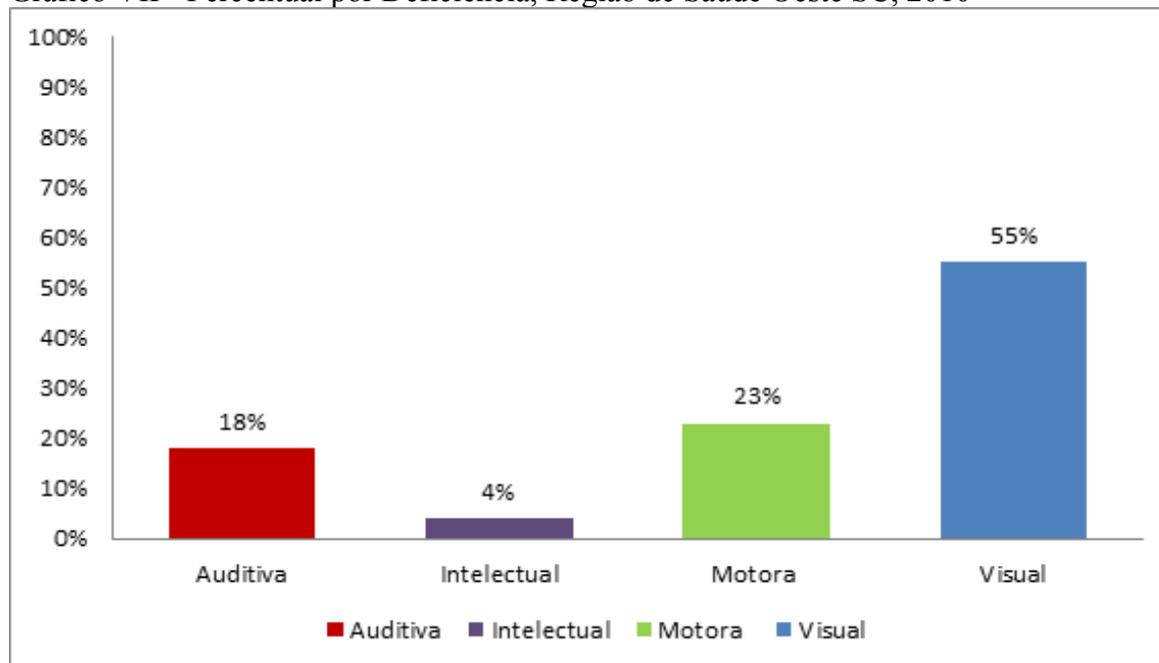
Gráfico VI - Deficiências por Faixa Etária, Região de Saúde do Extremo Oeste/SC, segundo estimativas IBGE 2010



Fonte: IBGE ano, Censo Demográfico 2010

A distribuição por tipo de deficiência na Região de Saúde Oeste destaca a deficiência visual com maior percentual.

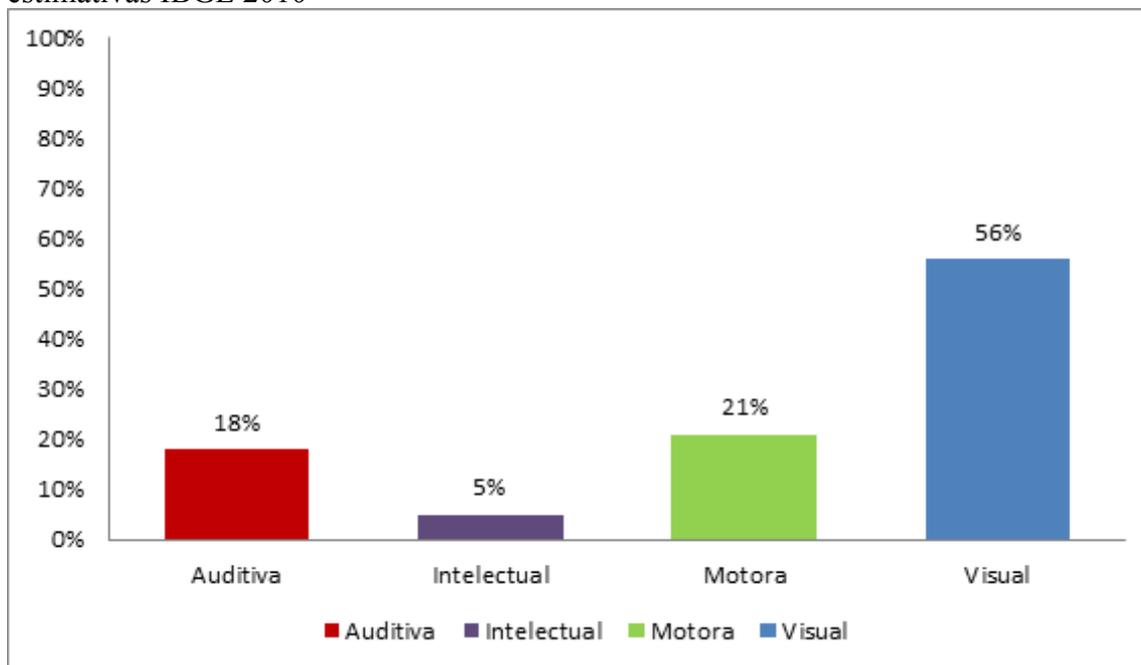
Gráfico VII - Percentual por Deficiência, Região de Saúde Oeste SC, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O próximo quadro apresenta a população por tipo de deficiência na Região de Saúde de Xanxerê

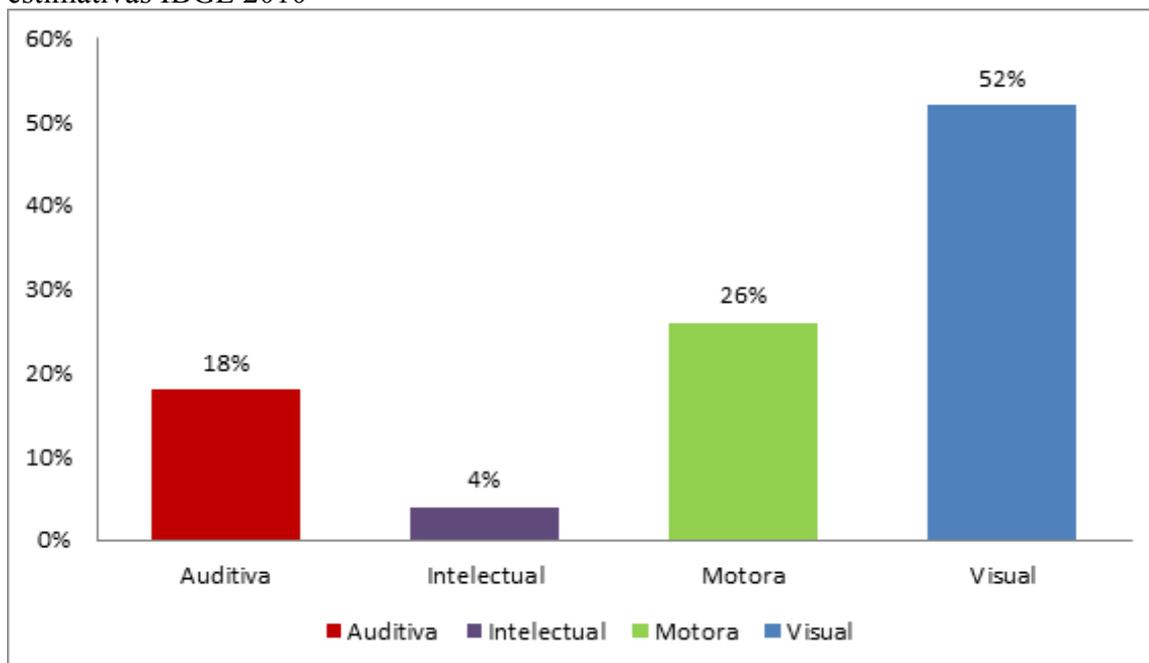
Gráfico VIII - Percentual por Deficiência, Região de Saúde de Xanxerê SC, segundo estimativas IBGE 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

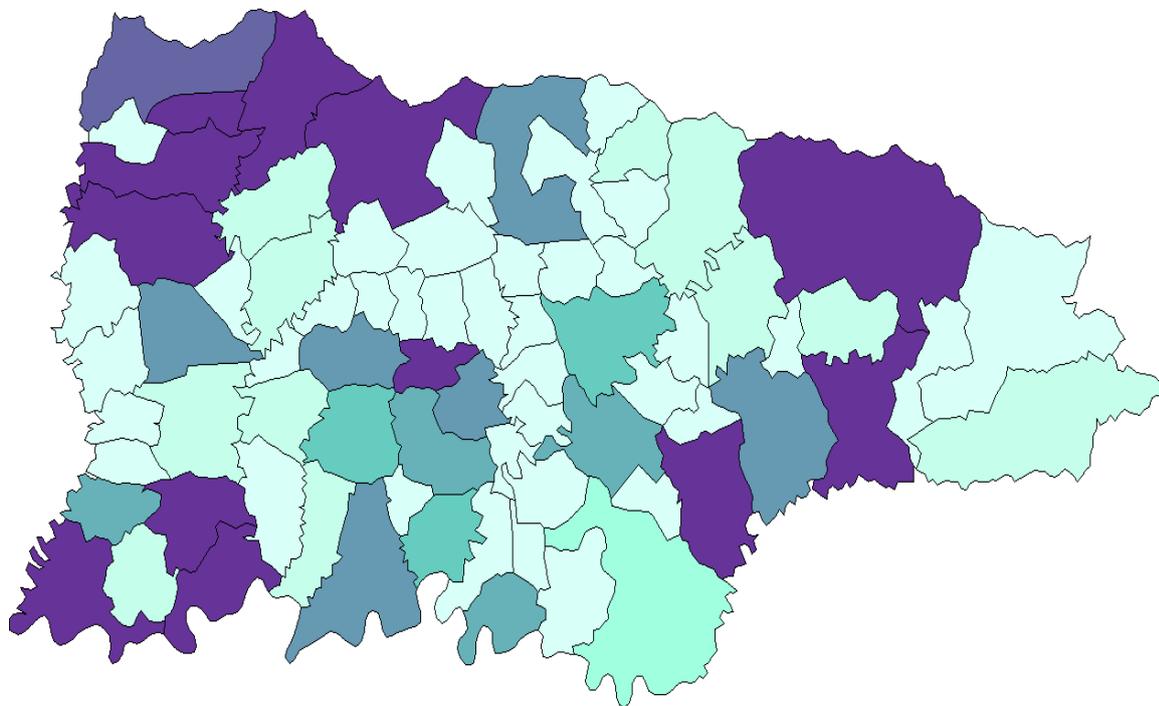
O gráfico abaixo apresenta o percentual de deficiências na Região do Extremo Oeste. Observa-se que a deficiência visual ocupa o primeiro lugar, seguido pela deficiência motora.

Gráfico IX - Percentual por deficiências, Região de Saúde do Extremo Oeste SC, segundo estimativas IBGE 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

## 10. DESENHO DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA MACRORREGIÃO DE SAÚDE GRANDE OESTE



- |  |   |
|--|---|
|  | 1 - Municípios que possuem <b>apenas</b> equipes de APS, ESF e NASF   |
|  | 2 - Municípios que possuem APAE, APS, ESF e NASF  |
|  | 3 - Município possui APAE, CEO, Triagem Neonatal , APS, ESF e NASF -<br>Referencia serviço de reabilitação auditiva |
|  | 4 - Municípios que possuem APAE, CEO, APS, ESF e NASF   |
|  | 5 - Municípios que possuem CEO, APS, ESF e NASF   |
|  | 6 - Municípios que possuem APAE, triagem neonatal, APS, ESF e NASF  |
|  | 7- Municípios que possuem Triagem neonatal, APS, ESF e NASF   |
|  | 8 - Municípios que possuem APAE, CEO, Triagem Neonatal, APS, ESF e NASF   |
|  | 9 - Municípios que possuem CEO, Triagem Neonatal , APS, ESF e NASF  |
|  | 10 - Municípios que possuem APAE, Triagem Neonatal, APS, ESF e NASF   |

## 11. RELAÇÃO DE SERVIÇOS QUE DEVERÃO COMPOR A RCPD

### 11.1. REGIÃO DE SAÚDE OESTE – COLEGIADO INTERGESTORES REGIONAL OESTE

A Região de Saúde conta com 27 municípios e um contingente populacional de quase 330 mil habitantes. Atualmente a maioria dos atendimentos a usuários com deficiência são realizados em Florianópolis, devido a falta de serviços especializados na Macrorregião.

Neste norte abaixo propomos a implantação de alguns serviços, buscando qualificar a atenção aos usuários com necessidade especiais:

- Construção, implantação e implementação de um centro de referência especializado VI - CER VI, para atendimento das deficiências física (incluindo ostomia), visual, auditiva e intelectual no município de Chapecó. Implantação de um serviço ambulatorial regional de referência para atendimento de usuários ostomizados, com uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de áreas como: nutrição, cirurgia geral, serviço social, fisioterapia, enfermagem e psicologia. Conjuntamente com a qualificação dos serviços médico, hospitalares para garantia dos procedimento de reversão em momento oportuno.
- Construção, implantação e implementação de uma Oficina Ortopédica.
- Implantação de um serviço ambulatorial regional de referência para atendimento de usuários com Fissura Labiopalatal, com uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de áreas como: odontologia (das mais diversas especialidades), cirurgia plástica, pediatria, otorrinolaringologia, neurologia, serviço social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, genética e fonoaudiologia.
- Implantação e habilitação da Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira como Serviço de Referência em Doenças Raras, conforme Portaria nº 199/2014.

Importante destacar que existe em curso um projeto para construção de um CER II (deficiência Física e Visual) para a Macrorregião do Grande Oeste que foram iniciadas as tratativas a mais de 5 anos. A equipe da Coordenação Macrorregional de Saúde de Chapecó juntamente com representantes do Colegiado Intergestores Regional Oeste vem buscando possibilidades de parceria com universidades que apresentem cursos na área da saúde no município de Chapecó para a implantação dos serviços, no entanto até a presente data a respostas foram negativas para a parceria, tendo em vista os recurso financeiro insuficiente para manutenção dos serviços.

Solicitamos a Construção de um CER II, através de Convênio Federal, no SICONV, com a Caixa Econômica Federal, os projetos estão em andamento.

### **11.2. REGIÃO DE SAÚDE XANXERÊ – COLEGIADO INTERGESTORES REGIONAL DE XANXERÊ**

A Região de Saúde conta com 21 municípios e um contingente populacional de quase 200 mil habitante. Atualmente a maioria dos atendimentos a usuários com deficiência são realizados em Florianópolis, devido a falta de serviços especializados na Macrorregião.

Neste norte abaixo propomos a implantação de alguns serviços, buscando qualificar a atenção aos usuários com necessidade especiais:

- Construção, implantação e implementação de um centro de referência especializado II - CER II, para atendimento das deficiências física (incluindo ostomia) e intelectual. Implantação de um serviço ambulatorial regional de referência para atendimento de usuários ostomizados, com uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de áreas como: nutrição, cirurgia geral, serviço social, fisioterapia, enfermagem e psicologia. Conjuntamente com a qualificação dos serviços médico, hospitalares para garantia dos procedimento de reversão em momento oportuno.
- Centro especializado em estimulação precoce garantindo um programa de acompanhamento e intervenção clínico-terapêutica multiprofissional para bebês de alto risco e crianças pequenas acometidas por patologias orgânicas. Com uma equipe multiprofissional formada por profissionais de áreas como: fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psicólogos, garantindo estimulação precoce, buscando promover às crianças o máximo de estímulos favorecendo seu melhor potencial de desenvolvimento.

### **11.3. REGIÃO DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE – COLEGIADO INTERGESTORES REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

A Região de Saúde conta com 30 municípios e um contingente populacional de quase 225 mil habitante. Atualmente a maioria dos atendimentos a usuários com deficiência são realizados em Florianópolis, devido a falta de serviços especializados na Macrorregião.

Neste norte abaixo propomos a implantação de alguns serviços, buscando qualificar a atenção aos usuários com necessidade especiais:

- Construção, implantação e implementação de um centro de referência especializado III - CER III, para atendimento das deficiências física (incluindo ostomia), visual e intelectual. Implantação de um serviço ambulatorial regional de referência para atendimento de usuários ostomizados, com uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de áreas como: nutrição, cirurgia geral, serviço social, fisioterapia, enfermagem e psicologia. Conjuntamente com a qualificação dos serviços médico, hospitalares para garantia dos procedimento de reversão em momento oportuno.
- Implantação de um serviço ambulatorial regional de referência para atendimento de usuários com Fissura Labiopalatal, com uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de áreas como: odontologia (das mais diversas especialidades), cirurgia plástica, pediatria, otorrinolaringologia, neurologia, serviço social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, genética e fonoaudiologia.

**Tabela 75 – Prioridades Elencadas no Par de Atenção à Pessoa com Deficiência Macrorregião Oeste Catarinense**

UF	Município	IBGE	Região de Saúde	Ano de Execução	Ordem de Prioridade	Objeto	Tipo	Modalidade	Valor	Nome do Estabelecimento	Esfere de Gestão responsável pelo serviço	CNES	Natureza Jurídica	Esfere de Gestão Responsável pelo aporte financeiro (Estado ou Município)	Portaria
SC	Chapecó	4204202	Oeste	Até dez/2022	1	Construção do CER	IV	Auditiva, física com ostomia, intelectual e visual	R\$5.000.000,00 (implantação)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
SC	Chapecó	4204202	Oeste	Até dez/2022	1	Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes	IV	Auditiva, física com ostomia, intelectual e visual	R\$2.000.000,00 (implantação)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
SC	Chapecó	4204202	Oeste	Até dez/2023	1	Habilitação do CER	IV	Auditiva, física com ostomia, intelectual e visual	R\$345.000,00 (custeio)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
SC	Xanxerê	4219507	Xanxerê	Até dez/2024	2	Construção do CER	II	Física com Ostomia e Intelectual	R\$2.500.000,00 (implantação)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012

S C	Xanxerê	42195 07	Xanxerê	Até dez/202 4	2	Aquisição de equipamento s e outros materiais permanentes	II	Física com Ostomia e Intelectua l	R\$1.000.00 0,00 (implantaçã o)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
S C	Xanxerê	42195 07	Xanxerê	Até dez/202 5	2	Habilitação do CER	II	Física com Ostomia e Intelectua l	R\$140.000, 00 (custeio mensal)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
S C	São Miguel do Oeste	24125 00	Extrem o-oeste	Até dez/202 6	1	Construção do CER	III	Física com Ostomia, visual e Intelectua l	R\$ 3.750.000.0 0 (Implantaçã o)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
S C	São Miguel do Oeste	24125 00	Extrem o-oeste	Até dez/202 6	1	Aquisição de equipamento s e outros materiais permanentes	III	Física com Ostomia, visual e Intelectua l	R\$ 1.500.000,0 0 (Implantaçã o)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
S C	São Miguel do Oeste	24125 00	Extrem o-oeste	Até dez/202 7	1	Habilitação de CER	III	Física com Ostomia, visual e Intelectua l	R\$200.000, 00 (custeio mensal)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
S C	Chapec ó	42042 02	Oeste	Até dez/202 3	1	Construção, implantação e implementaç ão de uma Oficina Ortopédica	***	***	R\$ 250.000,00 (Implantaçã o)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012

S C	Chapecó	4204202	Oeste	Até dez/2023	1	Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes	***	***	R\$ 350.000,00 (Implantação)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
S C	Chapecó	4204202	Oeste	Até dez/2024	1	Habilitação, implantação e implementação de uma Oficina Ortopédica	***	***	R\$ 54.000,00 (custeio mensal)	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012
S C	Chapecó	4204202	Oeste	2021-2024	1	Manutenção da Habilitação de serviço de reabilitação auditiva até a implantação do CER IV	***	***	Conforme pactuação - Transferência de Recursos da OTIOUVE	***	SMS	***	***	Municipal	PORTARIA MS/GM 626/2006
S C	Chapecó	4204202	Oeste	2021-2024	1	Implantação de um serviço ambulatorial regional de referência para atendimento de usuários com Fissura Labiopalatal	***	***	Conforme pactuação	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 62, DE 19 DE ABRIL DE 1994 Portaria MS/SAS n. 126/1993
S C	Chapecó	4204202	Oeste	2022	1	Habilitação como Serviço de Atenção Especializada			R\$ 11.650,00 por equipe/mês - Acrescido	Hospital Regional do Oeste-Chapecó Lenoir	SMS	2537788	Entidade sem fins lucrativos	Federal	PORTARIA Nº 199, DE 30 DE JANEIRO DE 2014

						a em Doenças Raras			de R\$ 5.750,00 por serviço excedente.	Vargas Ferreira					
S C	Chapecó	4204202	Oeste	2022	1	Habilitação como Serviço de Referência em Doenças Raras			R\$ 41.480,00 por equipe/mês	Hospital Regional do Oeste-Chaçecó Lenoir Vargas Ferreira	SMS	2537788	Entida de sem fins lucrativos	Federal	PORTARI A Nº 199, DE 30 DE JANEIRO DE 2014
S C	Chapecó	4204202	Oeste	2021-2024	2	Habilitação e Implantação serviço de implante coclear	***	***	A definir SUS/Emendas parlamentares	Hospital Regional do Oeste-Chaçecó Lenoir Vargas Ferreira	SES/SMS	2537788	Entida de sem fins lucrativos	Federal	PORTARI A Nº 2.776, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014
S C	Chapecó	4204202	Oeste	2021-2022	1	Habilitação e Implantação serviço de reversão de ostomias	***	***	A definir SUS/Emendas parlamentares	Hospital Regional do Oeste-Chaçecó Lenoir Vargas Ferreira	SES/SMS	2537788	Entida de sem fins lucrativos	Federal	PORTARI A Nº 400, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009 PORTARI A Nº 718, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010
S C	São Miguel do Oeste	2412500	Extremo-oeste	2021-2022	1	Habilitação e Implantação serviço de reversão de ostomias	***	***	A definir SUS/Emendas parlamentares	HRTGB - Hospital Regional Terezinha Gaio Basso - São Miguel do Oeste	SES/SMS	6683134	Entida de sem fins lucrativos	Federal	PORTARI A Nº 400, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009 PORTARI A Nº 718, DE 20 DE DEZEMBRO

															O DE 2010
S C	Xanxerê	42195 07	Xanxerê	2021- 2022	1	Habilitação e Implantação serviço de reversão de ostomias	***	***	A definir SUS/Emendas parlamentares	HRSP - Hospital Regional São Paulo	SES/SM S	24113 93	Entida de sem fins lucrativos	Federal	PORTARIA Nº 400, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009 PORTARIA Nº 718, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010
S C	Xaxim	42197 05	Xanxerê	2021- 2022	1	Credenciamento de atendimento odontológico em Centro Cirúrgico	***	***	SUS/Emendas parlamentares	Hospital Frei Bruno	SES	24114 15	Entida de sem fins lucrativos	Federal	Portaria nº 1.032, de 5 de maio de 2010
S C	São Carlos	42160 08	Oeste	2021- 2022	1	Credenciamento de atendimento odontológico em Centro Cirúrgico	***	***	SUS/Emendas parlamentares	Hospital Padre João Berthier	SES	25385 71	Entida de sem fins lucrativos	Federal	Portaria nº 1.032, de 5 de maio de 2010
S C	Dionísio Cerqueira	42050 01	Extremo-oeste	2021- 2022	2	Credenciamento de atendimento odontológico em Centro Cirúrgico	***	***	SUS/Emendas parlamentares	Instituto Sante	SES	26583 72	Entida de sem fins lucrativos	Federal	Portaria nº 1.032, de 5 de maio de 2010
S C	Xanxerê	42195 07	Xanxerê	2021- 2023	2	Implantação de Serviços de atenção domiciliar (EMAD ou	I	3	R\$ 50.000,00	***	SMS	***	***	Federal	PORTARIA Nº 825, DE 25 DE ABRIL DE 2016

						EMAP)									
S C	São Lourenç o do Oeste	42169 09	Xanxe rê	2021- 2023	2	Implantação de Serviços de atenção domiciliar (EMAD ou EMAP)	II	2	R\$ 34.000,00	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 825, DE 25 DE ABRIL DE 2016
S C	São Miguel do Oeste	42172 04	Extrem o Oeste	2021 - 2023	2	Implantação de Serviços de atenção domiciliar (EMAD ou EMAP)	I	3	R\$ 50.000,00	***	SMS	***	***	Federal	PORTARI A Nº 825, DE 25 DE ABRIL DE 2016
S C	Macrorregião Grande Oeste			2021- 2022	2	Capacitar e qualificar equipes da APS	***	***	Até R\$ 7.000,00	***	CIES	***	***	CIES Oeste, CIES Xanxerê e CIES Extremo- oeste	PORTARI A Nº 1.996, DE 20 DE AGOSTO DE 2007
S C				2021- 2022	2	Capacitar e qualificar os profissionais das escolas	***	***	Até R\$ 5.000,00	***	SMS/SM E	***	***	Municipal	PORTARI A Nº 1.996, DE 20 DE AGOSTO DE 2007
S C				2021- 2022	2	Capacitar e qualificar as equipes dos Centro de Referência Especializad o de Assistência Social	***	***	Até R\$ 5.000,00	***	SMS/SM AS	***	***	Municipal	PORTARI A Nº 1.996, DE 20 DE AGOSTO DE 2007

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Macrorregião Grande Oeste possui fragilidades para o atendimento aos usuários portadores de deficiências. Segundo dados do último censo realizado no Brasil em 2010, as estimativas do IBGE publicadas em 2012, trazem um percentual alto de usuários com algum tipo de deficiência, demonstrando a urgente necessidade de organização de serviços de referência na Macrorregião.

Atualmente a grande maioria dos serviços prestados aos usuários com algum tipo de deficiência motora e/ou visual é realizada na capital do Estado, em Florianópolis, a mais de 500 km de distância. Isso ocasiona desgastes do usuário para implementação do atendimento, eleva os custos dos serviços devido a necessidade de transporte, hospedagem e alimentação para usuários, acompanhante e profissionais da área que transportes. O município precisa designar servidores para conduzir os veículos e muitas os usuários, devido a complexidade da deficiência.

A Macrorregião conta com três regiões de saúde, sendo importante a implantação de CER II e III para ofertar na região atendimento nas quatro deficiências, garantindo a integralidade do cuidado o mais próximo possível da residência, assim como preconiza a legislação do Sistema Único de Saúde.

Nas questões relacionadas à Saúde Auditiva, a Macrorregião possui apenas um serviço que realiza atendimento de média e alta complexidade, ocasionando certo grau de demanda reprimida, conforme pode ser verificado nas tabelas 30, 31 e 32. Para implante coclear o serviço de referência é o Hospital Universitário em Florianópolis, no entanto verificando os dados de produção no SIA, para a macrorregião, nos últimos três anos o serviços não registrou atendimento. Usuários tem sido encaminhado para outros estados para realização do implante coclear.

Já a deficiência intelectual, os atendimentos prestados são realizados majoritariamente através das APAEs que ficam como ponto de apoio à Rede com seus serviços contratualizadas. Usuários com maiores complexidades são encaminhados para tratamento/acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial, seguindo fluxo pré-estabelecido.

### 13. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 16p. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 36 p. : il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19-12-2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providência. D.O.U. de 3.12.2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) (acessado em 22-06-2013)

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 7.612, de 17-11-2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. DOU de 18-11-2011. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm) (acessado em 22-06-2013)

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013. <http://www.brasil.gov.br/viversem limite> - acesso em 16 de julho de 2013.  
OMS. Relatório Internacional sobre Deficiência.

PORTARIA Nº 793, DE 24 DE ABRIL DE 2012 - Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

PORTARIA Nº 835, DE 25 DE ABRIL DE 2012 - Institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Censo de 2010, IBGE, 2013, Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 01 de julho de 2013.

Saúde da Pessoa com Deficiência: Diretrizes, Política e Ações. Disponível em: <[www.saude.gov.br/pessoaacomdeficiencia](http://www.saude.gov.br/pessoaacomdeficiencia)>. Acesso em 30 de junho de 2013.

RESOLUÇÃO CIB Nº 505, DE 31 DE MARÇO DE 2016 - Transferência dos Municípios de Paial e Arvoredo, da Região de Saúde do Alto Uruguai Catarinense para a Região de Saúde do Oeste.

## 14. ANEXOS

### Orientações para Encaminhamento Das Pessoas Ostomizados com Complicações ao CER

	<b>Complicação/Descrição</b>	<b>Quando encaminhar ao CER</b>
DERMATITES	Dermatite irritativa ou de contato: ocorre pelo contato do efluente com a pele; Mais frequente em estomas planos ou retraídos e em ileostomia, estomas de cólon ascendente ou transversos; Caracteriza-se por área eritematosa, úmida e extremamente dolorosa.	Encaminhar para avaliação quando não houver melhora após execução e/ou orientações de proteção da pele periestoma com recorte adequado da bolsa, e/ou uso de barreiras cutâneas de proteção adicionais (como resina em pó, em pasta e em placa).
	Dermatite alérgica: instala-se devido a uma reação alérgica da pele por agente alergênico presente na barreira protetora ou em qualquer parte do(s) equipamento(s) utilizado(s); Característica: A área cutânea afetada corresponde à de contato com o produto.	Encaminhar para avaliação quando não houver melhora após execução e/ou orientações de identificação e remoção do agente causal, com troca do equipamento (bolsa) em uso e/ou utilização de barreiras protetoras de pele (como resina em pasta e em placa).
	Dermatite por trauma mecânico: Ocorre pela retirada abrupta do equipamento coletor, sua troca frequente ou limpeza exagerada da pele periestoma.	Encaminhar para avaliação quando não houver melhora após execução e/ou orientações de remoção da bolsa e higienização da pele periestoma adequadas.
	Dermatite por infecção: é secundária às causas anteriores. As infecções mais frequentes são a foliculite (estafilococos) e a candidíase (cândida albicans).	Encaminhar para avaliação médica quando não houver profissional médico para avaliação no município ou com o médico que acompanha o usuário.

HÉRNIA PERIESTOMA	Consiste na protrusão das alças intestinais pelo trajeto do estoma, dentro do tecido subcutâneo, criando um abaulamento ao redor do mesmo.	Encaminhar para avaliação médica quando apresentar dor abdominal moderada ou impossibilidade de adaptação adequada do equipamento coletor (apesar da utilização ou indicação de equipamentos com barreira flexível, uso de cinto elástico para auxiliar a fixação do equipamento e/ou uso de cintas elásticas para contenção abdominal) e não houver profissional médico para avaliação no município ou com o médico que acompanha o usuário.
PROLAPSO	É a exteriorização ou protrusão de segmento de alça intestinal, em extensão variável, através do estoma, além do plano cutâneo do abdome.	Encaminhar para avaliação médica quando o segmento se constituir como queixa do usuário caracterizada por grande desconforto, inviabilizando atividades da vida diária e/ou a adaptação adequada do equipamento coletor (apesar da utilização ou indicação de equipamentos com barreira de proteção de pele flexível, com área para recorte e fixação maior que a média usual, capacidade maior que a média dos dispositivos convencionais e/ou uso de cinto elástico para auxiliar a fixação do mesmo) e não houver profissional médico para avaliação no município ou com o médico que acompanha o usuário.
RETRAÇÃO	É o afundamento da alça intestinal para a cavidade abdominal. Pode ser parcial ou total. Ocorre devido ao segmento intestinal curto ou exteriorizado sobtensão.	Encaminhar para avaliação médica e do enfermeiro quando apresentar dificuldade de adaptação da bolsa após a execução e/ou orientações de uso de equipamentos com barreira convexa, uso de barreiras adicionais: em pó e pasta e/ou uso de cintos auxiliares para fixação e não houver profissional médico para avaliação no município ou com o médico que acompanha o usuário.

ESTENOSE	É a diminuição do orifício de saída do efluente, podendo ocorrer oclusão ou semi-occlusão.	Encaminhar para avaliação médica quando apresentar dificuldade de eliminação do efluente e não houver profissional médico para avaliação no município ou com o médico que acompanha o usuário.
REVERSÕES	São as cirurgias de anastomose dos estomas temporários.	Encaminhar para avaliação médica quando se tratar de estoma temporário e não houver profissional médico para avaliação de encaminhamento da cirurgia de anastomose no município ou com o médico que acompanha o usuário.

14.1. Ata de Aprovação do Plano da Rede de Deficiência da Região Oeste, pela  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL - CIR OESTE



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Comissão Intergestores Regional Oeste/SC

**DELIBERAÇÃO 025/CIR/2020**

A Comissão Intergestores Regional, no uso de suas atribuições, em sua reunião virtual do comitê interno de 15 de outubro de 2020,

**APROVA**

O Plano da Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência da Macro Região de Saúde do Oeste.

Chapecó, 05 de agosto de 2020.

ELISANGELA DA SILVA

Coordenadora da Comissão Intergestores Regional Oeste/SC

## 14.2 ATA DE APROVAÇÃO DO PLANO DA REDE DE DEFICIÊNCIA DA REGIÃO OESTE, PELA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR XANXERÊ



ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL (CIR)

REGIÃO DE XANXERÊ

Unidos Em Defesa Do SUS

### DELIBERAÇÃO CIR 17/2020 (AD REFERENDUM)

A CIR - Comissão Intergestores Regional, no uso de suas atribuições, AD REREFENDUM,

A CIR – Comissão Intergestores Regional, em reunião ordinária realizada no dia 11 de agosto de 2020 DELIBERA FAVORAVELMENTE as propostas de implantação dos serviços que constam no PLANO DA REDE DE CUIDADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO GRANDE OESTE.

Novo Horizonte, SC, 15 de outubro de 2020.

  
Rogério Acácio Mascarello

Coordenador CIR – Xanxerê

Secretario Municipal de Saúde Novo Horizonte

## Deliberação CIR Xanxerê – Representantes no Grupo Condutor da Rede de Deficiência



ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL (CIR)  
REGIÃO DE XANXERÊ

Unidos Em Defesa Do SUS

### DELIBERAÇÃO CIR 13/2020

A CIR - Comissão Intergestores Regional, no uso de suas atribuições,

A CIR – Comissão Intergestores Regional, em reunião ordinária realizada no dia 11 de agosto de 2020 **DELIBERA FAVORAVELMENTE** a **indicação de representantes da CIR de Xanxerê para compor o Grupo Condutor do CER 2 (Centro Especializado de Reabilitação – 2) sendo :**

- 1: Membro Titular Gestor Saúde : ISAC CASAGRANDE ( Xaxim);**
- 2: Membro Suplente Gestor Saúde : CAMILA LORENZET ( SÃO Lourenço do Oeste);**
- 3: Membro titular Técnico : CARLA TELO PANZERA ( Agencia Regional de Saúde Xanxerê);**
- 4: Membro suplente Técnico: JULIANA TUMELERO (São Lourenço do Oeste);**

Novo Horizonte, 11 de agosto de 2020.



**Rogério Acácio Mascarello**

Coordenador da CIR – Xanxerê  
Secretario Municipal de Saúde Novo Horizonte

**14.3 ATA DE APROVAÇÃO DO PLANO DA REDE DE DEFICIÊNCIA DA REGIÃO OESTE,  
PELA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR EXTREMO OESTE**



CIR – Comissão Inter Gestores Regional  
Região de Saúde Extremo-Oeste

Deliberação **CIR Extremo Oeste** 013 / 2020.

São Miguel do Oeste, 25 de agosto 2020.

Assunto: PLANO DA REDE DE CUIDADOS DA PESSOA COM  
DEFICIENCIA DA MACRO REGIÃO DE SAUDE GRANDE  
OESTE.

Através deste viemos informar que a CIR - EXTREMO-OESTE Comissão  
Inter Gestores Bipartite, **aprova** o PLANO DA REDE DE DEFICIENCIA DA  
MACRO REGIÃO DE SAUDE GRANDE OESTE.

Atenciosamente,

**Débora Prevedello**

**Presidente CIR Extremoeste**



CIR – Comissão Inter Gestores Regional  
Região de Saúde Extremo-Oeste

Deliberação **CIR Extremo Oeste** 010 / 2020.

São Miguel do Oeste, 25 de agosto 2020.

A CIR- Comissão Intergestores Extremo Oeste, em Reunião ordinária realizada no dia 25 de agosto de 2020, **DELIBERA FAVORAVELMENTE** a indicação de representantes da CIR- Extremo Oeste para compor o Grupo Condutor do Plano da Rede de Cuidados A Pessoa com Deficiência da Macrorregião de Saúde do Grande Oeste, sendo:

- 1- Membro titular Gestor de Saúde: Geni Girelli , Gestora de Saúde de São Miguel do Oeste;
- 2- Membro suplente Gestor de Saúde: Debora Prevedello, Gestora de Saúde Palma Sola
- 3- Membro titular técnico: Larissa Demarco, enfermeira, Supervisão Regional de Saúde de São Miguel do Oeste- Atenção Primária a Saúde.
- 4- Membro suplente Técnico: Andréia Lopes, Enfermeira, Supervisão Regional de Saúde.

  
**Debora Prevedello**

**Presidente CIR Extremoeste**